

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23



----- Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, pelas catorze horas e trinta minutos, no Edifício Pirâmide em Abrantes, reuniu a Assembleia Municipal de Abrantes, presidida por António Lucas Gomes Mor, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Primeiro Secretário Manuel Duarte dos Santos e pela Segunda Secretária Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana. -----

Assiduidade – (doc. 1) -----

----- Foram empossados os Membros do Conselho Municipal de Segurança. (doc. 2) --

----- Deram entrada na Mesa as seguintes Moções: -----

1) – Voto de pesar pela morte de Edmundo Pedro, apresentada pelo PSD; (doc. 3) -----

2) – CTT, apresentada pela CDU; (doc. 4) -----

3) - Saudação de MURPI, apresentada pela CDU. (doc. 5) -----

----- Foram **admitidas por unanimidade**. -----

Expediente: -----

----- Foi dado conhecimento do expediente com maior relevância, ficando disponível para consulta no serviço administrativo da Assembleia Municipal, tal como todo o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23

expediente recebido: -----

1 – Câmara Municipal de Abrantes: -----

a) – SMA - Listagem de processos dos compromissos plurianuais autorizados em 24 de novembro de 2017; -----

b) – Relatórios de Avaliação anual decorrentes da execução dos Contratos Interadministrativos para os Transportes Escolares estabelecidos com cinco Juntas de Freguesia; -----

c) – PCPA – Declarações de Pagamentos e Recebimentos em atraso – 31 de dezembro de 2017; -----

d) – CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Abrantes – Relatório anual de atividades da CPCJ relativos a 2017; -----

e) – Respostas a requerimentos do PSD, sobre: -----

e.1) – Várias questões colocadas em 30 de novembro de 2017; -----

e.2) – Taça da 1ª Secção (placas ajardinadas) na 1ª Exposição Nacional de Floricultura; -----

2 – Grupo Parlamentar “Os Verdes”: -----

a) – Manto de espuma no rio Tejo, na zona de Abrantes; -----

b) – Parques de armazenamento de madeira queimada nos incêndios de 2017 – Pergunta ao Governo; -----

c) – Reversão da privatização dos CTT – Projeto de Resolução; -----

3 – Grupo Parlamentar do PCP: -----

a) – Projeto de Lei nº 780/XIII – Estabelece o regime de recuperação do controlo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23

público dos CTT – Exposição de motivos; -----

b) – Projeto de Lei do PCP: regime excecional das redes secundárias de faixas de gestão de combustível. -----

Ata: -----

----- **Ata nº 8/2017:** -----

----- Posta à votação a **ata nº 8/2017**, foi **aprovada por maioria**, com 3 (três) abstenções (2 – BE + 1 – CDU); -----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD)** -----

----- O Senhor Deputado Municipal Pedro Grave (BE), mais uma vez manifestou o seu protesto pelo horário da Assembleia Municipal. -----

----- Questionou sobre: -----

1 – Resposta da Comissão Nacional de Proteção de Dados sobre a transmissão e gravação de áudio das Sessões da Assembleia; -----

2 – Emissão dos cartões de Deputado Municipal; -----

3 – Publicação da Carta Educativa; -----

4 – Ligação da conduta de efluentes para a ETAR dos Carochos. -----

----- Quanto ao rio Tejo, regista com agrado as declarações da Senhora Presidente da Câmara Municipal, sobre a poluição e sua origem. -----

----- Agradeceu aos que apoiaram a sua moção e se unem para salvar o rio. (docs. 6 e 7) -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Tramagal apresentou uma proposta com voto de louvor e reconhecimento por todo o seu legado, na morte de António Ferreira Eugénio. (doc. 8) -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para além do louvor pelo trabalho cívico do Senhor Rancho, como era conhecido, propôs voto de pesar pela sua morte. --

----- A Senhora Deputada Municipal Sónia Lizardo (PSD) criticou a aquisição de uma viatura de luxo para a Câmara Municipal. (doc. 9) -----

----- O Senhor Deputado Municipal João Fernandes (PSD) interpelou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre o pedido de parecer à Comissão Nacional de Proteção de Dados, por causa da publicitação das Sessões da Assembleia. -----

----- Disponibilizou o regulamento da publicação em vídeo da Câmara Municipal da Figueira da Foz. -----

----- Questionou a Câmara sobre: -----

1) - O ponto da situação sobre a aquisição ou demolição de edifício em ruínas, para a requalificação do Largo da Estalagem, em Mouriscas; (doc. 10) -----

2) - O andamento das negociações do Cineteatro S. Pedro; -----

3) - A campanha da limpeza da floresta e da informação de uma bolsa de empresas que façam a recolha de resíduos florestais ou da abertura política para a sua criação. (doc. 11) -----

----- A Senhora Deputada Municipal Fernanda Aparício (PSD) pretende saber qual a fase em que se encontra o processo da RPP Solar e o objeto específico da ação. (doc. 12) ---

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23

----- O Senhor Deputado Municipal Tiago Fidalgo (CDS-PP) considera que, após o período de criação de infraestruturas económicas, sociais e culturais do Concelho, é preciso passar a outra fase de atração e fixação das pessoas, de que tanto carecemos.

----- O *marketing* político consiste na criação de medidas de divulgação do existente e do melhor que o nosso Concelho e a região têm para oferecer, quer para visitar, quer para fixar. -----

----- Temos de divulgar a vantagem de trabalhar e viver económica, social e culturalmente em Abrantes. -----

----- A iniciativa privada tem um papel importante. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Ana Paula Cruz (CDU), partindo da poluição no rio Tejo, apela à Câmara para que tome uma posição clara e objetiva junto das entidades respetivas sobre a plantação de eucalipto no Concelho. (doc. 13) -----

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede, a propósito da entrada de moções na Mesa, apela ao compromisso de todas as bancadas no respeito dos prazos. -----

----- Quanto ao encerramento da loja dos CTT de Alferrarede, deu conta da sua participação e da Senhora Presidente da Câmara em reuniões com a Administração dos CTT, bem como em programa televisivo. -----

----- Neste momento, aguarda o decorrer de negociações em curso, tendentes a manter a estação próxima daquele local. -----

----- Tem-se procurado minimizar o impacto para a população. -----

----- Algumas forças políticas têm falado na necessidade da reversão da privatização dos CTT. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23

----- Quais seriam os custos? -----

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo realçou a importância da reunião do dia 15, no Parque Tejo, da Confraria do Tejo. -----

----- A reunião, com a participação de representantes de Universidades e Politécnicos, procurou avançar soluções de Toledo até aqui, incluindo a fixação de populações. -----

----- Estuda-se uma candidatura a Fundos Comunitários para possibilitar as necessárias intervenções. -----

----- Mostrou satisfação pela realização da Feira de S. Matias no Rossio. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Elsa Lopes (CDU), sobre os CTT, considera que a nacionalização não poderá ser tão ruínosa para o Estado como foi a cessão. -----

----- Deu conta de um projeto apresentado na Assembleia da República que foi chumbado pelo CDS-PP, PS e PSD. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal destacou: -----

1) – Proteção de dados -----

----- Em breve, vai ser publicada nova legislação; -----

2) – Carta Educativa -----

----- Foram enviados à Empresa todos os contributos das partes envolvidas; -----

3) – Largos das Mouriscas -----

----- A Câmara, conjuntamente com a Junta de Freguesia, tem tentado resolver a situação. -----

----- Já mediou reunião dos proprietários com um potencial investidor; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23



- 4) – CTT -----
----- A Câmara colocou-se ao lado da Junta de Freguesia na tentativa de encontrar
solução. -----
----- É importante que o serviço continue a ser prestado e com qualidade. -----
----- Aguarda-se a solução de um privado. -----
----- Todos nos devíamos preocupar com a qualidade do serviço e a distribuição
atempada da correspondência. -----
----- Há conhecimento de doentes do IPO a receberem as cartas depois das datas
marcadas para as consultas. -----
- 5) – Aquisição de viatura -----
----- Não se trata de topo de gama, nem de luxo. -----
----- Destina-se a satisfazer as necessidades, com cumprimento dos requisitos
ambientais, por se tratar de um híbrido. -----
----- Estranha a mudança de opinião do PSD na Câmara e na Assembleia; -----
- 6) – RPP/Solar -----
----- Na altura, a deliberação da Assembleia acompanhou a camarária. -----
----- O processo tem sofrido atrasos e adiamentos. -----
----- Foi requerido um PER que não foi cumprido. -----
----- O imóvel tem sido objeto de penhoras com valores elevados. -----
----- Foi feito o arresto de outros bens de empresas do grupo, insuficiente para
ressarcimento da Câmara. -----
----- Todos os contratos posteriores foram acautelados; -----
- 7) – Cineteatro S. Pedro -----
----- As reuniões com representantes da sociedade Iniciativas de Abrantes, Lda.,
começaram muito antes de janeiro. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23



----- A sociedade apresentava e apresenta falta de regularização dos seus sócios, o que implicava dificuldade na tomada de decisões. -----

----- Ainda não há acordo nas propostas apresentadas. -----

----- As negociações vão continuar. -----

----- A Câmara, para poder concorrer a fundos comunitários, terá de ser proprietária ou ter um protocolo de interesse público. -----

----- A Câmara não anulou qualquer espetáculo. -----

----- Mudou o local para as salas disponíveis. -----

----- A Câmara, no âmbito da regeneração urbana, vai criar as mesmas condições no Rossio e Alferrarede. -----

----- A Câmara iniciou contactos para aquisição do cineteatro de Alferrarede para recuperar; -----

8) – *Marketing* territorial -----

----- A Câmara tem participado em várias reuniões de trabalho no Instituto Português de Marketing e na CIMT. -----

----- É indispensável ter um produto turístico e saber vendê-lo. -----

----- A CIMT está a tratar da divulgação exterior da nossa região. -----

----- Um dos graves problemas locais, regionais, nacionais e europeu é a falta de população, com tendência de agravamento e localizada em grandes cidades; -----

9) – Floresta -----

----- No dia 15 de janeiro houve uma reunião, neste edifício Pirâmide, com agentes da proteção civil e comunicação social. -----

----- Iniciaram-se campanhas de sensibilização com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, nas festas de Natal, nas escolas e na colocação de *outdoors* por todo o Concelho. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23



----- A GNR tem uma campanha em curso para indicação da perigosidade e das medidas a tomar. -----

----- A PSP a fazer em escolas do Município; -----

----- O RAME está a intervir na limpeza e na formação de militares. -----

----- O Corpo Especial de Bombeiros fez um levantamento dos pontos de água. -----

----- Os Sapadores Florestais estão a intervir nos terrenos municipais. -----

----- A CIMT apresentou uma candidatura para criação de um gabinete supramunicipal e a criação de equipas de sapadores. -----

----- Está em curso a aquisição de máquinas de rastos e destróador. -----

----- Estas intervenções representam um esforço muito grande. -----

----- Nos seus terrenos, os privados são os primeiros responsáveis. -----

----- Foram tomadas medidas de simplificação para entrada em terrenos privados, nas cobranças e na contratação. -----

----- O Senhor Deputado Municipal João Fernandes (PSD) referiu-se a: -----

1) – Mouriscas -----

----- Apela para que na próxima reunião seja trazida uma solução que evite uma tragédia; -----

2) – Aquisição de viatura -----

----- Para a generalidade da população abrantina é aquisição de luxo. -----

----- Podiam ser tomadas outras opções mais acessíveis; -----

3) – Cineteatro S. Pedro -----

----- Para evitar os problemas atuais, a negociação devia ter sido iniciada dois ou três anos antes; -----

4) – RPP/SOLAR -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23

----- Quando o processo de insolvência for resolvido não sobrá quase nada. -----

----- Tratou-se de um processo desastroso para o Concelho. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal considera que, tanto nas Mouriscas como no Cineteatro, não se consegue decidir mais depressa por depender da intervenção da outra parte. -----

----- Tanto no Cineteatro S. Pedro como no de Alferrarede, as sociedades têm muitos sócios, com quotas pequenas e não regularizadas. -----

----- Valorizou a postura pessoal do Senhor Deputado Municipal João Fernandes no seu artigo sobre o Tejo, bem como ao Cineteatro. -----

----- Quanto ao Tejo, circulou muita contra informação nas redes sociais. -----

----- Assume que mentiu, por já conhecer o problema da ETAR e não o ter divulgado. -

----- Este problema não era o responsável pela quantidade poluidora. -----

----- Se a Câmara assumisse logo, seria o bode expiatório. -----

----- A Câmara soube que as partículas de celulose eram cinco mil vezes superiores ao permitido. -----

----- **Período da Ordem do Dia (POD)** -----

1. - Informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade Municipal (doc. 14)

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, recorrendo a projeções, destacou: --

a) – Rio Tejo -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23

- Apresentou um memorando 2015/2018. -----
- Nele são relatados os alertas, as posições públicas, conferências, reuniões ministeriais e parlamentares e a criação da comissão de acompanhamento. -----
- Há também fotografias e vídeos divulgados sobre focos poluidores de Vila Velha de Ródão a Abrantes. -----
- A Câmara pediu à Abrantáqua análises e correção de desvios. -----
- Está em curso a colocação de intersektores para ligação do Casal da Preta, cidade desportiva e Tapada da Fontinha à ETAR dos Carochos. -----
- Nele também é dado conhecimento dos investimentos realizados na ETAR da Fonte Quente, da sua capacidade e das análises obrigatórias. -----
- b) – Prioridades estratégicas para 2018. -----
- Enumeração das principais intervenções no corrente ano. -----
- c) – Lançamento de empreitadas. -----
- Principais obras a serem lançadas com indicação dos montantes, participações e prazos de execução. -----
- d) – Projetos em curso. -----
- e) – Estacionamento no Centro Histórico -----
- A realização de obras no Convento de S. Domingos, Igreja de S. Vicente e Largo 1º de Maio obrigam à suspensão provisória do regulamento e ao implementar de medidas. -----
- Comparou a situação atual com a proposta. -----
-
-
- Obtida a anuência da Assembleia Municipal, os **pontos 2 a 8** foram tratados conjuntamente. -----
-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23

Man
eg
206

2. – Afetação ao domínio público municipal de duas parcelas de terreno sitas em
Pego -----

3. – Afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno sita em
Barreiras do Tejo – Abrantes -----

4 – Autorização para assunção do compromisso plurianual relativo à “Aquisição de
Serviços de limpeza dos Edifícios Municipais” -----

5 – Autorização da delegação de competências nos Serviços Municipalizados para
assunção de compromisso plurianual relativo à “Aquisição de eletricidade em
baixa tensão normal” -----

6 – Alteração ao Regulamento do Orçamento Participativo de Abrantes -----

7 – Alteração do artigo 27º da Tabela de Taxas -----

8 – Revisão do Mapa de Pessoal de 2018 -----

----- Quanto ao **Ponto 2.**, a Senhora Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento da deliberação camarária. -----

----- A aceitação das duas parcelas serve para prolongamento da Rua do Campo da Bola no Pego. -----

----- Aproveitou para agradecer, em nome da Câmara e da Comunidade Pegacha, esta entrega para o serviço público. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23

----- Quanto ao **Ponto 3.**, de acordo com a deliberação da Câmara refere-se a terrenos no Aquapólis Norte, destinados a arruamentos públicos, passeios, estacionamento e zona verde, de que, só agora, foi possível a sua aquisição. -----

----- Quanto ao **Ponto 4.**, trata-se de despesa plurianual, relativa à aquisição de serviços de limpeza dos Edifícios Municipais. -----

----- Quanto ao **Ponto 5.**, trata-se de autorizar a delegação de competências nos Serviços Municipalizados, também plurianual, para aquisição de eletricidade em baixa tensão normal. -----

----- Quanto ao **Ponto 6.**, trata-se de alteração aos artigos 6, 13 e 16, respeitantes a:

- a) – Alteração da idade; -----
- b) – Alargamento da capacidade de votar, além de naturais e residentes, trabalhadores, empresários e estudantes em Abrantes; -----
- c) – Definição de um limite máximo por projeto. -----

----- Salientou a presença de jovens na sessão, tomando notas para a realização de trabalhos. -----

----- Igualmente, lembrou ao Senhor Vereador com a área da Juventude para, em colaboração com as escolas, trazer alunos às sessões. -----

----- Quanto ao **Ponto 7.**, trata-se de substituir a penalização contrariada pela Lei, do artigo 27º. -----

----- Em vez do agravamento de 50%, serão cobrados juros de mora. -----

----- A Câmara vai ressarcir os abrangidos. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23

----- Quanto ao **Ponto 8.**, trata-se de adaptar o mapa de pessoal à alteração da estrutura orgânica, com o aumento do número de divisões. -----

----- A alteração vai reduzir os vínculos precários e reforçar as equipas que têm sido depauperadas com saídas por aposentação e mobilidade. -----

----- Posto à votação, o **Ponto 2.**, foi **aprovado por unanimidade**. (doc. 15) -----

----- Relativamente ao Ponto 3., o Senhor Deputado Municipal Fernando Teimão (PSD) questionou porque, só agora, é feita a aquisição dos terrenos. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o terreno fazia parte de loteamento privado, que caducou, tendo posteriormente sido reativado. -----

----- Posto à votação, o **Ponto 3.**, foi **aprovado por unanimidade**. (doc. 16) -----

----- Posto à votação, o **Ponto 4.**, foi **aprovado por unanimidade**. (doc. 17) -----

----- Relativamente ao Ponto 5., o Senhor Deputado Municipal João Fernandes (PSD) referiu que esta proposta tem a ver com contratos de fornecimentos que estão a terminar. -----

----- Questiona se estão a ser ponderadas várias alternativas ou se se mantem a EDP. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES



Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal esclareceu que na CIMT há uma central de compras que pré-qualifica os fornecedores de modo a facilitar os procedimentos. --

----- Posto à votação, o **Ponto 5.**, foi **aprovado por unanimidade**. (doc. 18) -----

----- Quanto ao Ponto 6., o Senhor Deputado Municipal João Fernandes (PSD) quer saber o nível de execução dos projetos vencedores em 2016 e 2017. -----

----- Próximo das alterações propostas, gostaria de saber se há abertura política para inscrição de rubricas para jovens e seniores, específicas das suas atividades. -----

----- Sugere haver limitação orçamental por proposta e ponderação por disparidade geográfica por freguesias. -----

----- Tem dúvidas quanto aos artigos 7º, 9º b), 10º, artigos 4º e 12º, nº 2. (doc. 19) ----

----- A Senhora Deputada Municipal Joana Pascoal (BE), quanto à obrigatoriedade do uso da plataforma “Abrantes 360”, regista que nenhum projeto ficará por apresentar, disponibilizando-se apoio. (doc. 20) -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta entende que, quanto às exigências de participação no orçamento participativo, se pode fazer muito mais. -----

----- Contou um pedido que lhe foi feito que pode distorcer a votação. -----

----- Tem de se incluir métodos que facilitem a equiparação. -----

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede concorda com as sugestões do PSD. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES



Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23

-
- Hoje em dia, é possível fazer qualquer login. -----
- A comunidade abrantina respeita o orçamento participativo. -----
- Foi convidado a andar com o computador de lado em lado para a votação. -----
- Atendendo à idade dos votantes, parece que são os residentes nos lares a votar. -
- Tem de haver responsabilidade dos Deputados e Presidentes das Juntas a denunciar estas situações, para evitar o desvirtuar a essência do orçamento participativo. -----
- A Junta, além da camarária, promoveu três ou quatro sessões de esclarecimento.
- Nenhuma proposta da Junta foi aprovada, exceto uma das Sentieiras. -----
- Já houve suspensão, por desvirtuamento, em Lisboa. -----
- Em Tomar, pelo mesmo motivo, nem chegou a arrancar. -----
- A Senhora Presidente da Câmara Municipal considera que, se com as exigências já começa a ser desvirtuado, o que seria sem elas. -----
- Os projetos de 2016 estão concluídos ou em fase de conclusão. -----
- Os de 2017 estão na fase de projeto. -----
- Posto à votação, o **Ponto 6.**, foi **aprovado por unanimidade**. (doc. 21) -----
- Posto à votação, o **Ponto 7.**, foi **aprovado por unanimidade**. (doc. 22) -----
- Posto à votação, o **Ponto 8.**, foi **aprovado por unanimidade**. (doc. 23) -----
-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23

9 - Proposta de Recomendação – “Por uma fiscalização eficiente e eficaz dos níveis de poluição no Rio Tejo e do funcionamento das ETAR numa abordagem de Smart City” – PSD

----- O Senhor Deputado Municipal João Fernandes (PSD) apresentou a sua proposta.

----- Mostrou disponibilidade para receber todos os contributos para proteção e promoção do Tejo. -----

----- O Tejo só tem potencial de venda se estiver em condições. -----

----- Aposta na informação, em tempo real, transparente e com possibilidade de intercomunicação. -----

----- Desconhece o grau de execução das medidas adotadas pelo Ministério do Ambiente.

----- Quanto às ETARS, sabe que há problemas e que nunca são eficientes a 100%. (doc. 24) -----

----- O Senhor Deputado Municipal Afonso Costa (PS) concorda, na generalidade, com a recomendação apresentada. -----

----- É um tema que vai para além de qualquer ideologia política, é problema que pertence e afeta todos. -----

----- Propôs e justificou alterações à proposta de recomendação. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Pedro Grave (BE), afirma já existirem entidades com competência, bem como medidas para agir, não interessando sobrepor competências, nem desperdiçar recursos. -----

----- Há informação da APA que poderia ser agregada à Câmara. -----

----- Quanto às ETARS, a responsabilidade da divulgação é da Câmara. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES



Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23



----- Está disponível para potenciar acordo. (doc. 25) -----

----- O Senhor Deputado Municipal João Fernandes (PSD) está disponível para apostar na melhoria, aceitando as propostas de alteração aos pontos 1 e 2. -----

----- Não consegue concordar com a proposta para os pontos 3 e 4. -----

----- A lógica é de receção e divulgação da informação em tempo real. -----

----- Aceita o convite das outras bancadas para melhorar. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Afonso Costa (PS) volta a defender o afastamento do aproveitamento político neste tema. -----

----- Transmissão quase em tempo real só a da análise do oxigénio na água. -----

----- Propõe reunião para redação de um texto comum, que reflita a força de todos e o respeito que o rio Tejo nos merece. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Pedro Grave (BE) considera que as coisas não têm estado a funcionar muito bem. -----

----- Há um plano de registo hidrográfico que está em desenvolvimento. -----

----- Há aumento dos pontos de monitorização. -----

----- O que precisamos é de aviso prévio do que vem a montante. -----

----- Os sensores de Abrantes não nos dão esse aviso. -----

----- É necessário potenciar o trabalho de todas as entidades e assegurar a sua complementaridade. -----

----- O Senhor Deputado Municipal João Fernandes (PSD) considera que o importante é tentar resolver o problema. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES



Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23



- O objetivo é dar os primeiros passos para que os outros nos sigam. -----
- É bom se conseguirmos divulgar esta dinâmica. -----
- Há novas tecnologias a funcionar noutros países. -----
- Se a Câmara chegar à conclusão que não é possível implementar as novas tecnologias, não o faz. -----
- O Senhor Presidente da União das Freguesias de S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo diz que a Universidade de Évora considera que o Tejo foi votado ao abandono há 40 anos. -----
- O observatório do Tejo foi deslocalizado para Caldas da Rainha, sem nossa oposição. -----
- Os sensores medem aleatoriamente a poluição. -----
- As Universidades dizem-nos que tem de haver mais fiscalização, com mais pessoas no terreno. -----
- Quem se atreve a dizer, donde vem a poluição? -----
- A voz do Arlindo fez as coisas avançar. -----
- Temos todos de nos sentar e pensar para encontrar as melhores soluções. -----
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pede que se consiga criar uma posição em que todos, para além da fiscalização, nos dê um Tejo vivo. -----
- O Senhor Deputado Municipal João Fernandes (PSD) propõe a votação e que se leve à comissão de líderes. -----
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação na generalidade, com aperfeiçoamento posterior, demonstrando uma posição de força em defesa do Tejo. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23

----- A bancada do PS propõe a retirada da proposta e posterior apresentação construtiva. -----

----- A bancada do PSD propõe a retirada para ser aprimorada por todos. -----

----- Posto à votação, foi **acordado por unanimidade** a retirada da proposta. (doc. 26)

10 – Moção – “Para a criação de três comissões especializadas permanentes relativas à Proteção e Promoção do Rio Tejo, ao Acompanhamento das atividades dos CTT no desempenho do serviço público postal e de apoio, Acompanhamento e Desenvolvimento de ideias e atividades para promover as Freguesias do Município” – PSD -----

----- O Senhor Deputado Municipal João Fernandes (PSD) apresentou a proposta, reiterando total disponibilidade para a sua melhoria. (doc. 27) -----

----- Propõe a votação em separado de cada comissão, por desacordo com alguma. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Pedro Grave (BE) apresentou as razões de discordância da proposta. (doc. 28) -----

----- O Senhor Deputado Municipal Jorge Beirão (PS) declara o voto contra a proposta porque poderá existir uma desresponsabilização das instituições democraticamente eleitas, duplicando-se esforços sem sentido e sem competências para o efeito. (doc. 29)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Man
7
Franc

Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23

----- O Senhor Deputado Municipal João Fernandes (PSD) afirma estar a considerar-se a política estanque, o que não é verdade. -----

----- Os diferentes órgãos podem interagir entre si. -----

----- Recomenda ao PS que leia as razões da criação de oito comissões em Lisboa e o que lá se encontra sobre fiscalização. -----

----- Está disponível para abandonar a proporcionalidade na representação, como sugere o BE. -----

----- A ideia é não desvalorizar a Assembleia e trabalhar para construir mais alguma coisa. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta declarou o seu voto contra. -----

----- Convida os Senhores Deputados Municipais do PSD a visitar a Freguesia e, com todo o gosto, receberá as suas ideias que analisará. -----

----- Posta à votação, a proposta foi **rejeitada por maioria**, com os votos do PS + BE + CDU + Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos e com os votos a favor – 4 PSD + Presidente da União das Freguesias de Aldeia do Mato e Souto. (doc. 30) -----

----- A Senhora Deputada Municipal Elsa Lopes (CDU) fez declaração de voto oral. -----

11 – Moção – “Em defesa dos serviços de cuidados primários em todo o Concelho de Abrantes” – BE -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a moção distribuída

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23

reflete uma posição de concertação do BE e do PS. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Joana Pascoal (BE) fez a apresentação da moção. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Piedade Pinto (PS) congratula-se e agradece ao BE a aceitação das alterações para tornar a moção única e com mais força. -----

----- O Senhor Presidente da República tem defendido um pacto de regime para a saúde, considerando-o muito importante. -----

----- Também o Presidente Jorge Sampaio fez a defesa do S.N.S..-----

----- Em 1978 foi reforçada a importância cuidados de saúde primários. -----

----- O nosso executivo dá importância à saúde, área assumida pela Senhora Presidente.

----- A Unidade de Saúde Familiar permitiu a vinda de cinco médicos para melhorar a Unidade de Saúde Familiar a sul. -----

----- Foi comprada uma viatura para a USF, permitindo a ida de médico e enfermeiro a casa dos doentes. -----

----- A sul e a norte, duas para ida aos domicílios, com uma elétrica já adquirida. -----

----- O Senhor Deputado Municipal João Fernandes (PSD) votará a favor. -----

----- Interessa a todos que a pressão política seja feita. -----

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de S. Facundo e Vale das Mós considera esta matéria preocupante. -----

----- Quando tomou posse, há oito anos, havia consultas em S. Facundo, Vale das Mós, Barrada e Vale de Zebrinho. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23

----- Hoje não há em lado nenhum. -----
----- Os cerca de 1.500 utentes estão dispersos por várias extensões. No entanto, há alguns que não têm médico de família. -----
----- Na sequência de mais uma reclamação, reuniu, ontem, com a Presidente do ACES que prometeu reativar algumas unidades, quando tivesse médicos disponíveis. -----
----- A população é envelhecida, com pensões reduzidas e sem meios para deslocações.
----- Apela a todos para fazerem força para a resolução desta situação. -----
----- Posta à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade**. (doc. 31) -----

12. - “Voto de pesar - Falecimento de Edmundo Pedro, um guerreiro da e pela Liberdade” - PSD-----

----- O Senhor Deputado Municipal João Fernandes (PSD) justificou a proposta como homenagem a alguém que, independentemente das suas opções partidárias , lutou contra o fascismo e nos permite usufruir a liberdade. -----

----- Posta à votação, a proposta foi **aprovada por maioria**, com 2 (dois) votos contra da CDU. (docs. 32 e 3) -----

----- Foi observado um minuto de silêncio. -----

13. - Moção - “Não encerramento da estação dos CTT em Alferrarede” - CDU -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23

----- O Senhor Deputado Municipal João Fernandes (PSD) deu conhecimento de uma carta da Administração dos CTT, enviada ao PSD. -----

----- Está convicto de que há hipótese desta matéria ter outra solução. -----

----- A posição do PSD Abrantes foi contra a do PSD Nacional, nomeadamente na privatização. -----

----- Pessoalmente julga que o assunto só se resolveria com a nacionalização. -----

----- Se há dinheiro para resolver os problemas da banca, também haveria para os CTT.

----- O CDS, PS e PSD devem ser responsabilizados pela negociação que fizeram. -----

----- Em toda a discussão tem sido esquecida a posição da ANACOM. -----

----- O regulador tem a responsabilidade de garantir a qualidade dos serviços prestados.

----- O principal é a questão do serviço postal. -----

----- Devíamos ter acesso ao contrato de concessão para ver se está a ser cumprido. --

----- O Senhor Deputado Municipal Pedro Grave (BE) defende que os CTT passem para a esfera pública. -----

----- Uma empresa privada dificilmente pode ser questionada sobre operações de gestão.

----- A alienação do património é preocupante. -----

----- A ANACOM diz que os níveis do serviço estão dentro dos parâmetros. -----

----- O CDS-PP, PS e PSD chumbaram, ontem, na Assembleia da República os projetos da esquerda para controlo público dos CTT. -----

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede procurou esclarecer a sua posição sobre a empresa. -----

----- Sempre disse que era contra o resgate do contrato de concessão. -----

----- É diferente da privatização. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23

----- A nacionalização da empresa é outra coisa. -----
----- É o regresso do todo à esfera do Estado, não se sabendo os custos. -----
----- Já foi pedido o contrato de privatização. -----
----- Considera o serviço prestado pelos CTT um serviço público idêntico ao do S.N.S..
----- A ANACOM parece não ter na sua página o grau de cumprimento do serviço
prestado. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Elsa Lopes (CDU) explicou, como contribuinte, a
oposição dos gastos da Câmara no S.N.S.. -----
----- É uma obrigação do Estado Central. -----
----- Era uma empresa pública que dava lucro. -----
----- Ao contrário do afirmado, a privatização não estava no memorando da troika. ----
----- Entretanto, aumentou as tarifas, fechou lojas, despediu pessoas, atrasou a
distribuição postal e vendeu património para dar dividendos muito acima do resultado.
----- Os custos da reversão, poderão ser analisados à posteriori. -----

----- Posta à votação, a proposta foi **aprovada por maioria**, com 6 (seis) votos a favor
(2 – BE + 2 – CDU + 1 – PSD + Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos) e
22 (vinte e duas) abstenções (19 – PS + 3 – PSD). (docs. 33 e 4) -----

14. – Moção de “Saudação ao MURPI – O MURPI nasceu com os alvores de abril” – CDU -----

----- Posta à votação a Moção foi **aprovada por maioria**, com 4 (quatro) abstenções no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2018

Sessão Ordinária realizada em 2018/02/23



PSD. (docs. 34 e 5) -----

15. - Voto de louvor e reconhecimento por todo o legado deixado por António Ferreira Eugénio, conhecido por António da Barquinha -----

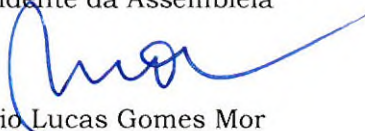
----- Posta à votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade**. (doc. 8) -----

----- INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS -----

----- Não houve público inscrito. -----

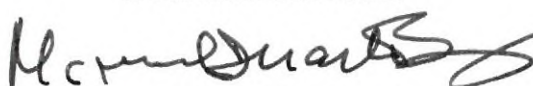
----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos pelas dezanove horas e quarenta e três minutos, tendo todos os textos das propostas de deliberação, (docs. 8, 15 a 18, 21 a 23, 26, 30 a 34), sido aprovados em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e nº 3 do artigo 29º do Regimento. -----

O Presidente da Assembleia



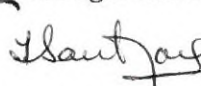
António Lucas Gomes Mor

O Primeiro Secretário



Manuel Duarte dos Santos

A Segunda Secretária



Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

(Assiduidade)

ÓRGÃOS	PARTIDO	ELEITOS	Sessão Ordinária 23 de fevereiro de 2018	Presença	Falta	Situação
CÂMARA MUNICIPAL	PS	Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque		✓		
		Manuel Jorge Séneca Luz Valamatos Reis		✓		
		Celeste Maria Ferreira Riachos Simão		✓		
		João Carlos Caseiro Gomes		✓		
		Luís Filipe Correia Dias		✓		
	PPD/PSD	Rui Manuel Duarte Baptista dos Santos / Carlos Manuel de Jesus Tavares Simões		✓		
	B.E.	Armindo Rodrigues Silveira		✓		
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	PS	António Lucas Gomes Mor		✓		
		Manuel Duarte dos Santos		✓		
		Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana		✓		
		Afonso Duarte Morgado Heleno da Costa		✓		
		Jorge Manuel do Carmo Beirão		✓		
		Maria da Piedade Dias Fernandes Pinto		✓		
		Maria de Fátima Vicente Ferreira Chambel		✓		
		Francisco José Vilela Mendes		✓		
		Elisabete Vieira Matias Aragão Furtado Pereira		✓		
		Benjamim Marques Filipe		✓		
		Pedro Miguel Mascate Costa		✓		
		Ana Maria Antunes Braz		✓		
	PPD/PSD	João Francisco Salvador Fernandes		✓		
		Fernando Manuel Ribeiro Teimão		✓		
		Maria Fernanda Pires Aparício		✓		
		Sónia Cristina Catarino Lizardo		✓		
	B.E.	Pedro Alexandre Leitão Grave		✓		
		Joana Filipa Martins Pascoal		✓		
	CDU	Elsa Cristina Guerreiro Lopes		✓		
		Ana Paula de Amaral e Rodrigues do Carmo (substituição)		S	-	Substituição
		Simão Manuel de Matos Borrega (substituto e substituição)		S	-	Substituição
		Dário Manuel Agostinho da Encarnação Lima (substituto e substituição)		S	-	Substituição
		Ana Paula Navalho David Cruz (substituta)		✓		
	CDS-PP	Tiago Estêvão Fidalgo		✓		
JUNTAS DE FREGUESIA	PS	Manuel João Salvador Alves	JF Bemposta	✓		
		Luís Serras Vermelho	JF Carvalhal	✓		
		Sónia Cristina Brunheta Campos Alagoa	JF Fontes	✓		
		Maria Teresinha C. Garcia Barreiro	JF Martinchel	✓		
		Pedro Alexandre Serrano Cordeiro Matos	JF Mouriscas	✓		
		Maria Florinda Fontinha Sousa Salgueiro	JF Pego	✓		
		Vitor Hugo Braz Vicente Cardoso	JF Tramagal	✓		
		Bruno Jorge Vicente Tomás	UF Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	✓		
		José Manuel Rodrigues Felício	UF Alvega e Concavada	✓		
		António Martins Campos	UF São Facundo e Vale das Mós	✓		
		Luís Teixeira Alves	UF São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	✓		
	MIFRM	Rui Manuel Vasco André	JF Rio de Moinhos	✓		
	PPD/PSD	Álvaro Manuel Paulino	UF Aldeia do Mato e Souto	✓		

(doc. 2)
Cur
27
ky

AUTO DE TOMADA DE POSSE
Conselho Municipal de Segurança de Abrantes

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, pelas catorze horas e trinta minutos, no Auditório do Edifício Pirâmide, em Abrantes, perante a Assembleia Municipal de Abrantes, presidida por António Lucas Gomes Mor, tomam posse, depois de devidamente identificados e cumpridos os termos legais exigidos, os membros do Conselho Municipal de Segurança, ao abrigo do artigo 9º, da Lei nº 33/98, de 18 de Julho, e artigo 20º do respetivo regulamento:

Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta

[Signature]

Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhal

Fernando

Presidente da junta de Freguesia de Fontes

Salgado

Presidente da junta de Freguesia de Martinchel

Teresinha B

Presidente da junta de Freguesia de Mouriscas

Rita Mota

Presidente da Junta de Freguesia de Pego

Alguem

Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos

Dr. Paulo Vasco Ant

Presidente da Junta de Freguesia de Tramagal

Paulo

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Presidente da União das Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede

Presidente da União das Freguesias de Aldeia do Mato e Souto

Presidente da União das Freguesias de Alvega e Concavada

Presidente da União das Freguesias de S. Facundo e Vale das Mós

Presidente da União das Freguesias de S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo

Procuradora Adjunta na Comarca de Santarém/Abrantes – Diana Vanessa de Azevedo Gomes Ferreira;

Domingos Alves Vaz

Manuel Duarte dos Santos

André Nuno Freixo Grácio

Manuel António Rodrigues Lopes

Joaquim Manuel Gomes Leitão Simplicio

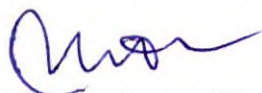


Dário Nunes Batista

Dário Nunes Batista

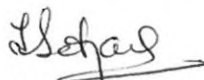
Para constar e para prova do exarado, é lavrado o presente auto, assinado pelos empossados e subscrito pelo Presidente da Assembleia Municipal de Abrantes e pela Secretária.

O Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

A 2ª Secretária



Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana



(doc. 6)

Assembleia Municipal
23 de Fevereiro de 2018

PERÍODO ANTES ORDEM DO DIA

a) PROTESTO HORÁRIO INICIO SESSÃO

-A bancada do Bloco de Esquerda nesta Assembleia manifesta mais uma vez a sua indignação e protesto pelo horário a que a mesma decorre, recomendando ao Sr. Presidente e aos que nela têm poder decisório que reconsiderem e, atendendo à justiça, razoabilidade, transparência, aproximação dos eleitos aos eleitores, voltem a marcar as sessões da Assembleia Municipal de Abrantes para um horário pós-laboral.

b) PARECER DA CNPD

-Gostaríamos de saber se já há resposta da Comissão Nacional de Protecção de Dados, sobre a transmissão e gravação de áudio das sessões da Assembleia, conforme o Regimento em vigor?

c) CARTÕES DEPUTADOS MUNICIPAIS

-Em relação aos cartões de identificação de Deputado Municipal, sabemos que foram tomadas medidas pelo Sr. Presidente da Assembleia, de modo a agilizar o processo e evitar os problemas que impediram a produção atempada dos Cartões de Deputado Municipal, no mandato anterior.

-Perguntamos em que ponto está a referida produção dos cartões para este mandato?



PERÍODO ANTES ORDEM DO DIA

d) PUBLICAÇÃO CARTA EDUCATIVA

-Sobre a Carta Educativa de Abrantes, documento tão importante para o conhecimento e tomada de decisões fulcrais, gostaríamos de saber quando será publicada?

e) CONDUTA EFLUENTES ETAR DOS CAROCHOS

-Segundo relatório do PUA de Dezembro de 2016, os efluentes que afluem à ETAR da Fonte Quente excedem a sua capacidade de tratamento.

Por isso construiu-se uma conduta que irá recolher uma parte dos efluentes da cidade, canalizando-os para a ETAR dos Carochos.

-Perguntamos se essa conduta já está ligada?

Abrantes, 23 de Fevereiro de 2018

Bloco de Esquerda de Abrantes,

Joana Pascoal

Pedro Grave



Bloco de Esquerda

Bloco de Esquerda de Abrantes

Assembleia Municipal

23 de Fevereiro de 2018

**PERÍODO ANTES ORDEM DO DIA
TEJO**

- Bloco de Esquerda regista as declarações da Sr.ª Presidente da Câmara sobre a poluição no Rio Tejo, onde, a partir de 24 de Janeiro de 2018, já aponta a origem para a zona de Vila Velha de Rodão e fala em crime ambiental. Ainda bem que não foi preciso esperar pelas conclusões da A.P.A. para dizer o que muitos, cidadãos e entidades, já vêm apontando e dando a cara há muito.

- Nesta atitude, que peca por tardia, esperamos que já tenha o apoio da bancada do PS de Abrantes, cuja maioria se absteve de votar - por "não condenar sem provas concretas" - uma moção apresentada pelo Bloco de Esquerda na sessão anterior, contendo um teor idêntico às posteriores declarações da Sr.ª Presidente.

- Notámos com agrado a atitude e posição do Sr. Presidente desta Assembleia, que, à revelia da sua bancada, apresentou com rigor e isenção a moção do Bloco de Esquerda e votou a favor da mesma. Louvamos igualmente quem votou favoravelmente, realçando a/o outra/o deputada/o municipal do PS, que também achou necessário agir e votar a favor, em vez de se abster.

Certamente os tristes eventos recentemente acontecidos no nosso rio, forçados por terceiros para a nossa "porta", assim como as provas possíveis e factos entretanto conhecidos, vos têm gratificado a consciência por terem estado do lado certo no momento certo.

- Um bem haja a todos quantos se unem nesta luta para salvar um dos nossos recursos mais identitários. Abrantes é o Tejo, o Tejo é Abrantes.

**Abrantes, 23 de Fevereiro de 2018
Bloco de Esquerda de Abrantes,**

Joana Pascoal

Pedro Grave



Aprovado por
unanimidade.

Boa Tarde,

Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Sr^a Presidente da Camara Municipal

Srs. Vereadores, Presidentes de Junta, Deputados Municipais, e a todos os presentes.

 27 (doc. 8)


Faleceu no passado dia 16 de fevereiro em Tramagal com 86 anos de idade, António Ferreira Eugénio, conhecido por todos como o "António da Barquinha".

Fundador e sócio honorário do Rancho Folclórico da Casa do Povo de Tramagal, é figura incontornável do associativismo Tramagalense, foi enorme a sua dedicação á cultura e tradições locais.

Durante 35 anos liderou com mestria e sempre com o constante apoio da família o Rancho Folclórico local, muito a ele se deve o conhecimento etnográfico da Vila.

Levou o nome da Vila Convívio a todos os cantos de Portugal tendo também diversas apresentações no estrangeiro.

António Ferreira Eugénio o "Sr. Rancho" da Vila de Tramagal partiu com a missão do dever cumprido.

Porque toda a dedicação e empenho á causa amada merecem que a Junta de Freguesia de Tramagal proponha a esta assembleia ^{no pesar da sua morte} um voto de louvor e reconhecimento por todo o seu legado.



Sr. Presidente da Assembleia Municipal e respectiva mesa;

Sra. Presidente da Câmara e Vereação;

Srs. Membros da Assembleia Municipal e Presidentes de Junta

Cidadãos presentes e comunicação social;

Em Abrantes, onde nada há e tudo se precisa, com uma taxa tão elevada de pobreza, qual é a necessidade de adquirir uma viatura de luxo para a Câmara Municipal?

Não seria possível adquirir uma viatura mais barata com características suficientes?

Atendendo às consultas que fizemos ao mercado, um BMW 520d com 11 anos tem um valor de mercado que se cifra entre os 11.000 e os 13.000 euros, mais coisa, menos coisa. Como é que o valor de retoma foi só de 3000 euros?

Isto não credibiliza as instituições!

Autorizámos a utilização de verbas para a compra de uma viatura para a Câmara Municipal, mas foi aconselhada prudência no uso desse dinheiro, e consideramos que esse conselho não foi respeitado!

Nós entendemos que a Câmara Municipal tem de ter um bom carro, mas não tinha, nem devia ser este!



Abrantes, 23 de Fevereiro de 2018

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata

Sónia Lizardo.

Mouriscas



Senhora Presidente da Câmara Municipal:

O PSD de Abrantes, no seu programa eleitoral, previa requalificar o Largo Jacinto Gonçalves (Largo da Estalagem, Mouriscas), demolindo o edifício que ali se encontra em estado de ruína avançada e construindo um parque para fruição dos munícipes no âmbito do projecto Viajar em Abrantes (Parque Mourisco).

Isto poderia ser feito de várias formas: adquirindo o imóvel, expropriando ou outro.

Esta matéria não é, portanto, uma preocupação nova do PSD e o Vereador eleito pelo PSD, Rui Santos, tem sido bastante insistente nesta matéria.

Recebemos informação de que os proprietários foram notificados para realizar obras e que existe um particular interessado na aquisição do espaço.

Queremos um ponto de situação.

Ademais, Senhora Presidente da Câmara, pedimos celeridade nesta questão e que nos traga uma solução definitiva na próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, de modo a evitar uma tragédia. Se este problema não for resolvido, em breve, estaremos todos aqui a lamentar-nos e a chorar a perda de uma vida.



Abrantes, 23 de Fevereiro de 2018

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata

João Salvador Fernandes

Limpeza e Bolsa de Empresas

(doc. 11)



47

**Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

Louvamos a campanha de informação ao cidadão no âmbito da limpeza de terrenos e da gestão de combustíveis. No entanto que, não ignoramos que a diligência resulta da imposição de sanções aos Municípios se não procederem à limpeza dos terrenos se os proprietários nada fizerem. Gostaríamos que tivessem ocorrido mais cedo.

O PSD de Abrantes, no seu programa eleitoral, previa:

"Criar uma bolsa de empresas que façam recolha de resíduos florestais, para os mais diversos fins, e, em articulação com as juntas de freguesia na detecção de zonas de risco, colocando-as em contacto com os proprietários, de modo a que todos possam ganhar: os proprietários que vêem os seus terrenos limpos gratuitamente, ou quase gratuitamente, e as empresas que recolhem os resíduos essenciais às suas actividades."

Ora, Senhora Presidente da Câmara Municipal, o jornal Médio Tejo, numa notícia de 28 de Janeiro de 2018, publica o seguinte:

"Inês Mariano, Coordenadora Operacional Municipal (COM) de Abrantes, disse, por sua vez, que a limpeza até março é uma "missão praticamente impossível" tendo, no entanto, afirmado que a autarquia quer "mostrar às populações que existem empresas, sapadores e outros meios que podem ajudar as pessoas a cumprir com este dever", sob

Grupo Municipal na Assembleia Municipal de Abrantes
*pena de, ao não o fazerem, incorrerem em coimas entre os
cinco mil e os 100 mil euros."*



Não sabemos se esta referência a empresas teve alguma influência da leitura do programa eleitoral do PSD ou se não, mas isso é pouco importante, o que é importante é ver que PSD e PS se aproximam nesta preocupação e na procura de soluções, colocando as pessoas em contacto com empresas para que consigamos a maior e melhor limpeza possível de terrenos e ajudar as pessoas.

Queremos saber, portanto, se a campanha de informação também informa das empresas e como? Se é algo similar à bolsa que sugerimos? Já agora, se não for, se há abertura política para criar essa bolsa?

Abrantes, 23 de Fevereiro de 2018

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata

João Salvador Fernandes

Mouriscas



Senhora Presidente da Câmara Municipal:

Continuando o propósito de informação ao munícipe, o PSD de Abrantes, por intermédio do seu grupo municipal na Assembleia Municipal, solicitou o seguinte esclarecimento:

"3.^a - Na página 3 das Responsabilidades Contingentes, refere-se uma acção proposta pelo Município contra a RPP Solar SGPS e contra a RPP Solar S.A., sendo o valor da acção de €1.136.414,00 (1 milhão, cento e trinta e seis mil, quatrocentos e catorze euros), ou seja, um valor assinalável. Em que estado está o processo?"

Tendo em conta que as acções judiciais têm várias fases (neste caso, acção administrativa comum), dentro das suas específicas tramitações, queremos saber em qual se encontra: articulados, saneamento, audiência de julgamento, etc...

Por outro lado, também se pretende saber qual o objecto específico desta acção.

Caso se trate de uma acção com um fim indemnizatório ou compensatório, pretende-se obter conhecimento sobre se foram tomadas diligências para saber se existe património que cubra o valor da acção?



Com a resposta da Presidência da Câmara Municipal compreende-se que o negócio se confirma altamente ruinoso para o interesse público. Estando o Grupo RPP Solar numa situação de insolvência, que será oficializada em breve, o valor do património disponível é insuficiente para cobrir as dívidas, tendo em conta o montante destas e o número de credores.

Uma péssima opção do Partido Socialista de Abrantes, que nos trouxe imensos prejuízos.

Repete-se: €1.136.414,00 (um milhão, centro e trinta e seis mil, quatrocentos e catorze euros) que nunca serão recuperados!

E tudo se poderia ter resolvido com um cláusula de resolução do contrato com a previsão de reversão do terreno.

Abrantes, 23 de Fevereiro de 2018

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata

Fernanda Aparício

POLUIÇÃO RIO TEJO

Fomos confrontados recentemente, com notícias de níveis colossais de poluição no rio Tejo, que transformaram o açude de Abrantes num verdadeiro manto de espuma “dantesco” e “assustador”.

Feitas as análises para procurar a origem do foco de poluição, foram detectados, segundo a APA, elevados níveis de celulose, indicando como provável origem do problema a indústria do papel.

Por cada hectare aprovado pela maioria PS de plantações de eucaliptos, transformando-nos num dos grandes fornecedores de matéria-prima à referida indústria, correspondem toneladas de detritos lançados no rio Tejo. Por mais que a Sr.ª Presidente diga que a CMA não aprova nada, escondendo-se por detrás do ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas) o que é facto é que este voto favorável, de forma cega e sem qualquer critério responsabiliza politicamente a maioria que governa Abrantes.

Há muito que a CDU vem alertando que transformar o concelho de Abrantes (e não só) num gigantesco eucaliptal é um erro.

Para além do problema da poluição, convém não esquecer o que se passou no verão passado. O País e particularmente o concelho de Abrantes foram assolados por incêndios florestais, que destruíram património, causaram mais de cem mortos, contribuindo para a acentuada desertificação do interior e que, segundo um estudo recentemente divulgado provocaram mais de mil milhões de euros de prejuízo ao país.

Face ao exposto a CDU apela ao executivo que tenha uma visão mais crítica do problema e que de uma vez por todas tome uma posição clara e objectiva junto das entidades responsáveis nesta área.

Abrantes, 23 de fevereiro de 2018

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Abrantes





ASSEMBLEIA MUNICIPAL – 23 FEVEREIRO DE 2018
PONTO DE SITUAÇÃO DAS ATIVIDADES MUNICIPAIS

(doc. 14)
Ponto 1.
Man
29
Habo
Man

OBJETIVO ESTRATÉGICO: VALORIZAR AS PESSOAS/MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA

Projeto Educativo Municipal

As ações estão a decorrer conforme o previsto no Plano de Ação. O Observatório PEM tem reunido, de acordo com o previsto no Eixo 6 – Linha de Investigação sobre o desenvolvimento do PEM, sendo que está em fase de conclusão o 3º Relatório de Monitorização do PEM, que irá ser presente à próxima reunião do Conselho Municipal de Educação

Conselho Municipal de Educação

Uma vez que este órgão funciona por períodos correspondentes ao mandato autárquico, após o início dos procedimentos relativos ao seu funcionamento para este mandato, decorreram nos meses de janeiro e fevereiro as reuniões com todas as entidades que têm assento no Conselho Municipal de Educação para a eleição dos seus representantes

Requalificação do Colégio de Fátima em Centro Escolar de Abrantes

Lançamento da empreitada efetuado em fevereiro de 2017 (prazo de execução da obra – 720 dias)
Procedimento a decorrer

Manutenção de estabelecimentos de ensino

Correção de anomalias, propostas de melhoria contínua, modernização e automação

Apoio em atividades que reforcem o envolvimento da comunidade educativa (atividades extracurriculares, apoio à família e tempo livre)

Atividades de Enriquecimento Curricular – AEC'S



Assinatura dos Acordos de Colaboração das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do Ensino Básico para o ano letivo 2016/2017, com as associações locais (Cres.Ser e Orfeão de Abrantes), e associações de pais e encarregados de Educação (EB Pego, EB Mouriscas, EB Rossio ao Sul do Tejo, EB Chainça, EB /JI António Torrado, EB M.ª Lucília Moita e EB Rio de Moinhos)

Envio em duplicado do contrato – programa assinado para a DGEstE, referente as AEC’S, ano letivo 2017/2018. Monitorização das atividades de Enriquecimento Curricular nas escolas de 1º ciclo do concelho

Componente de Apoio à Família no Pré-escolar

Atividades de Animação e Apoio à Família

Assinatura dos Acordos com as associações de pais e juntas de freguesias para o desenvolvimento das atividades de animação e apoio à família no pré-escolas e 1.º ciclo

Preenchimento da aplicação da DGEstE, relativo às atividades de animação e apoio à família no pré-escolar. Monitorização das atividades dos Acordos de Colaboração para o desenvolvimento de Atividades de Animação e Apoio à Família no pré-escolar do concelho

Refeições Escolares

Acompanhamento e monitorização das refeições escolares nas escolas do 1.º ciclo e pré-escolar

Transportes Escolares

Organização dos acordos interadministrativos com as juntas de freguesia (Alvega e Concavada, Bemposta, Carvalhal, Rio de Moinhos, Abrantes (S. Vicente e S. João). Monitorização dos transportes escolares

Elaboração de 2ªs vias de passes escolares por extravio, danificados, avaria ou por alteração de dados de alguns alunos do Concelho de Abrantes. (Rodoviária do Tejo)

Efetuada procedimentos para a elaboração do Plano de Transportes

Plano Nacional de Promoção da Saúde Oral – Ano letivo 2017/2018

Articulação com as Juntas de Freguesia, ACES Médio Tejo e Agrupamentos de Escolas do concelho para o transporte das crianças para o Centro de Saúde de Alferrarede - Plano Nacional de Promoção da Saúde Oral - Ano letivo 2017/18

Auxílios Económicos

Auxílios Económicos - Atribuição de escalão para efeitos de refeições escolares a alunos abrangidos pelo Despacho 11886-A/2012

Tecnologias da Comunicação e Informação

Articulação com os serviços da informática, no apoio das escolas, nomeadamente aos problemas enviados pelas coordenadoras via Agrupamento

Pessoal não docente

Efetuada diligências na substituição de pessoal não docente nas escolas

Plataforma Escolar

Procedimentos necessários para a implementação da plataforma escolar, recolha de dados junto das EB/ JI do Concelho

Bolsas de estudo para alunos do ensino superior – alunos de Ribeira Brava – Cabo Verde

Continuidade dos procedimentos referente às bolsas de estudo dos alunos bolseiros de Cabo Verde para o ano letivo 2017/2018, encontrando-se à data um bolseiro de Ribeira Brava a frequentar a ESTA

Jornadas da Educação

Preparação das Jornadas da Educação – 13 a 16 de março

Reforço da rede municipal de conhecimento, suportada nas bibliotecas escolares, públicas, itinerante e arquivo municipal

Biblioteca Municipal:

- V Jornadas Biblioteconómicas de Abrantes
- XV Jornadas de História Local
- Feira de edições municipais
- Fábrica d'estórias
- Laços de identidade
- Comunidade D'estórias

- Ler os nossos com a autora Maria José Moreira, apresentação do livro A verdadeira experiência espiritual, da Chiado Editora. Atividade promovida pela editora e pela autora
- Ler os nossos com João Bernardo Silva, apresentação do livro Novos Tempos, da Chiado Editora. Atividade promovida pelo autor
- Ler os nossos com o autor Álvaro Batista, apresentação do livro O Alerta, da Chiado Editora. Atividade promovida pelo autor
- Ao sábado com a Bebeteca Ler Antes de Ser
- A Biblioteca ao Sábado
- Abrantes a Ler: Leitura Identidade e Cidadania
- Exposição: A Muda dos Gatos, Ilustrações do livro em estereoscopia de Marco Taylor
- Encontro Infantojuvenil com o ilustrador Marco Taylor, oficina de ilustração com imagens em estereoscopia (3D)
- Entre Nós e as Palavras com Bruno Vieira Amaral, apresentação do livro Hoje estarás comigo no paraíso, da Quetzal Editores
- Entre nós e as Palavras com Nuno Júdice, apresentação do livro A Pura inscrição do amor, da editora Dom Quixote
- Encontro Infantojuvenil com o escritor João Ferreira Oliveira, apresentação do livro A estranha história do príncipe que inventou o abecedário, da editora Máquina de Voar

Aquivo Municipal Eduardo Campos:

Mostras documentais: Igreja de São João | 15 de janeiro a 30 de abril

Este fundo de origem religiosa, possui a documentação mais antiga que o Arquivo Municipal detém à sua guarda. Com esta mostra documental pretendemos retratar no tempo a sua atividade eclesiástica e de intervenção na sociedade Abrantina, uma vez que possuiu, várias Confrarias e também era detentora de um vasto território

Atividades Educativas

No âmbito das comemorações dos 500 anos do Foral Manuelino de Abrantes, o Arquivo Municipal desenvolverá atividades que visam dar a conhecer assinalar esta efeméride. As atividades propostas estão sujeitas a inscrição prévia e, podem ocorrer todo o ano de 2018

- **De Tubucci a Abrantes, uma história a descobrir**
Dar a conhecer a história de Abrantes, através do livro de banda desenhada “História de Abrantes aos quadrinhos”
- **Como se guarda a nossa memória?**
Através de mostra documental, contribuir-se-á para que os alunos/as e professores/as entendam melhor a importância de preservação dos documentos antigos para a salvaguarda da nossa memória coletiva
- **Conhecer..... Descobrir.....Criar, uma Carta de Foral**
A partir do Foral de Abrantes, à guarda do Arquivo Municipal Eduardo Campos, pretendemos dar a conhecer e sensibilizar o público mais jovem para a importância histórica deste documento

Serviço de Juventude:

Reunião do Conselho Municipal de Juventude de Abrantes – 14 de dezembro

Aprender com os nossos – Workshop “Saborear sem culpas” – 16 de dezembro (Nutricionista Mariana Torres)

Campo de Férias “Férias Jovens – Natal é Festa 2017” – 18 a 22 de dezembro (36 participantes)

Comemoração do Dia de São Valentim (Dia dos Namorados) “Amar Abrantes 2018” - 14 de fevereiro a iniciativa “Amar Abrantes”. Iniciativa animada por jovens estagiárias do curso técnico de Juventude

Criação de condições para a instalação da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes no Tecnopolo

Revisão do projeto em curso - entrega da versão final do projeto encontra-se agora prevista para 30 de março, tendo decorrido entretanto duas reuniões com projetistas das especialidades de Eletricidade/ITED e de AVAC para validar as soluções técnicas optadas em projeto

Receção do projeto para a cantina cafetaria de apoio à ESTA no final de julho, atualmente em revisão de processo no âmbito das medições e orçamento pois o projeto apresentado excede a previsão de investimento estimada, bem como do seu enquadramento para licenciamento

Alargamento e dinamização do Programa de Empreendedorismo na Escola

Em fase de preparação para o arranque do ano letivo de 2017/2018, no âmbito da parceria com a CIMT, estando atualmente em funcionamento em 17 turmas de 6 concelhos do Médio Tejo

Apoio na requalificação do Pólo do Centro de Formação Regional do IEFP no Tecnopolo

Realizaram-se reuniões para consolidação e definição das novas áreas formativas a integrar no polo, contactado o IEFP para ponto de situação foi informado de que se continua a aguardar os novos layouts operacionais para integrar no projeto de arquitetura, tendo o IEFP informado que essa redefinição deverá ser feita com o novo diretor do serviço que se encontra em fase final de seleção pelo IEFP. Igualmente se deu conta dos investimentos previstos aos órgãos competentes

Conselhos Gerais (Escolas e Agrupamentos)

Participação nos Conselhos Gerais: (Agrupamento de Escolas n.º 1 e n.º 2 de Abrantes e EPDRA)

Parque Escolar

Acompanhamento, avaliação e monitorização das necessidades do parque escolar do concelho de Abrantes (pré-escolar e 1.º ciclo)

Aquisição de materiais de impermeabilização e tintas para a Residência de Estudantes em Abrantes

Concluído

Aquisição de materiais de impermeabilização, tintas, forro em madeira e estrados/ rampas para a Escola de Alvega

Concluído

OBJETIVO ESTRATÉGICO: VALORIZAR AS PESSOAS/MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA

Construção da Extensão de Saúde do Rossio ao Sul do Tejo

Início da obra em dezembro de 2016 (prazo de execução da obra - 210 dias)

Cessão da posição contratual a favor da Sociedade comercial J. C. Bartolomeu – Instalações Eléctricas, Lda, em 4 outubro 2017. Início da obra em 5 de outubro de 2017 com conclusão prevista para 30 de abril de 2018

Cemitério de Santa Catarina em Abrantes - Espaço Cemiterial - 4º Talhão

Concluído

Implementação do Programa de incentivos à Fixação de Médicos de Família

Em curso a atribuição de incentivos a três médicos que integraram a equipa da Unidade de Saúde Familiar de Abrantes relativamente a 2017

Reforço da programação cultural e desportiva

Edição da Agenda Cultural 2018

Programação:

08.dezembro - Bravo Abrantes - Danças Ocultas & Orquestra Filarmónica das Beiras

12.dezembro - A MENINA DANÇA? Baile com... Carlos Pinto

16.dezembro - A Bela Adormecida

31.dezembro - Passagem D'ano 2017 - Berg E Dj Fernando Alvim

06.janeiro - Concerto de Ano Novo Bravo Abrantes - Vienense

12.janeiro - RESIDENTES NO CTSP: VOX POPULI

16.janeiro - A MENINA DANÇA? - Baile Com ... Carlos Catarino

20.janeiro - Teatro Infantil - AGAKUKE E A PRINCESA PUTRI TELUR

26.janeiro - Música - GISELA JOÃO

17.fevereiro - Espetáculo Infantil - À PROCURA DO Ó - Ó PERDIDO

20.fevereiro - A Menina Dança? - BAILE COM ... CARLOS PINTO

QUARTEL

08.dezembro a 24.fevereiro – A força das coisas - Ana Pérez-Quiroga

CASTELO

17.fevereiro a 20.maio - Exposição - O ESPAÇO DA RELIGIÃO

PARQUETEJO

Outubro.2017 || janeiro.2018 – Exposição “Morcegos lusos”, uma exposição do Museu Nacional de História Natural e da Ciência

Visita à Exposição “Morcegos Lusos” e atividades Lúdico Pedagógicas:

DATA	ESTABELECIMENTO DE ENSINO/ INTERVENIENTES	TIPO DE ATIVIDADE	Nº PART.
27/11/2017	EBI de Chainça 2º ano A	Visita à Exposição “Morcegos Lusos” e atividades lúdico pedagógicas	26
28/11/2017	EBI de Chainça 2º ano B	Visita à Exposição “Morcegos Lusos” e atividades lúdico pedagógicas	26
29/11/2017	EBI de Chainça 3º ano A	Visita à Exposição “Morcegos Lusos” e atividades lúdico pedagógicas	27
4/12/2017	Escola D. Miguel de Almeida 8º ano (ensino especial)	Visita à Exposição “Morcegos Lusos” e atividades lúdico pedagógicas	22
4/12/2017	Escola D. Miguel de Almeida 8º ano	Visita à Exposição “Morcegos Lusos” e atividades lúdico pedagógicas	16
4/12/2017	Jardim de Infância de Rossio	Exposição “Morcegos Lusos” e atividades lúdico pedagógicas	27
5/12/2017	EBI de Chainça 3º ano B	Visita à Exposição “Morcegos Lusos” e atividades lúdico pedagógicas	26
6/12/2017	EBI de Rossio 2º ano B	Visita à Exposição “Morcegos Lusos” e atividades Lúdico Pedagógicas	19



6/12/2017	EB1 de Rossio 1º ano A	Visita à Exposição "Morcegos Lusos" e atividades Lúdico Pedagógicas	19
7/12/2017	EB1 de Rossio 3º ano D	Visita à Exposição "Morcegos Lusos" e atividades Lúdico Pedagógicas	19
19/12/2017	Férias Jovens Natal é Festa!	Atividades laboratoriais e reciclagem criativa	37
28/12/2017	Associação de Cultura e Desporto da Brandoa	Visita à Exposição "Morcegos Lusos" e CIT	31
15/01/2018	EB1 e J.I de Concavada	Visita à exposição "Morcegos Lusos" e atividades complementares á e atividades Lúdico Pedagógicas	11
7/02/2018	Escola D. Miguel de Almeida 2 turmas 7º ano	Visita ao CIT	32
TOTAL			338

TURISMO

06.fevereiro.2018 - Workshop - ser empresário de alojamento local e agora?

MERCADO MUNICIPAL/WELCOME CENTER

25.novembro.2017 - "Sons no Mercado" – Com o Rancho Folclórico Casa do Povo de São Miguel do Rio Torto

02.dezembro.2017 - "Produtos de Cá" – com as IPSS e Associações de Pais das escolas do concelho

09.dezembro.2017 - "Sabores do Mercado" - Azeites da SAOV-Sociedade Agrícola Ouro Vegetal

16.dezembro.2017 - "Sabores c/ Conto e Medida" - com Marta Fernandes da Verde Pastel.

06.janeiro.2018 - "Produtos de Cá" – Com a Padaria Pereira.

13.janeiro.2018 - "Sabores do Mercado" - com Luísa Moura Ferreira, do blog sardinhaforadalata.com

20.janeiro.2018 - "Sabores c/ Conto e Medida" Com a nutricionista Célia Dias Lopes.

27.janeiro.2018 - "Sons no Mercado" - Com o Rancho Folclórico do Centro Cívico de Alferrarede Velha

03.fevereiro.2018 - "Produtos de Cá" - Com os azeites Zé Bairrão

DESPORTO

25 e 26. novembro - Torneio Distrital do Nadador Completo

02.dezembro - Torneio Squash

06.dezembro - Convívio Hidro-Sénior

09.dezembro - Trail Abrantes 100

20.janeiro - Torneio Ténis de Mesa

03/17.fevereiro - Jogos Tradicionais Abrantes 2018

16.fevereiro - Workshop – Preparar o Atleta do Futuro

Gestão de Espaços Verdes

Manutenção geral de espaços verdes municipais (corte de relvas, eliminação de infestantes em canteiros, manutenção de árvores) e produção de plantas no viveiro municipal

Renovação de plantas de estação em canteiros e floreiras do Centro Histórico

Manutenção de campos desportivos relvados da Cidade Desportiva

Instalação de rede de rega automática e sementeira de relvado no 4º talhão do Cemitério de Stª Catarina

Substituição de árvores em mau estado fitossanitário no parque de estacionamento da Cidade Desportiva – Alameda Carlos Lopes

Limpeza Urbana e de Edifícios Municipais

Apoio ao evento de Natal no Centro Histórico

Apoio ao evento Interact de Abrantes – Rotary Club de Abrantes

Limpeza de edifícios municipais (Galeria Municipal; Instalações Sanitárias da Esplanada 1.º de Maio, Rua 17 de Agosto; São Lourenço; Centro Coordenador de Transportes; Edifício da Câmara Municipal; Castelo; Espaço Jovem; Polidesportivo Dr. Rogério Ribeiro; Arquivo Municipal; Proteção de Menores; Mercado Semanal; Pavilhão “Quimigal”; Igreja de Stª Maria do Castelo; Residência Artística)

Gestão de Cemitérios

12 inumações no cemitério de Santa Catarina

6 inumações no cemitério de Abrantes (Cabacinho)

7 inumações no cemitério de Rossio ao Sul do Tejo

15 inumações no cemitério de Alferrarede

Sanidade Veterinária e Saúde Pública

Captura de animais:

- Abrantes - 23 cães / 2 gatos
- Sardoal – 4 cães
- Constância – 3 cão

Recolha de cadáveres: 22 cães / 3 gato

Campanha de Vacinação Anti-rábica – Todas as segundas feiras

9 vistorias a talhos – Pace 7

1 vistoria sanitária

Continuação de acompanhamento da prestação de serviços – Control de pragas
Inspeção sanitária ao matadouro dos Margaridos – Todas as semanas – 3^{as} e 6^{as}

Gestão de Tráfego e Estacionamento

Análise e apresentação de soluções para 9 interrupções ao trânsito, para a realização de eventos diversos

Análise e apresentação de soluções para 22 ocupações de espaço/via pública, para a execução de trabalhos/atividades diversos

Análise e informação de 3 pedidos para licenciamento de provas desportivas

Análise e informação de 2 pedidos de parecer para passagem de evento na área geográfica do concelho

Análise e informação de 5 processos referentes a reservas de estacionamento para a realização de eventos

Análise e informação de 1 processos referentes a reparação de parcometros

Manutenção de nove parcometros existentes na cidade, com respetiva recolha e contabilização semanal de receita e aplicação de consumíveis e ainda 1 pedidos e acompanhamento de assistência técnica

Acompanhamento da verificação periódica anual de parcometros

Acompanhamento e manutenção das boas condições de funcionamento de todos os sistemas semaforicos existentes na cidade

Análise e informação de 2 processos referentes a solicitação de criação de estacionamento para mobilidade condicionada

Análise e informação de 3 processos para averbamento de alvarás de táxis

Análise e informação de 1 processo referente a pedido de instalação de posto de abastecimento

Análise e informação de 1 processo referente a aquisição de sinalização

Análise e informação de 17 processos referentes a sinalização

Análise e informação de 3 processos referentes a reformulação, ordenamento e regularização do trânsito e/ou estacionamento

Análise e informação de processo relativo a mau funcionamento de conjunto semaforico limitador de velocidade

Análise e informação de processo relativo a possibilidade de instalação de “Lombas Redutoras de Velocidade – LRV”

Análise, informação e acompanhamento de processo relativo a demolição de edifício confinante com a via

Análise, informação e acompanhamento de processo relativo a Corte de Trânsito para realização da “Feira de São Matias 2018”

Análise e informação de 1 processos relativos a reforços de sinalização de estacionamento proibido

Análise e informação de 2 processos relativos a solicitação de lugares de estacionamento autorizado

Aquisição de Bens para o Fornecimento e Montagem de Equipamentos de Fitness e Equipamentos Infantis – Abrantes

Concluído

Aquisição de um veículo pesado de passageiros para transporte coletivo de crianças, com a lotação de 55 lugares + condutor + tripulante, adaptado a passageiros com mobilidade reduzida

Em fase de entrega do veículo

Aquisição de bens para fornecimento de diversos materiais de construção para substituição de cobertura no Estaleiro/ Oficina do Município de Abrantes

Concluído

Aquisição de dois veículos ligeiros de passageiros – furgonetas de 5 lugares

Concluído

Aquisição de uma máquina retroescavadora

Concluído

Aquisição de materiais para as redes de águas quentes e frias do Pavilhão Desportivo Municipal do Pego – Abrantes

Concluído

Aquisição de bens para o fornecimento de Plantas e Material de Rega - Abrantes

Concluído

OBJETIVO ESTRATÉGICO: INCLUIR TOD@S/REFORÇAR A COESÃO SOCIAL

Revisão do Plano de Desenvolvimento Social

Em vigor

Reforço do programa de respostas sociais

Entrada de 12 novos processos (Informações Sociais e respetivas diligências)

Acompanhamento de 41 processos (Contatos telefónicos, atendimentos, receção da documentação para instrução/renovação do apoio)

Aquisição de duas habitações para o realojamento de duas famílias, em regime de arrendamento apoiado

Em fase de consulta pública do Projeto de Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município destinado à ocupação em regime de arrendamento apoiado, disciplinando o procedimento de atribuição das habitações e o regime da sua ocupação e fruição, nos termos do novo regime do arrendamento apoiado, aprovado pela Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, alterada e republicada pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto

Expansão do Parque Municipal de Habitação Social

Edifício em Rio de Moinhos (confinante com o Centro Escolar de Rio de Moinhos)

Aquisição de serviços para a elaboração do projeto

Procedimento a decorrer

Alargamento da rede de Teleassistência

Monitorização do funcionamento do serviço e acompanhamento das famílias que usufruem dos 20 aparelhos

Todos os aparelhos estão instalados e não existem utentes em lista de espera

Rede Especializada de Intervenção na Violência de Abrantes

Apoio a vítimas de violência doméstica

Plano Municipal para a Cidadania, Igualdade de Género de Não Discriminação

Em vigor

Banco Local de Voluntariado

Atendimento/Inscrições de novos voluntários e respetivos encaminhamentos para outras entidades

Banco do Tempo

Participação da agência de Abrantes na celebração dos 15 anos de Banco de Tempo em Portugal, representada por um dos membros na exposição realizada pelo GRAAL

9.ª Edição do Prémio “Autarquia + Familiarmente Responsável”

Atribuído pelo sétimo ano consecutivo

BairroConVida

Monitorização do projeto

Solicitado aos parceiros a entrega do relatório anual de atividades

Consolidação do Programa FINABRANTES

Acompanhamento e monitorização das atividades dos 15 projetos aprovados

Em fase de avaliação de novas candidaturas para o ano 2018

Dinamização da plataforma Art'Andante

10.dezembro - ART'ANDANTE | Coro do Orfeão de Abrantes

13.janeiro - ART'ANDANTE | AMA - Academia de Músicos de Abrantes

OBJETIVO ESTRATÉGICO: FOMENTAR O INVESTIMENTO/GERAR MAIS OPORTUNIDADES PROFISSIONAIS

Expansão e Qualificação do Tecnopolo do Vale do Tejo

Aceleradores de empresas - em processo de revisão do próprio projeto de execução atendendo aos valores apurados na revisão da estimativa orçamental entretanto efetuada e com perspetiva de redução do montante de investimento de 45% a 50% do montante anterior

Atualmente estão instaladas no edifício INOVPOINT um total de 30 empresas, que representam 55 postos de trabalho no total e com uma presença física de 35 dos seus recursos humanos. Atualmente no parque encontram-se diariamente 78 postos de trabalho nas empresas e instituições instaladas

Submissão da 2.ª fase do projeto MOBI ecobio, com o respetivo plano de ação e estudo de sustentabilidade no valor 499.500€, no âmbito do Fundo Ambiental ao Ministério do Ambiente, aguardando-se a decisão

Uma vez aprovados o projeto AGRIO ET EMULSIO e o projeto GEDITEC no âmbito do PORTUGAL 2020, em parcerias lideradas pelo Instituto Politécnico de Santarém e de Tomar, respetivamente, estando a decorrer as atividades previstas

No âmbito do INOV C – rede de inovação da Universidade de Coimbra o TAGUSVALLEY participou nas diversas reuniões decorridas e no âmbito do concurso ARRISCA C que integra o projeto, aprovou a atribuição de prémios referentes a um ano de serviços de incubação e o acesso ao sistema de incentivos à criação de emprego qualificado no Parque Tecnológico. No concurso a decorrer, passou a fase de triagem um projeto da região. Têm igualmente sido dinamizados workshops temáticos no TAGUSVALLEY e realizadas visitas a empresas com o objetivo de transferir conhecimento através de projetos de investigação aplicada

Ainda no âmbito do INOV-C foi aprovada o projeto complementar apresentado pelo Município de Abrantes, em parceria com o TAGUSVALLEY – com a designação Innovation Seed – Abrantes Invest – no montante de 10.000€ e que agora se iniciará a sua execução com a realização de um

workshop de lançamento, seis ações de identificação de oportunidades de inovação, o desenvolvimento de um protótipo e um seminário final no encerramento das atividades

No âmbito da RIERC estão a decorrer as atividades e a serem realizados acertos para reprogramação do projeto. No âmbito das provas de conceito, o projeto TAPALIFE instalou os seus protótipos e realizou sessões de teste em Fátima e no INOVPOINT

No âmbito do programa "Fostering Innovation to Tourism" do TURISMO DE PORTUGAL renovou-se e foi submetida nova candidatura da atividade NEWTON - new tourism opportunities network. IT.Point - centro acolhimento empresas de base tecnológico - Revisão do projeto em curso - entrega da versão final do projeto prevista para final do mês de março

LINE – execução do projeto aquatropolis, do vale amitronica, da prestação de serviços com a single.code VAM. Igualmente com o objetivo de divulgar as competências instaladas tem realizado um ciclo de workshops técnicos sobre áreas de interesse para os processos industriais das empresas da região

INOVLINER – conclusão de trabalhos técnicos de empresas do sector alimentar, arranque dos projetos aprovados no âmbito da rede rural nacional e concretização do concurso Food Fab Lab, que contou com onze produtos inscritos, tendo em dezembro sido atribuídos os quatro prémios de serviços de apoio ao desenvolvimento dos novos projetos empresariais

Ao nível das redes regionais, participação no grupo de trabalho da CIMT, e o papel ativo na RIERC e INOV-C

Em paralelo a equipa do TAGUSVALLEY por via da presidência da TECPARQUES participou na audição pública promovida pelo Governo de Portugal sobre estratégia 2030 no IPN em Coimbra e integrou a equipa convidada para validar o relatório que a OCDE se encontra a produzir para o Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia, no CeiiA em Matosinhos

No âmbito do grupo de trabalho para a concretização do projeto da energia inteligente, o Município e o TAGUSVALLEY têm assumido posição ativa na concretização e envolvimento dos diferentes parceiros para a sua submissão em candidatura de projeto de I&D em Co-promoção (RCI) no PORTUGAL 2020, com a sua apresentação junto da AICEP – PORTUGAL GLOBAL e da ANI – Agência de Inovação

Obtenção do estatuto de "Zona Empresarial Responsável" para o Parque Industrial de Abrantes e

Obtenção do estatuto de "Zona Empresarial Responsável" para a Zona Industrial do Pego e Tramagal

Processo em análise na sequência das alterações legislativas ocorridas e da informação disponibilizada na ação de formação organizada pela CIMT

Implementação do procedimento especial "Via Verde" do Investimento Estruturante

Procedimento implementado

Dinamização do Serviço Municipal de Apoio ao Desenvolvimento Económico

Reuniões com investidores a decorrer

Campanha de comunicação a decorrer

OBJETIVO ESTRATÉGICO: FOMENTAR O INVESTIMENTO/GERAR MAIS OPORTUNIDADES PROFISSIONAIS

Criação de um pacote de apoios fiscais e financeiros para investimentos estruturantes

Regulamento em vigor

Criação de Programa de Apoio Financeiro à Criação de Postos de Trabalho Qualificados no Tecnopolo

Regulamento em vigor

2 candidaturas com contratos assinados

3 candidaturas, apresentadas pela empresa Techframe, SA, de novos postos de trabalho qualificados, aprovadas na reunião de câmara de 14/11/2017. Assinatura de contrato agendada.

Os 3 contratos apoiados são a termo incerto e serão para ocupar posto de trabalho nas áreas de "Analista Programador", sendo que todos os contratados possuem Licenciatura em Tecnologias de Informação e Comunicação, Nível 6, ministrado na Escola Superior de Tecnologia de Abrantes

O apoio total a conceder pelo Município é de 21.005,00€

2 candidaturas que se encontram para decisão de aprovação

Implementação da Estratégia de Revitalização do Comércio no Centro Histórico

Regulamento em vigor

Concedidos apoios ao arrendamento de 18 estabelecimentos, dos quais 5 ainda em vigor, com 25 postos de trabalho criados, com uma taxa de sobrevivência de 86%

Deram entrada 4 novas candidaturas, em que uma das quais se encontra para decisão de aprovação e 3 que se encontram em análise, a aguardar esclarecimentos por parte dos requerentes

Otimizar a gestão das oportunidades decorrentes do Portugal 2020

Em curso procedimento de comunicação às empresas e entidades do concelho, pelo Serviço de Desenvolvimento Económico, sempre que existem oportunidades de financiamento

Adoção de medidas com vista à obtenção do Selo Verde em produtos e serviços

Certificação de Produtos Locais através da plataforma PRODFARMER - em curso

OBJETIVO ESTRATÉGICO: FOMENTAR O INVESTIMENTO/GERAR MAIS OPORTUNIDADES PROFISSIONAIS

Instalação do Museu Ibérico de Arqueologia e Arte

Obra em curso desde 30 novembro 2016 com conclusão prevista para 28 maio 2019 (prazo de execução da obra - 910 dias)

Projeto de Restauro, Reabilitação, Remodelação e Ampliação do Edifício Carneiro para a instalação de um Núcleo de Arte Contemporânea Charters de Almeida em Abrantes

Lançamento de empreitada em 27 de novembro de 2017 (prazo de execução da obra - 720 dias)
Procedimento a decorrer

Valorização do património religioso do centro histórico de Abrantes

Igreja de São Vicente - obra em execução (conclusão prevista para 3 de maio de 2018)
Igreja de Santa Maria do Castelo - aquisição de serviços para a elaboração do projeto de Museografia e Arquitetura Expositiva - procedimento a decorrer

Quartel Arte Contemporânea de Abrantes - Ampliação da Galeria Municipal de Arte de Abrantes – Quartel para Instalação da Coleção de Arte Contemporânea Figueiredo Ribeiro

Projeto de execução em fase de conclusão

Dinamização da grande Rota do Zêzere e do Caminho do Tejo

Plano de dinamização em curso

Atração de provas, estágios e eventos desportivos

01, 02 03. dezembro - 13ª, 14ª e 15ª Prova do Campeonato Nacional de Agility
27.janeiro - XXVI Taça Vale do Tejo
26, 27 e 28.janeiro - Final Four Campeonato Regional de Sub 14 masculinos e Sub 14 femininos

Reforço da presença em feiras, salões, exposições e marketplaces turísticos

Participamos na BTL em conjunto com a CIMT
Efetivamos a candidatura de Aldeia do Mato às “7 Maravilhas de Portugal – Aldeias”

Pedidos de iluminação pública

Elaboração de diversas informações relativas aos pedidos de iluminação pública solicitados pelas Juntas de Freguesia

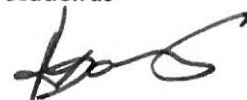
Aquisição de serviços para a elaboração do Projeto do aterro de acesso ao vão 3 e da colocação de enscadeiras, e de assistência técnica especial - açude Insuflável de Abrantes

Projeto de execução concluído
Fase de Assistência Técnica Especial



Empreitada de Açude Insuflável de Abrantes - Aterro de acesso ao vão 3 e da colocação de ensecadeiras

Procedimento a decorrer (prazo de execução da obra – 90 dias)



OBJETIVO ESTRATÉGICO: PROMOVER A REABILITAÇÃO /DAR VIDA NOVA AOS ESPAÇOS URBANOS

Conclusão do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Abrantes

Concluídas as peças integrantes da proposta, encontrando-se em curso a adaptação das peças desenhadas para formato “shapefile”, conforme solicitação da CCDR-LVT, na preparação da submissão e remissão às entidades externas

Conclusão do processo de revisão do Plano de Urbanização de Abrantes

Publicada em Diário da República, na data de 05.06.2017, a revisão do Plano de Urbanização de Abrantes, com entrada em vigor no dia seguinte (06.06.2017)

Plano de Pormenor da Zona Industrial de Pego

Em ponderação, pelos serviços técnicos, a alteração de estratégia de plano, equacionando-se a opção de Plano de Urbanização, com vista à operacionalização mais dinâmica de planeamento do território, em função dos interesses de investimento que venham a ser acolhidos (opção obrigatoriamente vertida e considerada no processo de revisão do Plano Diretor Municipal)

Implementação do programa estratégico da área de reabilitação urbana do centro histórico

Programa publicado em Diário da República em 19 de abril de 2017 – em vigor

Proposta final do Regulamento Municipal de Incentivos Fiscais à Reabilitação Urbana – em procedimento de envio para Diário da República

Requalificação do Vale da Fontinha e ligação ao Hospital

Construção do Parque de Estacionamento do Vale da Fontinha

Consignação da obra em 11 de janeiro de 2018 (prazo de execução da obra - 540 dias)

Processo remetido ao Tribunal de Contas para obtenção do visto

Requalificação do Largo 1º de Maio

Consignação da obra em 17 de outubro de 2017 (prazo de execução da obra - 240 dias)

Criação de Parque Lúdico Intergeracional no Bairro de Vale de Rãs - Olival Basto

Obra em execução (conclusão prevista para 27 de fevereiro de 2018)

Requalificação e Pavimentação de Arruamentos em Abrantes

Pavimentação da E.M. 556 entre S. Facundo e Vale das Mós

Concluída

Construção de Pontão sobre a Ribeira do Sardoal, em Casais de Revelhos – Abrantes

Obra a decorrer (conclusão prevista para 20 de fevereiro de 2018)

Caminho Municipal N.º 1213, que liga Amoreira a Martinchel – Reparação de Anomalias

Concluída

Requalificação da Rua da Fonte, em Matagosinha – Carvalhal

Concluída

Requalificação do Largo Espírito Santo – Mouriscas

Obra a decorrer (conclusão prevista para 27 de fevereiro de 2018)

Aquisição de Serviços para elaboração de Projetos de engenharia de pontões, muros e arruamento e elaboração de levantamento arquitetónico: Reabilitação e prolongamento de passagem hidráulica no Ribeiro dos Carvalhos sob o C.M. 1231 – Tubaral; Requalificação e alargamento de pontão na E.M. 518, sobre a Ribeira da Esteveira - Vale da Galinha – Esteveira; Construção de muro para contenção de talude no acesso ao Pavilhão Municipal do Pego; Construção de muro de suporte/vedação na Rua Infante Dom Fernando – Abrantes, Construção de muro de suporte na Urbanização das Acácias – Abrantes, Construção de muro de suporte e reabilitação/execução de pavimentos na Rua Vasco Santana e na Rua Doutor Correia Semedo – Abrantes, Requalificação da Travessa Coronel Luís Jorge de Mena e Silva em Abrantes e Levantamento topográfico e levantamento arquitetónico da Escola Básica de Alvega

Outorga do contrato em 13 de dezembro de 2017

Projetos em elaboração

Elaboração dos procedimentos para execução de diversas intervenções no âmbito dos contratos interadministrativos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia

Freguesia de Martinchel - Construção de Passeios na Rua da Cerâmica (EN 358) em Martinchel – Abrantes – concluído

Requalificação de imagem do Centro Histórico de Abrantes

Uniformização de mobiliário urbano das esplanadas do Centro Histórico – procedimento concluído

Melhoria das Condições de Mobilidade e Acessibilidade Pedonal no Centro Histórico - concluída 1ª fase. 2ª fase de intervenção contratualizada para início de execução no final de fevereiro

Procedimento em curso para aquisição da 2ª fase de instalação de velas (coberturas) no Centro Histórico

Requalificação de Arruamentos no Centro Histórico de Abrantes

Requalificação da Rua Nova, Travessa da Palma, Rua da Barca, Rua do Pisco e Travessa do Pisco - Abrantes

Lançamento de empreitada em 3 de janeiro de 2018 (prazo de execução da obra - 120 dias)

Outorga do contrato em 19 de fevereiro de 2018

OBJETIVO ESTRATÉGICO: DEFENDER O TERRITÓRIO/UTILIZAR OS RECURSOS DE FORMA SUSTENTÁVEL

Melhorar a eficiência do sistema de abastecimento de água

Conclusão da alteração e melhoria da programação do autómato do Hidroressor de São Miguel do Rio Torto, de forma a otimizar a regulação de pressão pela Telegestão

Conclusão dos trabalhos para alteração do local de contador de energia elétrica para a Estação Elevatória de Vale das Donas, Reservatório Elevado de São Miguel do Rio Torto, Reservatório da Encosta da Barata

Concluídos os trabalhos para o Aumento de Potência e Certificação das Instalações elétricas do Reservatório Elevado de São Miguel do Rio Torto e do Reservatório da Encosta da Barata

Em curso os trabalhos para o aumento de potência, alteração do local de contador de energia elétrica e certificação das instalações elétricas da Estação Elevatória de Vale de Tábuas e Furo de Água Travessa

Em curso os trabalhos para a integração na Telegestão do caudal de água elevado pelas instalações de Águas de Lisboa e Vale do Tejo, adjacentes às instalações dos SMA da Cabeça Gorda, para otimização da produção

Relatório técnico do estado de conservação, eficiência hidráulica e energética dos grupos de bombagem da Captação de Cabeça Gorda, com a adjudicação da reparação do grupo de bombagem nº 4 (grupo com maior desgaste) à Effacec

Colocação de ETA piloto em ETA de Mouriscas, em funcionamento, para a melhoria do sistema de tratamento existente, com a realização de três ensaios com caudais diferentes. A aguardar os resultados das análises para verificação do índice de langelier e a eficácia do sistema de tratamento

Contratação de serviços para o fornecimento de geradores por sistema de aluguer, de forma a garantir o funcionamento das instalações em caso de falha de energia elétrica, por origem no distribuidor ou falha nos sistemas de alimentação das instalações, devido a avaria ou calamidade natural. Adjudicação de empreitada, à firma JC Bartolomeu, para execução de interligação, com cabo elétrico, entre a Estação Elevatória Intermédia e a Captação de Cabeça Gorda

Colocação em funcionamento de software de controlo da qualidade da água, com testes à base de dados, definição de pontos de colheita, a fim de fazer o estudo e controlo ao abrigo do futuro Plano de Segurança da Água

Estudo para trabalhos de implementação de sistema de comunicação redundante via GPRS entre a ETA de Cabeça Gorda e a VPN existente, em virtude da linha fixa apresentar muitas falhas - a aguardar solução técnica a apresentar pelo operador

Manutenção e verificação do funcionamento da ETA para remoção de alumínio do reservatório de Bemposta

Concluída a implementação de um sistema de comunicações via WIFI entre o reservatório de São Facundo e EE de Vale das Mós/São Facundo e programação de autómatos

Manutenção e otimização dos sistemas de monitorização via SMS e otimização operacional com recurso ao sistema de telegestão

Continuação da renovação do parque de contadores de água

Desenvolvimento de estudo para implementação de Zonas de Medição e Controlo

Continuação das ações de monitorização e optimização das soluções de tratamento de água e das infraestruturas a ela associadas - processo complementado com elaboração, em curso, de Plano de Segurança da Água

Abastecimento a São Miguel, Tramagal, Pego e Concavada de água proveniente da Albufeira do Castelo de Bode – em curso procedimentos de concurso público para o troço Vale das Donas – Tramagal (em fase de celebração de contrato) e para o troço Vale das Donas – Concavada (em fase de audiência prévia)

Melhoria do serviço prestado na área dos resíduos sólidos urbanos

Em curso a instalação de 1000 TAGS nos contentores dos RSU

Melhoria dos sistemas de gestão

Em fase de desenvolvimento o processo de implementação do sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho

Em desenvolvimento o Plano de Segurança da Água

Desenvolvimento de programa de apoio à constituição e gestão de zonas de intervenção florestal

Análise dos diversos instrumentos legais existentes e dos cenários abertos pelo Programa Desenvolvimento Rural (PDR 2020) para estruturação do programa de apoio à constituição e gestão de zonas de intervenção florestal

Implementação do programa de proteção de aglomerados populacionais e rede viária, com a limpeza da floresta

Execução do plano de limpeza realizado pelos sapadores florestais

2 Candidaturas (PDR2020-814) - Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos/Incêndios 2017 (Aldeia do Mato e Mouriscas) - em análise

Candidatura (PDR2020-813-026584) – Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos – não aprovada. Em reestruturação para nova submissão

Candidatura (PDR2020-814-015375) - Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos/Incêndio 2015 - concluída

Candidatura (PDR2020-814-030267) - Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos/Incêndio 2016 - aprovada pelo PDR2020 – A preparar o concurso para execução dos trabalhos

Campanha de Sensibilização 2018 “A sua vida não é um brinquedo” – alertar os proprietários para a necessidade de gestão de combustíveis junto das habitações e aglomerados populacionais – em curso

Apoio na Formação Ministrada ao Exército Português, no RAME – Ação de Treino Operacional de Ferramentas Manuais no Combate a Incêndios Florestais – em curso

Apoio à GNR na Operação "Floresta Protegida 2018" que está a ser desenvolvida pelo Comando Territorial de Santarém que terá lugar nos dias 28 de fevereiro e 1 de março em Abrantes – em curso

Atualização e implementação do Plano Municipal de defesa da floresta contra incêndios

Execução e acompanhamento das ações previstas para o ano de 2018, nomeadamente dos trabalhos da responsabilidade da Câmara Municipal

Atualização e aprovação do Plano Municipal de Emergência (PME)

Plano Municipal de Emergência aprovado pela ANPC a 18 de outubro de 2017

OBJETIVO ESTRATÉGICO: DEFENDER O TERRITÓRIO/UTILIZAR OS RECURSOS DE FORMA SUSTENTÁVEL

Desenvolvimento de programa de otimização do desempenho energético dos edifícios e frotas do Município

Implementada aplicação piloto para a gestão de consumos de energia no âmbito do projeto “Abrantes Cidade Inteligente”. Em desenvolvimento o alargamento ao Centro Histórico com previsão de entrada em produção no mês de dezembro

Implementada aplicação piloto para a gestão de frota no âmbito do projeto “Abrantes Cidade Inteligente” – Em desenvolvimento o alargamento a toda a frota municipal com previsão de entrada em produção no mês de dezembro

Aquisição de serviços para a implementação de medidas no âmbito da utilização racional de energia em instalações municipais - Lançamento consecutivo de procedimentos de aquisição de energia elétrica no mercado liberalizado através do Acordo quadro da CIMT, à medida que os procedimentos em curso terminam

Levantamento da IP do concelho - Levantamento base concluído, em atualização continua pela Agência de Energia MT21

Criação de programa de otimização do desempenho energético dos sistemas de iluminação pública

Implementada aplicação piloto para a gestão de consumos de energia no âmbito do projeto “Abrantes Cidade Inteligente” – Em desenvolvimento o alargamento ao Centro Histórico com previsão de entrada em produção no mês de dezembro

Investimento em Iluminação Pública (em colaboração com a Agência Médio Tejo 21) – candidatura submetida

OBJETIVO ESTRATÉGICO: APERFEIÇOAR A GOVERNAÇÃO/ENVOLVER A COMUNIDADE

Instalação da Loja do Cidadão no Centro Histórico

Consignação da obra em 7 de fevereiro de 2018 (prazo de execução da obra - 210 dias)

Processo remetido ao Tribunal de Contas para obtenção do Visto

Reestruturação do portal Municipal

Atualizada informação da área do Desenvolvimento Económico em simultâneo com a apresentação da campanha Abrantes INVEST



Promoção do orçamento participativo

Fase de apresentação de melhorias ao regulamento, visando uma participação efetiva neste processo

Promoção da relação eletrónica entre o cidadão/empresário e o governo autárquico, disponibilizando serviços e conteúdos online

Foi colocado on-line no dia 03.01.2018, o Urbanismo 360, conjunto de serviços da área do urbanismo que vem expandir significativamente a plataforma Abrantes 360

Para além da disponibilização on-line, foi integrado neste projeto a versão digital da plataforma para o atendimento, que permite que a submissão de processos efetuada presencialmente tenha a mesma configuração da versão on-line

Estabelecimento de parcerias para a construção de projetos que visem o desenvolvimento de uma "Cidade Inteligente"

Processo de alargamento do projeto em desenvolvimento com previsão de entrada em produção no mês de dezembro

Aprofundamento da cooperação técnica e financeira com as Freguesias

Candidaturas CEI (Contrato Emprego Inserção) 2017 - aprovadas candidaturas para cantoneiros de limpeza a colocar ao serviço das juntas de freguesia – em curso indicação de candidatos por parte das Juntas de Freguesia para ocupação do programa

Apoio técnico às Juntas de Freguesia na elaboração de projetos, organização e desenvolvimento de processos de empreitadas e acompanhamento e fiscalização de empreitadas e obras no âmbito dos contratos interadministrativos e protocolos de colaboração celebrados

Apoio técnico à Junta de Freguesia de Aldeia do Mato e Souto, Alvega e Concavada, Mouriscas, Pego e São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo na construção do processo de ampliação dos cemitérios de Souto, Alvega, Mouriscas, Pego e Bicas - em fase de execução do projeto e desenvolvimento dos processos de empreitada

Em curso reuniões com as juntas de freguesia para definição da celebração de contratos interadministrativos e protocolos de colaboração de delegação de competências para execução de diversas intervenções nos respetivos territórios no ano de 2018

Implementação do Sistema de Controlo Interno em áreas setoriais da organização municipal

Enquadramento da aplicação de normas do OE 2018, designadamente no âmbito do CCP, precários, SIADAP, alterações de posições remuneratórias e validações concretas de

procedimentos. Prossecução dos processos de avaliação no âmbito do Plano de Prevenção de Riscos e da NCI

Melhorar a Política de Formação

Participação de 25 colaboradores, em 8 ações de formação, num total de 224 horas

OFICIAL PÚBLICO – CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS E DE EMPREITADAS

Contratos efetuados de 26/10/2017 a 09/02/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

Contrato nº 69/2017 - Contrato de Fornecimento Contínuo de Mistura Betuminosa a Frio e Emulsão Embidonada, outorgado em 9 de novembro de 2017, com ISIDORO CORRREIA DA SILVA, LDA.;

Contrato nº 70/2017 - Contrato de Aquisição de Serviços de Animação Educativa e Sociocultural, outorgado em 16 de novembro de 2017, com Lígia Margarida Serras Lobato;

Contrato nº 71/2017 - Contrato de Aquisição de Software de Backups, outorgado em 20 de novembro de 2017, com PAMAFE — INFORMATICA, LDA.;

Contrato nº 72/2017 – SMA - Contrato de Aquisição de Serviços Especializados para a Elaboração, Submissão e Acompanhamento de Candidatura ao POSEUR, outorgado em 23 de novembro de 2017, com F. INICIATIVAS, CONSULTADORIA E GESTAO, LDA.;

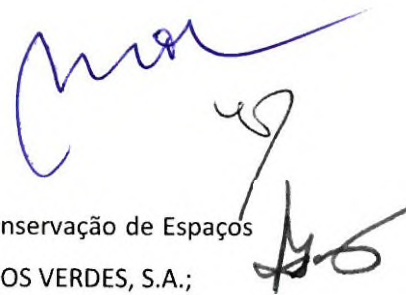
Contrato nº 73/2017 – Contrato de Aquisição e Transformação de Veículo em Unidade Móvel — Carrinha do Cidadão (Orçamento Participativo), outorgado em 23 de novembro de 2017, com AUTO RIBEIRO, LDA.;

Contrato nº 74/2017 – Contrato de Aquisição de dois Espetáculos Musicais, outorgado em 24 de novembro de 2017, com MAPA DE SONS UNIPessoal, LDA.;

Contrato nº 75/2017 – Contrato de Aquisição de Energia Elétrica, ao Abrigo do Acordo Quadro para Seleção de Fornecedores de Eletricidade em Regime de Mercado Livre - CPCC/05/2016, celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, Lote 3 – Média Tensão, outorgado em 24 de novembro de 2017, com EDP COMERCIAL – COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S. A.;

Contrato nº 76/2017 – Contrato de Aquisição de Serviços de Consultadoria em Sociologia para a Unidade de Desenvolvimento Económico e Turístico, outorgado em 4 de dezembro de 2017, com Maria Margarida Castanho Ruivo Martins Ribeiro;

Contrato nº 77/2017 – Contrato de Aquisição de Serviços para Elaboração de Projetos de Engenharia de Pontões, Muros e Arruamentos e Elaboração de Levantamento Topográfico e Arquitetónico, outorgado em 13 de dezembro de 2017, com JORGE LOUREIRO — PROJECTOS DE ENGENHARIA E ARQUITECTURA, LDA.;



Contrato nº 78/2017 – Contrato de Aquisição de Serviços para Manutenção e Conservação de Espaços Verdes, outorgado em 14 de dezembro de 2017, com EMPEV — GESTÃO DE ESPAÇOS VERDES, S.A.;

Contrato nº 79/2017 – Contrato de Aquisição de Bens para o Fornecimento de Plantas e Material de Rega - Abrantes, outorgado em 15 de dezembro de 2017, com CRIA — CENTRO DE RECUPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE ABRANTES;

Contrato nº 80/2017 – Contrato de Fornecimento de Diversos Materiais para a Escola Básica de Alvega, outorgado em 19 de dezembro de 2017, com Celso Maria Carola;

Contrato nº 81/2017 – Contrato da Empreitada de Construção do Parque de Estacionamento do Vale da Fontinha em Abrantes, outorgado em 20 de dezembro de 2017, com DIAMANTINO JORGE & FILHOS, S.A.;

Contrato nº 82/2017 – Contrato de Aluguer, Montagem e desmontagem de Iluminação Decorativa de Natal, outorgado em 20 de dezembro de 2017, com FABRILIGHT — ILUMINAÇÕES, UNIPESSOAL, LDA.;

Contrato nº 83/2017 – Contrato de Aquisição de uma Máquina Retroescavadora, outorgado em 22 de dezembro de 2017, com STET — SOCIEDADE TECNICA DE EQUIPAMENTOS E TRATORES, S.A.;

Contrato nº 84/2017 – Contrato de Aquisição de Dois Veículos Ligeiros de Passageiros - Furgonetas de Cinco Lugares, outorgado em 22 de dezembro de 2017, com MERCAR — SOCIEDADE PORTUGUESA DE COMERCIO E REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS, LDA.;

Contrato nº 85/2017 – Contrato de Aquisição de Serviços de Apoio Técnico para Elaboração de Candidaturas ao PDR 2020, outorgado em 28 de dezembro de 2017, com ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DOS CONCELHOS DE ABRANTES, CONSTÂNCIA, SARDOAL E MAÇÃO;

Contrato nº 1/2018 – Contrato de Aquisição de Serviços de Contabilidade para Apoio a Divisão de Gestão Financeira, outorgado em 3 de janeiro de 2018, com Ana Rita Ribeiro de Matos;

Contrato nº 2/2018 – Contrato de Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança ao Abrigo do Acordo Quadro para Seleção de Fornecedores de Serviços de Vigilância e Segurança - CL/02/2015, celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Medio Tejo - Lote 3, outorgado em 5 de janeiro de 2018, com 2045- SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA, S.A.;

Contrato nº 3/2018 – Contrato de Aquisição de um Veículo Pesado de Passageiros para Transporte Coletivo de Crianças Adaptado a Passageiros com Mobilidade Reduzida, outorgado em 5 de janeiro de 2018, com AUTO-SUECO, LDA.;

Contrato nº 4/2018 – SMA - Contrato da Empreitada de Instalação de "Sistema Redundante de Alimentação de Energia Elétrica para a Captação e Estação Elevatória Intermédia de Cabeça Gorda, com Possibilidade de Alimentação Via Gerador Móvel para Utilização Esporádica, outorgado em 15 de janeiro de 2018, com J.C. BARTOLOMEU — INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, LDA.;



Contrato nº 5/2018 – Contrato de Aquisição de Serviços de Manutenção do Hardware do Datacenter, outorgado em 18 de janeiro de 2018, com PAMAFE — INFORMATICA, LDA.;

Contrato nº 6/2018 – Contrato de Aquisição de Serviços na Área dos Seguros ao Abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Seguros da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, outorgado em 30 de janeiro de 2018, com FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.;

Contrato nº 7/2018 – Contrato de Aquisição de Serviços na Área dos Seguros, outorgado em 30 de janeiro de 2018, com FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.;

Contrato nº 8/2018 – Contrato de Aquisição de Serviços de Ação Social – Atendimento Geral - CPCJ, outorgado em 1 de fevereiro de 2018, com DIOGO FILIPE ESTEVES REGO;

Contrato nº 9/2018 – Contrato de Aquisição de Serviços de Ação Social – Atendimento Geral, outorgado em 1 de fevereiro de 2018, com CRISTINA MARIA DA ROSA BISPO;

Contrato nº 10/2018 – Contrato da Empreitada de Instalação da Loja do Cidadão de Abrantes em Edifício Municipal, outorgado em 1 de fevereiro de 2018, com SISFOZ – MONTAGENS ELÉTRICAS, LDA.;

Contrato nº 11/2018 – SMA - Contrato de Fornecimento de Anídrico Carbónico, outorgado em 6 de fevereiro de 2018, com PRAXAIR – PORTUGAL GASES, S.A.;

Contrato nº 12/2018 – Contrato de Aquisição de uma Viatura Ligeira de Passageiros, outorgado em 7 de fevereiro de 2018, com MARQUES, LDA.;

Contrato nº 13/2018 – Contrato de Aquisição de Produtos Químicos, outorgado em 7 de fevereiro de 2018, com PRODYALCA – COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS, LDA.;

Contrato nº 14/2018 – Contrato de Aquisição de Software de Gestão Associativa (Orçamento Participativo), outorgado em 9 de fevereiro de 2018, com SINGLECODE – INNOVATION, LDA.;

Contrato nº 15/2018 – SMA - Contrato de Fornecimento de Produtos para Tratamento de Água para Consumo Humano, outorgado em 9 de fevereiro de 2018, com CUF – QUÍMICOS INDUSTRIAIS, S.A.;

Notário Privativo

Esc. 15/2017 de 06/12/2017 – Compra de casa de habitação em Arrifana, a Maria Celeste do Carmo Martinho e marido, por 38.000,00€;

Esc. 16/2017 de 11/12/2017 – Compra de casa de habitação em Cabrito, a Maria José Batista Mendes, por 56.000,00€;

Esc. 17/2017 de 19/12/2017 – Compra de prédio rústico, na Encosta do Castelo, a Maria Luzia Rosa Rodrigues Morgado, marido e Clotilde Rosa Rodrigues Pombo, por 15.180,00€;



Esc. 18/2017 de 27/12/2017 – Compra de uma parcela de terreno, destinado ao domínio público, na zona do Aquapolis, por 116.849,00€;

Esc. 19/2017 de 29/12/2017 – Compra de um edifício na Av. Defensores de Chaves, a Paulo Jorge da Silva Antunes Pinhão e mulher Isabel Maria de Carvalho Albino Pinhão, por 60.000,00€;

Esc. 01/2018 de 11/01/2018 – Compra do direito de superfície de uma casa de habitação, sita no Bairro Municipal, nº 62, por 15.000,00€;



GESTÃO ORÇAMENTAL

Resumo da Execução Orçamental a 9 de fevereiro de 2018

Execução do Orçamento da Receita

Descrição	Previsões Corrigidas	Receitas Liquidadas	Receita Cobrada Líquida	Tx. Exec.
Receitas Correntes	23.914.240,00 €	1.579.044,10 €	1.590.625,92 €	7%
Impostos Diretos	6.472.100,00 €	148.904,62 €	148.904,62 €	2%
Impostos Indiretos	172.750,00 €	24.918,01 €	24.732,84 €	14%
Taxas Multas e O. Penal.	170.400,00 €	6.719,54 €	6.719,54 €	4%
Rend. Propriedade	3.123.610,00 €	402.950,96 €	402.950,96 €	13%
Transf. Correntes	12.716.749,00 €	915.185,00 €	915.185,00 €	7%
Venda Bens e Serv. Cor.	954.281,00 €	77.746,54 €	87.224,82 €	9%
Outras Receitas Correntes	304.350,00 €	2.619,43 €	4.908,14 €	2%
Receitas Capital	10.168.835,00 €	125.298,45 €	125.298,45 €	1%
Vendas Bens Investimento	38.960,00 €	- €	- €	0%
Transferências Capital	10.018.125,00 €	125.298,45 €	125.298,45 €	1%
Ativos Financeiros	1.550,00 €	- €	- €	0%
Passivos Financeiros	200,00 €	- €	- €	0%
Outras Receitas de Capital	110.000,00 €	- €	- €	0%
Reposições n. Abatidas Pag.	12.000,00 €	2.364,22 €	2.447,62 €	20%
TOTAL	34.095.075,00 €	1.706.706,77 €	1.718.371,99 €	5%

Nota: a receita liquidada apresenta-se inferior à cobrada, uma vez que o "encosto de saldos" só é feito aquando da Prestação de Contas



Execução do Orçamento da Despesa

Descrição	Dotação Corrigida	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas	Tx. Exec.
DESPESAS CORRENTES	18.943.185,00 €	15.203.729,87 €	1.584.187,63 €	8%
Despesas com o pessoal	7.512.770,00 €	7.463.219,27 €	423.287,78 €	6%
Aquisição de bens e serv.	7.296.320,00 €	4.556.160,49 €	638.298,48 €	9%
Juros e outros encargos	93.760,00 €	71.755,46 €	7.788,04 €	8%
Transferências correntes	3.667.625,00 €	2.787.881,90 €	505.264,67 €	14%
Subsídios	10,00 €	- €	- €	0%
Outras despesas correntes	372.700,00 €	324.712,75 €	9.548,66 €	3%
DESPESAS CAPITAL	15.151.890,00 €	7.395.400,34 €	502.285,50 €	3%
Aquisição de bens de cap.	11.476.070,00 €	5.457.574,44 €	227.304,33 €	2%
Transferências de capital	1.367.620,00 €	34.350,32 €	6.590,00 €	0%
Ativos financeiros	196.500,00 €	192.937,00 €	- €	0%
Passivos financeiros	1.600.200,00 €	1.567.492,52 €	236.503,24 €	15%
Outras despesas de capital	511.500,00 €	143.046,06 €	31.887,93 €	6%
TOTAL	34.095.075,00 €	22.599.130,21 €	2.086.473,13 €	6%

Informação a prestar nos termos do nº 4 do artº 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro

Saldo e Estado da Dívida a Fornecedores a 9 de fevereiro de 2018

menos de 30 dias	>30 e <60 dias	>60 e <90 dias	mais 90 dias	Total
142.170,45 €	4.526,36 €	500,00€	443,49 €	147.640,30 €
96,30%	3,07%	0,03%	0,03%	100%

* Inclui documentos em receção e conferência



QREN 2007/2013 - Execução a 8 de fevereiro de 2018

CONTRATUALIZAÇÃO 2007/2013	
FEDER INICIAL	6.325.797,00 €
FEDER APROVADO (tx. 85%)	11.229.726,18 €
DIFERENÇA	4.903.929,18 €
TAXA DE APROVAÇÃO	178%
FEDER EXECUTADO	11.229.726,18 €
TAXA DE EXECUÇÃO	100%

QREN 2007/2013 – OUTROS (POVT, MAIS CENTRO, POPH, PRODER)	
Investimento Elegível Aprovado	9.241.061,34 €
FEDER APROVADO	7.798.505,53 €
Investimento Executado	8.750.398,69 €
FEDER EXECUTADO	7.360.448,92 €
TAXA DE EXECUÇÃO	94%

Todas as operações relativas ao QREN 2007/2013 encontram-se encerradas.

Foi recebido o valor definitivo do fundo correspondente à despesa validada, ou seja, 338.444,96 €, relativo à “Requalificação da estrada entre Bemposta e Vale das Mós”, candidatura em overbooking, encerrando-se assim a operação que faltava.

PORTUGAL 2020 - Execução a 8 de fevereiro de 2018

PORTUGAL 2020	
FEDER INICIAL CONTRATUALIZADO	4.051.262,02 €
FEDER APROVADO (tx. 85%)	2.274.756,34 €
DIFERENÇA	1.776.505,68 €
TAXA DE APROVAÇÃO	56%
FEDER EXECUTADO	248.027,03 €
TAXA DE EXECUÇÃO	11%



PEDU	
FEDER INICIAL CONTRATUALIZADO *	6.590.000,00 €
FEDER APROVADO (tx. 85%)	2.675.038,09 €
DIFERENÇA	3.914.961,91 €
TAXA DE APROVAÇÃO	41%
FEDER EXECUTADO	631.553,18 €
TAXA DE EXECUÇÃO	24%
* Majoração de 10% da dotação FEDER do PEDU/PARU (590 mil€) referente à Operacionalização do Acelerador de Investimento Municipal	

Extra PACTO e PEDU	
FEDER APROVADO	5.010.264,43 €
FEDER EXECUTADO	34.279,19 €
TAXA DE EXECUÇÃO	1%

TOTAL PT2020	
FEDER APROVADO	9.571.015,26 €
FEDER EXECUTADO	913.859,40 €
TAXA DE EXECUÇÃO	9%

Todas as candidaturas encontram-se encerradas, exceto a candidatura “Requalificação da estrada entre Bemposta e Vale das Mós”, que por ser uma candidatura em overbooking aguardava deliberação da Autoridade de Gestão para comparticipação, deliberação essa que foi tomada no dia 7 de novembro, data em que foi dada autorização para o pagamento efetivo do fundo correspondente à despesa validada, ou seja, 338,444,96 € – aguarda-se pagamento para encerrar o QREN 2007/2013

A Presidente da Câmara Municipal

Maria do Céu Albuquerque



[Handwritten signature]

DE
Catarina Santos
Chefe da Divisão Administrativa

PARA
Exma. Sra.
Presidente da Câmara Municipal de
Abrantes

Nº

DATA
14, 02, 2018



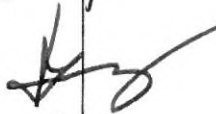
ASSUNTO
Processos Judiciais

Para efeitos do artigo 35.º, n.º 4 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, anexa-se relação de processos judiciais a correr trâmites nos Tribunais, designadamente Tribunal Judicial de Abrantes, Tribunal Judicial de Alcobaça, Tribunal Judicial da Comarca de Santarém, Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, Tribunal Administrativo do Círculo de Coimbra, Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, Tribunal Central Administrativo Sul e Supremo Tribunal Administrativo.

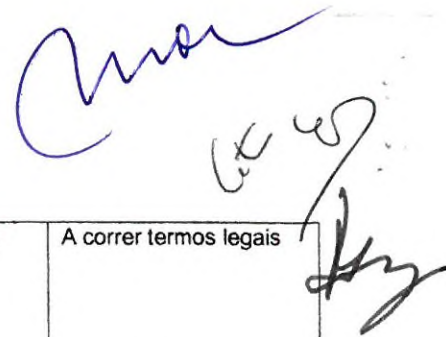
Catarina Alexandra Justino Santos
Chefe da Divisão Administrativa

[Handwritten signature]


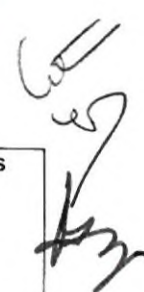
*A submeter para conhecimento
de Assembleia Municipal. 16.02.2018*
[Handwritten signature]

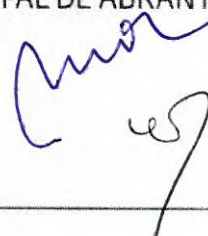
Nº de Processo Judicial	Autor e Réu da Ação Recorrente e Recorrido	Matéria de Litígio	Situação Atual do Processo
Valor da Ação			
Proc. 199/05.0 BELRA Trib. Adm.Fisc.Leiria 388.956,37€	Autor: João Salvador, Lda. e Outro Réu: Município ABT	Ação administrativa comum	Em recurso
Proc.1000/07.5BELRA TAF Leiria € 235.990,00	A: Josué de Jesus e mulher R: Município de Abrantes	Ação administrativa comum de forma ordinária	A correr termos no TCA Sul sob o n.º 12479/15 – 2º juízo – 1ª Secção
Proc. 1165/07.6 BELRA TAF Leiria € 32.487,26	A: Carlos Alberto Amaral Dias R: Município de Abrantes e outros	Ação adm. especial de pretensão conexa com atos administrativos	Interposto recurso para tribunal superior pelo autor o qual já foi admitido
Proc. 43/08.6 BELRA TAF Leiria € 55.578,68	A: Gilberto Manuel Silva Matos e outros R: Município de Abrantes	Ação adm. comum – forma ordinária	A correr termos legais
Proc.302/08.8 BELRA TAF. Leiria € 15.613,84	Autor: Salvador Teixeira Duarte Réu: Município ABT	Ação adm. especial	A correr termos legais
Proc. 265/09.2 BELRA TAF Leiria € 5.500,000	Autor: Maria Arlete Ferreira Lopes e outros Ré: Município de Abrantes	Ação administrativa esp. de pretensão conexa com atos administrativos	A correr termos legais
Proc. 353/09.5 TBABT 2.º Juízo, T. J. Abrantes € 59.970,80	Autor: Construções Jorge Ferreira e Dias, Lda Réu: Município de Abrantes	Ação de processo especial	Suspensa a instância por a A. não ter constituído novo mandatário, sendo tal obrigatório
Proc.1684/09.0 BELRA TAF Leiria € 1.095,83	Autor: Gilberto Manuel Silva Matos Réu: Município de ABT	Ação adm. comum – forma sumária	A aguardar sentença
Proc. n.º 149/10.1 TBABT – 3.º Juízo 500,00€	Insolvente Portugometal – Construções Metálicas, Lda Interessado: Município de Abrantes	Exercício de direito de preferência em insolvência	A correr termos legais
Proc. 1034/10.2 BELRA TAF de Leiria € 21.499,00	Autor: Adelino Dias Frade Réu:Lena –Engenharia e Construções,S.A. Réu Município de Abrantes	Ação adm. comum –forma comum	TAF de Leiria absolveu os réus
Proc. n.º 357/11.8 BECTB €69.300,00	A: Maria Manuela Maia Mascate Marques e outros R: Município de Abrantes	Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos	A aguardar sentença do TCA Sul
Proc. .º 919/11.3BELRA €102.092,51€	A: Município de Abrantes R: Lúdicoideias, Unipessoal, Lda	Ação administrativa Comum na forma ordinária	A aguardar sentença
Proc.nº 652/11.6 TBABT, 2.º Juízo, Tribunal Judicial de Abrantes €936,69	Insolvente: Silva e Dias – Ind. de Alimentação, Imp. e Comércio, S.A. Reclamante / credor – Município de Abrantes	Ação de Insolvência	A correr termos legais
Processo n.º 459/12.3TBABT, 1.ºJuízo, tribunal Judicial de Abrantes € 721,94	Reclamante/credor – Município de Abrantes Insolvente – Cristina e Mota, Lda	Ação de Insolvência	A correr termos legais



Processo n.º 996/12.0TBACB, 3.º Juízo, Tribunal Judicial de Alcobaça - Insolvência €441,28	Insolvente: Triângulo . Empresas de Arquitetura e Engenharia, Lda. Credor: Município de Abrantes	Reclamação de Créditos em Insolvência	A correr termos legais
Processo n.º 124/13.4 BELRA TAF Leiria €50.001,00	Autor: Maria Manuela Gil Morgado Filipe C. Int: Magda Sofia esteves Gomes Réu: Município de Abrantes	Ação administrativa especial de pretensão conexa de atos administrativos	A correr termos legais
Processo n.º 78939/13.9IYPRT 27.321.41€	Autor: Progitape – Projetos de Arquitetura, Planeamento e Engenharia, Lda. Réu: Município de Abrantes	Ação administrativa comum – forma sumária	A aguardar sentença
Processo n.º 751/13.0TBABT – 3º Juízo Tribunal Judicial de Abrantes Insolvência 38,12€	Insolvente: Mendes Transportes, SA Reclamante: Município de Abrantes (SMA)	Reclamação de Créditos	A correr termos legais
Processo n.º 752/13.8TBABT – 2º Juízo Tribunal Judicial de Abrantes Insolvência 2.053,09€	Insolvente: Mendes & Gonçalves, SA Reclamante: Município de Abrantes (SMA)	Reclamação de Créditos	A correr termos legais
Processo n.º 842/13.7BELRA 6.693.719,68€	Autor: Construções Jorge Ferreira & Dias, Lda. Réu: Município de Abrantes	Ação Administrativa Comum - Forma Ordinária	A aguardar sentença
Processo n.º 567/14.6TBLRA 148,35€	Insolvente: CRIAGÁS, Energia e Comunicações, SA Reclamante/Credor: Município de Abrantes (SMA)	Ação Especial de Revitalização (CIRE)	A correr termos legais
Processo n.º 699/14.0BELRA TAF de Leiria 1.136.414,00 €	Autor: Município de Abrantes Réu: 1.º - RPP-Retail Parks de Portugal, SGPS, SA 2.º - RPP Solar – Energias Solares, S.A.	Ação administrativa comum	A correr termos legais
Processo n.º 148/14.4T8STR da Secção de Comércio – J1 da Instância Central da Comarca de Santarém 30.000,01€	Devedor: Latitude – Imobiliária, Urbanismo e Construção, Lda. Reclamante/Credor: Município de Abrantes (SMA)	Ação Especial de Revitalização (CIRE)	A correr termos legais
Processo n.º 402/15.8T9ABT do DIAP junto da Instância Local de Abrantes	Denunciante: Município de Abrantes e Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque Denunciado: Jorge Manuel da Costa Ferreira Dias	Processo Crime	Findo

Processo n.º 1692/12.3TBABT-M da Secção de Comércio – J 2 da Instância Central de Santarém 30,00€	Autor: Município de Abrantes Réu: Massa Insolvente de Construções Jorge Ferreira & Dias, Lda.	Ação de Restituição e Separação de Bens da Massa Insolvente	A correr termos legais
Processo n.º 496/15.6T8ABT – J 1 da Secção Cível da Instância Local de Abrantes 45.000,00€	Autor: Natália Virgínia Silva Réu: Município de Abrantes e outros	Ação de Processo Comum	A correr termos legais
Processo n.º 544/15.0BECTB do TAF de Leiria 7.728,31€	Autor: José Luís Gaspar Pracana Réu: Município de Abrantes e outros	Ação Administrativa Comum (Ant. NCPTA)	A correr termos legais
Processo n.º 338/16.5BELRA do TAF de Leiria 17.640,00€	Autor: Albertina Rosa Marques da Conceição e outro Réu: Município de Abrantes e outros	Ação Administrativa Comum	A correr termos legais
Processo 538/16.8BELRA do TAF de Leiria 48.535,91€	Autor: Augusto Matos Lopes e mulher Réu: Município de Abrantes e outros	Ação Administrativa Comum	A correr termos legais
Processo n.º 1073/16.0BELRA do TAF de Leiria 30.000,01€	Autor: Município de Abrantes Ré: Farmácia Silva, Lda.	Mandado judicial	Findo
Processo n.º 1314/13.5BELRA-B do TAF de Leiria 30.000,01€	Exequente: STAL Executado: Município de Abrantes	Execução para prestação de facto e para pagamento de quantia certa	A correr termos legais
Processo n.º 45/17.1BELRA – Unidade Orgânica 2 do TAF de Leiria 69.993,63€	Impugnante: Município de Abrantes; Impugnada: AT – Autoridade Tributária e Aduaneira	Processo de impugnação	A correr termos legais
Processo n.º 28/2017 Centro de Arbitragem Administrativa 105.336,65€	Requerente: Município de Abrantes; Requerida: AT – Autoridade Tributária e Aduaneira	Pronúncia arbitral	Recurso para o STA apresentado aos 24/11/2017
Proc. 158/17.0BCLSB – Secção de Contenciosos Tributário do TCA Sul 105.336,65€	Autor: Município de Abrantes Ré: Autoridade Tributária e Aduaneira	Impugnação da Decisão Arbitral	Processo deu entrada no TCA Sul aos 10/11/2017



(doc. 15)



Sessão ordinária – 23 de fevereiro de 2018

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

**2. – Afetação ao domínio público municipal de duas parcelas de terreno sitas em Pego;
(PG – 369992)**

Deliberação: Considerando o disposto no artigo 25º, nº 1, alínea q) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, delibera **aprovar a Afetação ao domínio público municipal de duas parcelas de terreno sitas em Pego, nos termos e condições constantes da deliberação da Câmara Municipal de 12 de dezembro de 2017, conforme documento anexo.**

Votação: *Aprovado por unanimidade.*

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

10.1/5

[Handwritten signature]

ORDEM DO DIA

(artigo 53º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

1. Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão do Capital Humano

DPEGCH - Nº 01 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para aprovação: a aceitação da doação de duas parcelas de terreno com a área total 1.296 m², para prolongamento da Rua do Campo da Bola, em Pego; a submissão à Assembleia Municipal para afetação ao domínio público municipal dessas parcelas de terreno; e a alteração oficiosa ao loteamento particular com o alvará 15/87, da freguesia de Pego, conforme se transcreve: - PG 369992

1) *Aceitação da doação de duas parcelas de terreno com a área total 1.296 m², para prolongamento da Rua do Campo da Bola, em Pego:*

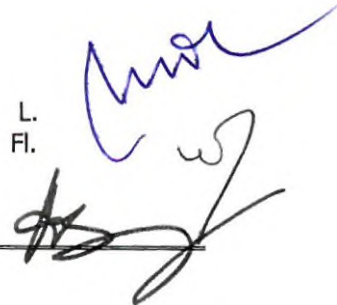
- a) *considerando que as sociedades Dois Moinhos – Gestão de Imóveis, Lda. e Godinho & Alerty – Gestão de Imóveis, Lda., pretendem doar uma faixa de terreno com 1.296 m² para prolongamento da Rua do Campo da Bola, em Pego, por forma a serem melhorados os acessos ao campo de futebol daquela localidade e a área envolvente;*
- b) *A faixa de terreno acima mencionada, com 1.296 m², divide-se em duas parcelas distintas, a saber:*
 - i. *Parcela com 362 m², a desanexar do lote 2 do loteamento 15/87, inscrito na matriz sob o artigo 3258, da freguesia de Pego, descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o número 03358/20171114;*
 - ii. *Parcela com 934 m², a desanexar do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 3259, da freguesia de Pego, descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o número 01983/20021022;*

Propõe-se assim, que a Câmara delibere, ao abrigo da al. j) do nº 1 do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aceitar a doação das parcelas de terreno acima discriminadas e identificadas na planta anexa (à proposta), delegando poderes na Presidente para assinatura da respetiva escritura de doação.

2) *Submissão à Assembleia Municipal para afetação ao domínio público municipal dessa mesma parcela de terreno,*

- a) *Considerando que é competência da Assembleia Municipal deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal;*

Propõe-se assim, que a Câmara delibere, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 33º, n.º 1, alínea ccc) e do artigo 25º, n.º 1, alínea q), todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal a afetação ao domínio público municipal das duas parcelas de terreno acima identificadas em i) e ii), sitas na Rua do Campo da Bola, com as áreas de 362 m² e 934 m², a desanexar dos prédios descritos no registo predial sob os nº 03358 e 01983 da freguesia de Pego, devidamente identificadas na planta n.º 01 anexa (à proposta).



3) *Aprovação de alteração oficiosa a loteamento particular:*

- a) *Relativamente à primeira parcela identificada em i), e após afetação ao domínio público da mesma, uma vez que o que se pretende é suprimir 362 m², ao lote 2 do loteamento de Herdeiros de Anúplio Correia e Alberty, com o alvará 15/87, para execução de via secundária prevista no Plano de Urbanização do Pego, como espaço canal:*

Propõe-se, ao abrigo do disposto no artigo 48º do RJUE (DL 555/99 de 16/12, na atual redação), que a Câmara Municipal aprove a alteração oficiosa ao loteamento particular com o alvará 15/87, mediante o suprimento de 362 m², do prédio designado por lote 2, inscrito na matriz sob o artigo 3258, da freguesia de Pego, descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o número 03358/20171114, para execução de via secundária prevista no Plano de Urbanização do Pego, como espaço canal.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta de aceitação da doação de duas parcelas de terreno com a área total 1.296 m², para prolongamento da Rua do Campo da Bola, em Pego, delegando poderes na Presidente da Câmara para assinatura da respetiva escritura.

Submeter à Assembleia Municipal para aprovação da afetação ao domínio público municipal dessas parcelas de terreno.

Alterar oficiosamente o loteamento particular com o alvará nº 15/87, da freguesia de Pego, titulado por Herdeiros de Anúplio Correia e Alberty.



DPEGCH - Nº 02 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para aprovação a aquisição de terreno sito na encosta do castelo, conforme se transcreve: - PG 367159

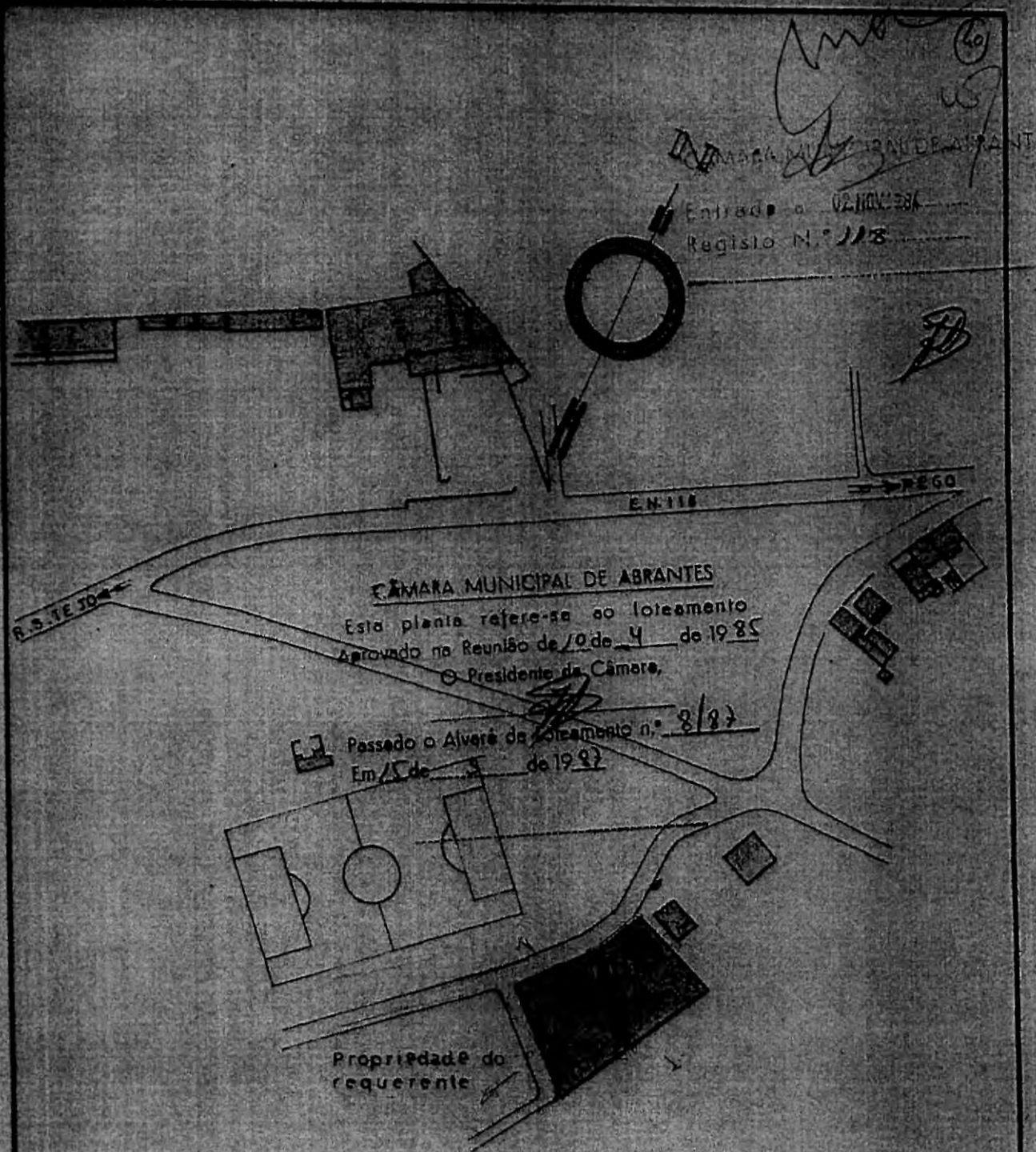
"Na sequência de contactos encetados entre este Município e as proprietárias de um prédio rústico, sito na encosta do castelo, Maria Luzia Rosa Rodrigues Morgado e Clotilde Rosa Rodrigues Pombo, foi acordada a compra do mesmo pelo valor 15.180,00€ (quinze mil cento e oitenta euros).

O prédio rústico está inscrito na matriz sob o artigo 46 da seção 1I, da União de Freguesias de Abrantes, com a área de 30.360 m², omisso na Conservatória do Registo Predial de Abrantes.

A compra irá realizar-se com a condição de as vendedoras terem direito de preferência numa possível futura venda pelo Município, ou numa reversão do terreno se o Município lhe der um uso diferente do previsto na proposta de compra apresentada.

Assim, remete-se a presente aquisição a aprovação da Câmara Municipal, bem como a respetiva minuta da escritura de compra e venda."

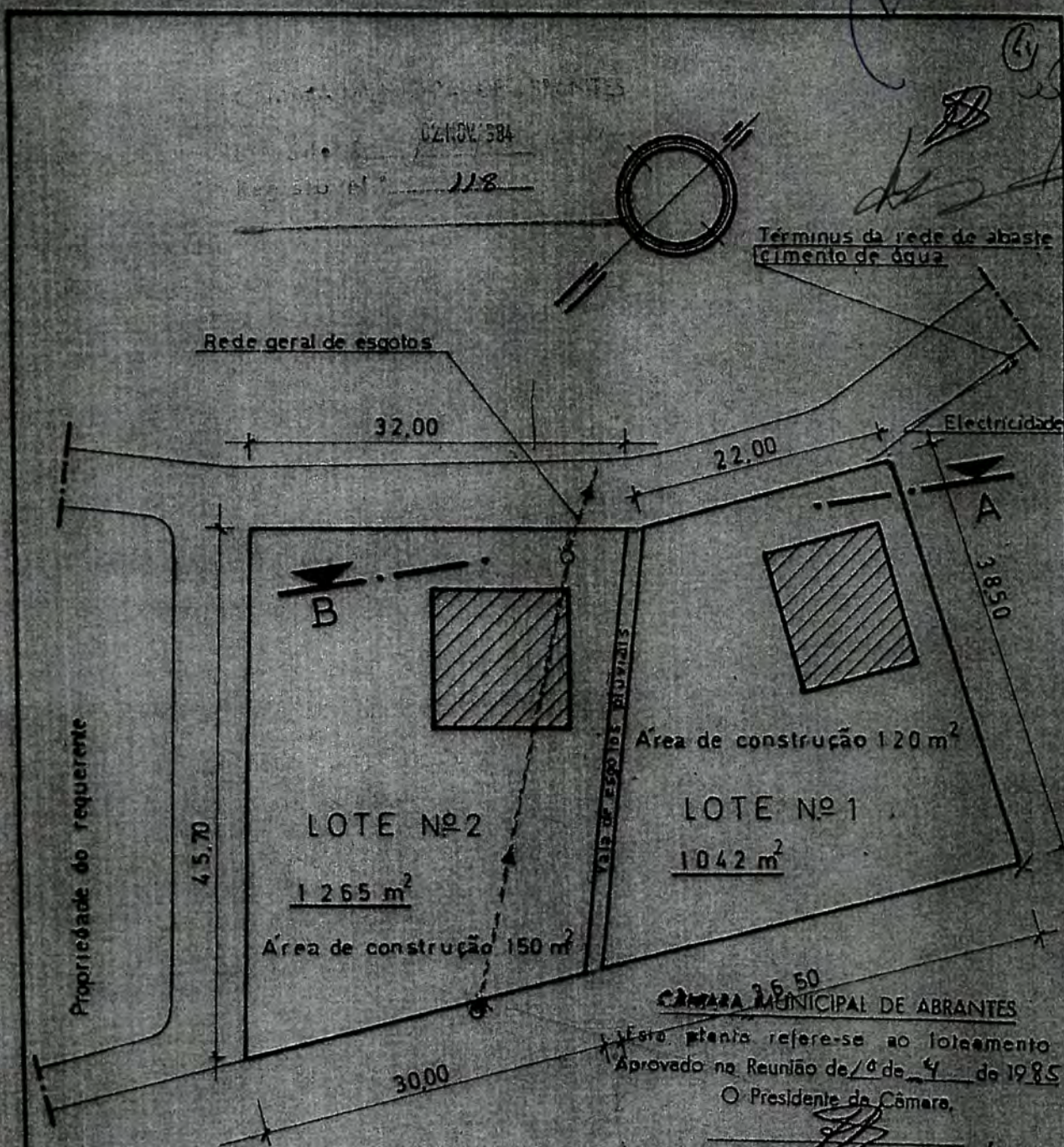
Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta de aquisição de prédio rústico a Maria Luzia Rosa Rodrigues Morgado e Clotilde Rosa Rodrigues Pombo, nos moldes apresentados, e pelo valor de valor 15.180,00€ (quinze mil cento e oitenta euros), bem como a respetiva minuta de



*Manfred
Luz de Almeida*

PROJECTO DE LOTEAMENTO			
Requerente	HERDEIROS DE ANÚLIO CORREIA E ALBERTY		
Local	PEGO • ABRANTES		
Técnico	PLANTA LOCALIZAÇÃO	Escala 1/2000	Nº Des. 2

fl. 2/5



Infante
Superior

PROJECTO DE LOTEAMENTO			
Requerente	HERDEIROS DE ANÚPIO CORREIA E ALBERTY		
Local	PEGO • ABRANTES		
Técnico	PLANTA DE TRABALHO	Escala 1/500	Nº Des. 3



(doc. 16)



Sessão ordinária – 23 de fevereiro de 2018

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

3. – Afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno sita em Barreiras do Tejo – Abrantes; (PG – 374071)

Deliberação: Considerando o disposto no artigo 25º, nº 1, alínea q) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, delibera **aprovar a Afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno sita em Barreiras do Tejo – Abrantes, (Aquapolis Norte), nos termos e condições constantes da deliberação da Câmara Municipal de 23 de janeiro de 2018, conforme documento anexo.**

Votação: *Aprovado por unanimidade*

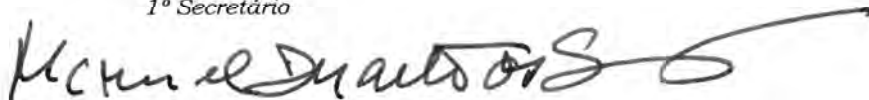
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

pg. 1/4

ratificação, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Vice-Presidente da Câmara não participou na discussão e votação, ao abrigo do nº 6 do artigo 55º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, em conjugação com o artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro.

Deliberação: Por maioria, com a abstenção do Vereador Rui Santos e o voto contra do Vereador Armindo Silveira, ratificar o despacho da Presidente da Câmara que aprovou a emissão de parecer favorável relativo ao pedido de autorização prévia apresentado ao ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. por João Carlos Caseiro Gomes, nos termos e com os fundamentos e condicionalismos referidos no ofício enviado ao ICNF e na informação do SOT/SIG da Divisão de Ordenamento Gestão Urbanística que consta do respetivo processo.



3. Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão do Capital Humano

DPEGCH - Nº 01 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, no seguimento da aquisição de parcela de terreno sito no Aquapolis Norte, à Sociedade Fabril Produtos Resinosos, SA., e considerando que é competência da Assembleia Municipal deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal, propõe que a Câmara delibere submeter à Assembleia Municipal a afetação ao domínio público municipal da dessa parcela terreno, adquirida através da escritura 18/2017, de 27 de dezembro de 2017, com a área de 14.883 m², que se destina a arruamentos públicos, já existentes, passeios, estacionamento e zona verde, nos termos da referida proposta de deliberação: - PG 374071

Deliberação: Por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e da alínea q) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a afetação da parcela de terreno adquirida à Sociedade Fabril Produtos Resinosos, SA., nos termos e com os fundamentos constantes da proposta da Presidente da Câmara.



4. Divisão de Gestão Financeira e Administrativa

DGFA - Nº 01 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remete para ratificação o seu despacho de 11 de janeiro de 2018 que, no seguimento de informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, aprovou a minuta do contrato de empreitada de “Instalação da Loja do Cidadão em Abrantes em edifício municipal”, a celebrar entre o Município de Abrantes e a empresa Sisfoz – Montagens Elétricas, Lda., pelo valor de 589.751,35€ (quinhentos e oitenta e nove mil setecentos e cinquenta e um euros e trinta e cinco cêntimos),



PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Submeter à Assembleia Municipal para afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno adquirida através da escritura 18/2017 de 27.12.2017:

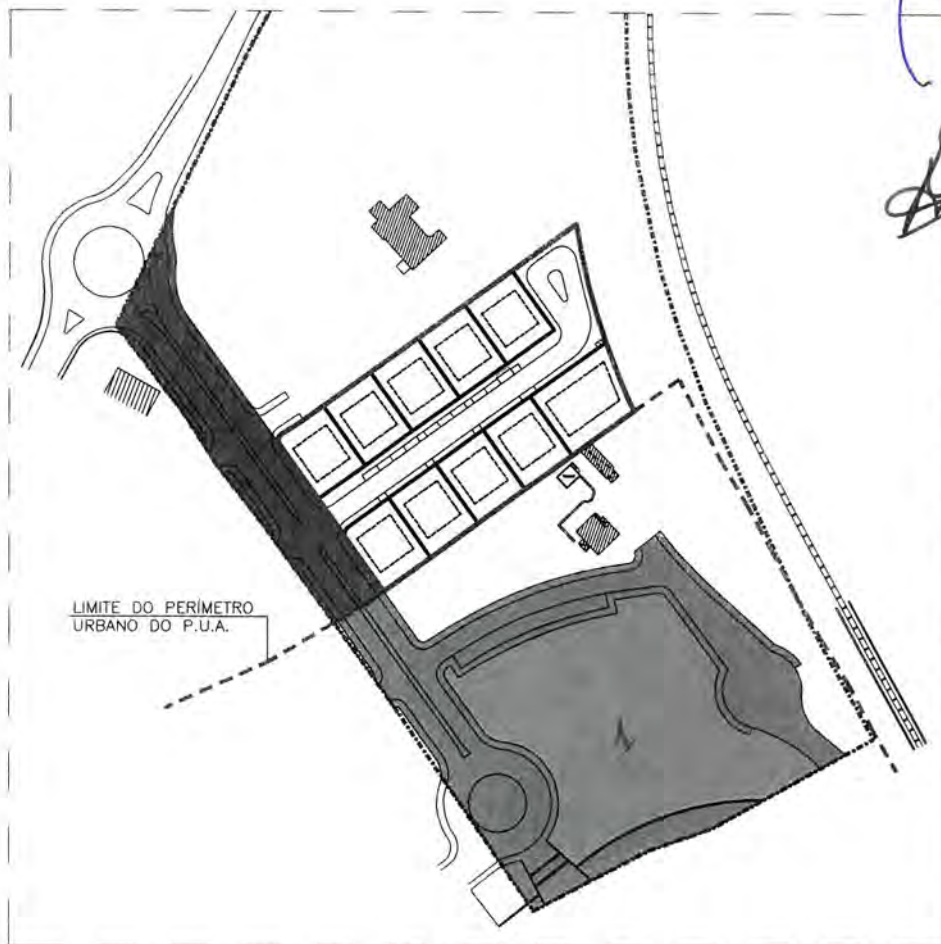
Considerando que é competência da Assembleia Municipal deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal;

Propõe-se assim, que a Câmara delibere, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 33º, n.º 1, alínea ccc) e do artigo 25º, n.º 1, alínea q), todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal:

A afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno adquirida através da escritura 18/2017 de 27.12.2017, com a área de 14.883 m², que confronta do norte com estrada nacional, do sul com rio tejo, do nascente com Sociedade Fabril Produtos Resinosos SA, e do poente com Amável Pereira Marques Bica, a desanexar do prédio rústico inscrito sob o artigo 3 da seção 2C, descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o número 00705/20030710 da extinta freguesia de S. João, inscrito a seu favor pela AP 12 de 1963/01/24.

A parcela de terreno, devidamente identificada na planta anexa, destina-se a arruamentos públicos, já existentes, passeios, estacionamento e zona verde, integrando por isso o domínio público do Município, logo não sujeita a inscrição e registo.

Abrantes, 03 de janeiro de 2018



LEGENDA

SIMB.	DEFINIÇÃO	ÁREA (m ²)
	LIMITE DO PRÉDIO	68880.00
	ÁREA A LOTEAR	7338.35

PROPOSTA DE COMPENSAÇÃO EM ESPÉCIE

SIMB.	DEFINIÇÃO	ÁREA (m ²)
	ÁREA DENTRO DO PERÍMETRO URBANO - ÁREA URBANIZADA	2935.00
	ÁREA FORA DO PERÍMETRO URBANO - ÁREA URBANIZADA	6125.00
	ÁREA FORA DO PERÍMETRO URBANO - ÁREA NÃO URBANIZADA	5823.00
	ÁREA TOTAL	14883.00

REQUERENTE- **SOCIEDADE FABRIL DE PRODUTOS RESINOSOS, S.A.**
LOCAL- **CASA BELA - BARREIRAS DO TEJO - ABRANTES**

PROPOSTA DE COMPENSAÇÃO EM ESPÉCIE

LOTEAMENTO DA CASABELA

JL

JORGE LOUREIRO

PROJECTOS DE ENGENHARIA
E ARQUITECTURA, LDA

Rua Cidade de Parthenay, n.º 265
2200-238 Abrantes

Tel: 241366567 Tlm: 965079797

Email: jloureiro.engenharia@iol.pt

OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO

DEZEMBRO 2017

PROJECTO/

PROC. N.º

ESC:

1339

1/2500

JP-6/6



Sessão ordinária – 23 de fevereiro de 2018

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. 17)



4 – Autorização para assunção do compromisso plurianual relativo à “Aquisição de Serviços de limpeza dos Edifícios Municipais”; (PG – 381360)

Deliberação: Considerando o na alínea c) do nº 1 do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar a assunção de compromisso plurianual relativo à “Aquisição de Serviços de limpeza dos Edifícios Municipais**, conforme refere o nº 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de junho, mantido em vigor pela alínea f) do nº 1 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.

Votação: *Aprovado por unanimidade.*


Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

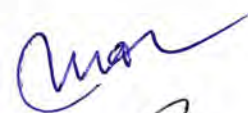


António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos


(doc. 181)

Sessão ordinária – 23 de fevereiro de 2018

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO



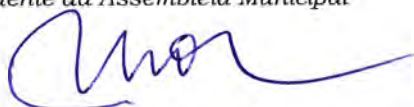
5 – Autorização para assunção de compromisso plurianual relativo à “Aquisição de eletricidade em baixa tensão normal”, pelos Serviços Municipalizados de Abrantes; (PG – 381057)

Deliberação: Considerando a **delegação de competências da Câmara Municipal no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados** para **autorizar a despesa e demais procedimentos administrativos relativos à Aquisição de eletricidade em baixa tensão normal** ao abrigo do disposto no artigo 29º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor pela alínea f) do n.º 1 do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e,
Considerando o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar a assunção de compromisso plurianual relativo ao contrato referido**, conforme refere o n.º 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, mantido em vigor pela alínea f) do n.º 1 do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

Votação: *Aprovado por unanimidade.*

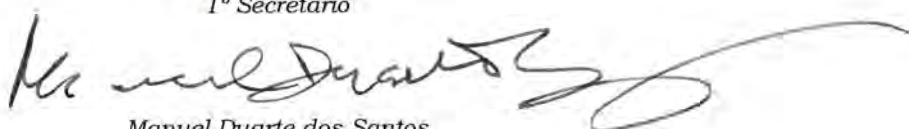
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Orçamento Participativo

Senhora Presidente da Câmara:



Sabendo que os projectos aprovados no orçamento participativo de um ano são para ser executados no ano seguinte, qual é o nível de execução dos projectos vencedores de 2016 e 2017?

Relativamente às alterações ao regulamento que nos apresenta, aproximam-se dos padrões que defendemos, mas gostaríamos de saber se existe abertura política, para futuro, estabelecendo-se:

- Uma rubrica do orçamento participativo reservada a jovens, destinada a projectos que incidam sobre os interesses dos jovens abrantinos;**
- Uma rubrica do orçamento participativo reservada a cidadãos sénior (mais de 65 anos) e destinada a projectos que incidam sobre interesses específicos da terceira idade;**

Quanto às alterações propriamente ditas:

- 1 - Louvamos as alterações introduzidas no artigo 7.º, relativamente ao alargamento dos participantes.**



2 - Não compreendemos, porém, tanta veemência em exigir o e-mail dos proponentes no número 7 do mencionado artigo. Se o processo tem todo de ser feito no âmbito do Abrantes 360.º e, salvo erro, a inscrição só necessita de um número de telemóvel, porquê obrigar uma pessoa a ter e-mail?

3 - No que diz respeito ao artigo 9.º, alínea b), tendo em conta que existem muitas ideias de valor que, por vezes, surgem de pessoas que não têm a capacidade ou a sensibilidade para fazer estimativas orçamentais, e tendo em conta que está prevista a colaboração com os serviços camarários para o aprimoramento das propostas, incluindo em termos orçamentais, não faria sentido que estas pudessem ser apresentadas sem estimativa orçamental? Esse aspecto seria trabalhado, posteriormente, com os serviços camarários.

4 - No que toca ao artigo 10.º, n.º 4, não compreendemos o excesso de regulamentação em definir os meios de contacto.

Se já há várias disposições que estabelecem a interacção e a cooperação entre os proponentes e os serviços camarários, por exemplo, o número 6 do mesmo artigo, para quê chegarmos ao ponto de determinar se é feito por telefone, e-mail ou outro meio? Desde que seja feito por quem tem essa responsabilidade e de forma escrutinável.

Mano 7
HS

5 - O artigo 12.º, n.º2, introduz uma boa inovação, mas deveria ir mais longe. Onde diz "poderão ser disponibilizados postos para votação online (...)" deveria constar "serão disponibilizados postos para votação online."

Abrantes, 23 de Fevereiro de 2018

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata

João Salvador Fernandes



Bloco de Esquerda

Bloco de Esquerda de Abrantes


(doc. 10)

Assembleia Municipal
23 de Fevereiro de 2018



PONTO 06 OT
ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

-Na reunião de Câmara onde este assunto foi discutido, o vereador Armindo Silveira teve oportunidade de levantar algumas questões sobre o regulamento do Orçamento Participativo de Abrantes, nomeadamente sobre a obrigatoriedade da utilização da plataforma “Abrantes 360” para as apresentações dos projectos.

-Houve uma resposta da Sr.^a ^{EXECUTIVO} Presidente, dizendo que nenhum projecto ficaria por apresentar prometendo apoio a quem tivesse dificuldades na utilização da referida plataforma.

-A resposta satisfaz-nos parcialmente, vamos manter especial atenção sobre este assunto.

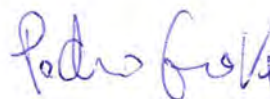
-Entretanto, votaremos favoravelmente este ponto.

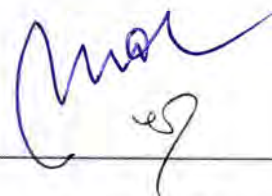
Abrantes, 23 de Fevereiro de 2018
Bloco de Esquerda de Abrantes,

Joana Pascoal

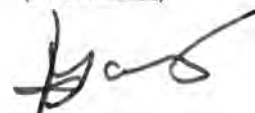


Pedro Grave





(doc. 2)



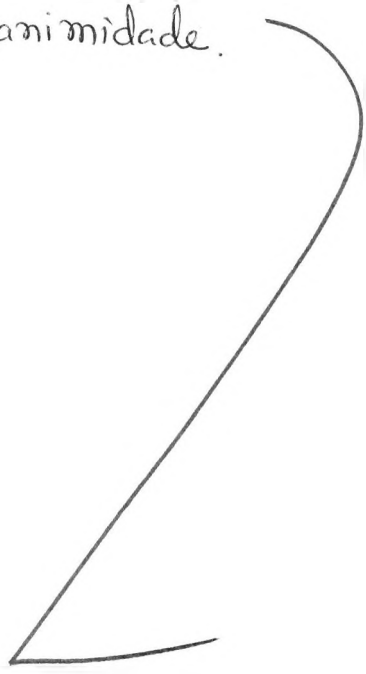
Sessão ordinária – 23 de fevereiro de 2018

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

6 – Alteração ao Regulamento do Orçamento Participativo de Abrantes; (PG – 381442)

Deliberação: Considerando o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar a Alteração ao Regulamento do Orçamento Participativo de Abrantes.**

Votação: *Aprovado por unanimidade.*



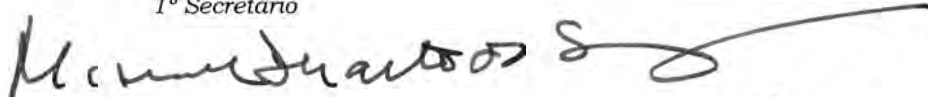
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

PD 2/21



orçamento
participativo
abranter

[Handwritten signature]

REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE ABRANTES

PREÂMBULO

Os Orçamentos Participativos contribuem para o aprofundamento da democracia participativa consagrada no artº 2º da Constituição da República Portuguesa.

Na senda de uma política de aproximação da administração às cidadãs e aos cidadãos, a Câmara Municipal de Abrantes reconhece o Orçamento Participativo (OP) como um importante contributo no processo de maturidade democrática das populações, pelo que procura com a sua implementação, incentivar a participação e o envolvimento das cidadãs e dos cidadãos na definição e implementação das políticas públicas, nomeadamente, a nível local.

Assim, pretende-se com este Regulamento definir as normas do processo de participação e discussão pública inerente à implementação do Orçamento Participativo no Município de Abrantes, assumindo o compromisso de, sucessivamente, as adequar às necessidades da governação do Município.

O presente projeto de regulamento foi elaborado ao abrigo do uso da competência regulamentar conferida pelo artigo 241º da Constituição da República e pela alínea k) do nº 1 do artigo 33º conjugado com a alínea g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Para efeito do disposto no nº 3 do artº 101º do CPA, informa-se que o presente regulamento foi sujeito a consulta pública, ao abrigo do estipulado na al. c) do nº 3 do artº 100º do CPA.

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1º

Princípios Orientadores

O Orçamento Participativo de Abrantes, adiante designado por OP, sustenta-se nos seguintes princípios:

1. Democracia participativa;
2. Partilha do poder de decisão;



orçamento
participativo
abranter

Handwritten signature and initials.

3. Disponibilização de mecanismos de debate, concertação e participação diversificados;
4. Disponibilização de diversos meios de divulgação e acesso à informação;
5. Prestação de contas às cidadãs e aos cidadãos;
6. Avaliação e aperfeiçoamento.

Artigo 2º

Objetivos

1. O orçamento participativo visa estimular o envolvimento e a participação das cidadãs e dos cidadãos nos processos de governação local, de forma informada, ativa e responsável, com os seguintes objetivos:
 - a) Adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expetativas das populações, através da sua auscultação em face de situações concretas;
 - b) Contribuir para o reforço da qualidade da democracia, aumentando a transparência da atividade autárquica, quer ao nível das eleitas e dos eleitos, quer da estrutura orgânica do município;
 - c) Incentivar o diálogo entre eleitos/as, técnicos/as municipais, cidadãs e cidadãos e a sociedade civil organizada, com vista a que se encontrem as melhores soluções para resolução dos problemas, em função dos recursos disponíveis.

Artigo 3º

Âmbito

O OP abrange todo o território do concelho de Abrantes e envolve todas as áreas de competência da Câmara Municipal de Abrantes.

Artigo 4º

Verba a afetar ao OP

A verba do orçamento municipal a atribuir ao OP é definida, anualmente, pela Câmara Municipal e constará das normas de participação.

Capítulo II
Participação
Artigo 5º

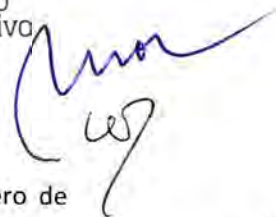

Ciclo da Participação

1. O OP tem um ciclo anual composto pelas seguintes fases:
 - a) Divulgação do processo;
 - b) Apresentação de propostas;
 - c) Seleção e análise técnica das propostas;
 - d) Período de reclamações e decisão sobre as reclamações;
 - e) Divulgação da lista final de projetos;
 - f) Votação;
 - g) Anúncio público dos projetos vencedores;
 - h) Implementação, acompanhamento e monitorização do processo.
2. O calendário do ciclo anual será definido e divulgado publicamente em cada nova edição do OP.

Artigo 6º

Assembleias Participativas

1. As Assembleias Participativas (AP) visam:
 - a) acolher a participação de cidadãos e cidadãs com dificuldades de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC);
 - b) dinamizar o exercício da cidadania no que diz respeito ao debate público;
 - c) apresentar o Modelo de Orçamento Participativo, prestar esclarecimentos sobre todo o processo, seguida de debate;
 - d) permitir a apresentação de propostas e discussão sobre as mesmas.
2. Os cidadãos e as cidadãs podem participar em qualquer sessão pública independentemente da sua localidade de residência.
3. O registo das pessoas que participam poderá ser feito no local de realização da sessão, antes do início dos trabalhos, ou no portal "Abrantes 360".
4. Cada proponente dispõe do tempo máximo de 15 minutos para apresentar a sua proposta.

5. As Assembleias Participativas podem realizar-se independentemente do número de participantes, sendo apenas espaços de esclarecimento, apresentação informal e discussão das propostas.

Artigo 7º

Participantes no OP

1. Podem participar no OP, apresentando proposta ou votando nas propostas, todos/as os cidadãos/ãs com idade igual ou superior a 16 anos, naturais ou com residência no concelho de Abrantes, estudantes, empresários/as ou trabalhadores/as no concelho.
2. Os cidadãos/ãs não naturais do concelho, mas residentes, estudantes, empresários/as ou trabalhadores/as em Abrantes, devem apresentar documento que comprove a situação, nomeadamente, apresentando:
 - a) uma fatura dos SMA ou de uma empresa de eletricidade ou de telecomunicações;
 - b) apresentando certificado de matrícula em estabelecimento de ensino do concelho,
 - c) apresentando documento da entidade empregadora, que confirme a sua ligação à empresa.
3. Podem apresentar propostas, os cidadãos/ãs, individualmente ou em representação de organizações da sociedade civil, grupos de moradores/vizinhos ou vizinhas e outros, de forma organizada e no quadro do interesse público e municipal.
4. Cada participante, organização ou grupo de cidadãos/ãs só pode apresentar uma proposta.
5. Apenas serão consideradas as propostas identificadas com o nome do/a proponente, indicação de contacto telefónico e endereço de email válidos.
6. Para votar nas propostas, os cidadãos e as cidadãs terão de estar inscritos/as no portal "Abrantes 360".
7. Na fase de votação, cada cidadão inscrito e cada cidadã inscrita terá direito a 2 votos, os quais devem ser usados em projetos diferentes.
8. No desenvolvimento do processo serão utilizados instrumentos diversificados de participação, quer suportados nas novas tecnologias da informação e comunicação, quer em mecanismos de participação presenciais, nomeadamente, Assembleias

Participativas (AP), promovidas pela Câmara Municipal, em articulação com as juntas de freguesia, procurando garantir que todos os que pretendam participar na vida do concelho disponham de meios adequados para tal.

Artigo 8º

Apresentação de Propostas

1. As propostas apresentadas devem revestir-se de interesse para o concelho e para o bem comum dos cidadãos e cidadãs, sem fins lucrativos e no caso de serem vencedoras, serão implementadas pela Câmara Municipal, em parceria com Juntas de Freguesia e/ou outras entidades, quando tal se revele de interesse público.
2. As propostas são apresentadas em formulário para o efeito, no portal “Abrantes 360”.
3. Não são consideradas as propostas entregues por outras vias, nomeadamente, por correio eletrónico ou em papel.
4. Para melhor análise da proposta, os respetivos proponentes devem apresentar como anexos à proposta, fotografias, mapas/plantas e outros documentos que considerem importantes.
5. Depois de inserida no portal, a proposta pode ser retirada e/ou alterada até à data limite do prazo para apresentação das mesmas.

Artigo 9º

Elegibilidade das Propostas

1. Só serão elegíveis propostas, que:
 - a) se refiram a investimentos, manutenções, eventos ou atividades, que se insiram nas áreas de competência da autarquia, nomeadamente:
 - i. Ação Social e Habitação;
 - ii. Cultura;
 - iii. Educação e Juventude;
 - iv. Desporto;
 - v. Espaço Público e Espaços Verde;
 - vi. Infra-estruturas Viárias;
 - vii. Modernização Administrativa
 - viii. Proteção Ambiental e Energia;



ix. Urbanismo, Reabilitação e Requalificação Urbana;

x. Higiene Urbana;

xi. Segurança e Proteção Civil;

xii. Turismo, Comércio e Desenvolvimento Económico.

- b) sejam tecnicamente exequíveis, claras, objetivas e tenham estimativa orçamental, que inclua a elaboração de projeto se este for necessário à execução do mesmo, bem como, o valor do IVA à taxa legal em vigor, se a ele houver direito;
- c) refiram o local de implementação, caso tenham impacto físico no território;
- d) respeitem o limite orçamental anualmente definido pelo órgão executivo do Município;
- e) não configurem pedidos de apoio para entidades ou pessoas;
- f) a implementação não beneficie, direta ou indiretamente, determinada entidade ou pessoa em particular, exceto se o equipamento ou infraestrutura objeto de intervenção for propriedade municipal e se encontre cedido a título temporário à(s) entidade(s);
- g) não impliquem custos de manutenção e funcionamento acima do admissível para projetos semelhantes;
- h) sejam registadas no site ou deem entrada nos serviços do Município dentro do prazo estipulado, anualmente, para o efeito;
- i) não ultrapassem o período de execução que vier a ser definido, anualmente, nas normas de participação;
- j) não dependam de parcerias ou pareceres de entidades externas, cujo período dilatado de obtenção seja incompatível com os prazos estipulados no presente regulamento para a execução das respetivas propostas;
- k) sejam compatíveis com os planos ou projetos municipais;
- l) não estejam a ser executadas no âmbito do Plano Anual de Atividades Municipal ou do Plano Plurianual de Investimentos;
- m) não contrariem regulamentos municipais, nem violem a legislação em vigor;
- n) não sejam relativas à cobrança de receita ou ao funcionamento interno do Município;

- o) sejam adaptáveis a projeto, passando os mesmos a ser propriedade do Município, sendo que, cada proposta apenas poderá dar origem a um só projeto;
 - p) impliquem a utilização de terrenos do domínio privado sem que a respetiva autorização prévia dos legítimos proprietários seja obtida até à fase de votação das propostas;
 - q) sejam comissionadas por marcas registadas, abrangidas por direitos de autor ou tenham sobre si patentes registadas.
2. O executivo poderá limitar, anualmente, as áreas de enquadramento das propostas a apresentar naquele ano, em função das prioridades de investimento, bem como, o valor máximo das propostas a apresentar em cada ano.

Artigo 10º

Análise das Propostas

1. Todas as propostas apresentadas serão analisadas pelos serviços municipais para aferir da viabilidade e elegibilidade das mesmas.
2. Para o efeito serão constituídas equipas multidisciplinares de avaliação, constituídas por técnicos e/ou técnicas, de acordo com a área de intervenção do projeto.
3. A análise técnica dos serviços municipais pode levar à necessidade de ajustamentos de alguns aspetos das propostas apresentadas. As propostas manterão a intenção proposta, mas serão adaptadas pelos serviços municipais, que estimam com mais exatidão os custos envolvidos e o prazo de execução. Nestes casos, após consulta aos/às proponentes, poderão ser colocadas à votação, propostas que não correspondam na íntegra à proposta apresentada inicial.
4. A equipa do Orçamento Participativo poderá interagir com os cidadãos/ãs proponentes, através do telefone, telemóvel ou email registados no formulário da candidatura.
5. Caso as equipas técnicas verifiquem semelhança no conteúdo de algumas propostas ou contiguidade geográfica entre propostas, pode verificar-se a sua fusão, após concordância dos e das proponentes.
6. Nesta fase, as equipas técnicas poderão solicitar aos/às proponentes informação complementar sobre a proposta apresentada.

Handwritten signature and initials in blue ink.

7. O indeferimento de uma proposta será devidamente fundamentado e publicitado no portal “Abrantes 360” e comunicado aos/às proponentes.
8. As propostas, após o trabalho de adaptação a projeto, assim como os documentos que lhes possam ter sido anexados, passam a ser propriedade do Município de Abrantes.

Artigo 11º

Período de reclamação

1. Da análise técnica efetuada às propostas, resultará uma listagem provisória dos projetos a submeter a votação.
2. Em caso de discordância com a não adaptação da sua proposta a projeto ou com forma de adaptação das propostas a projetos, os cidadãos/às poderão apresentar reclamações no período definido para o efeito, através do portal “Abrantes 360”, mediante preenchimento de formulário para o efeito.
3. Após análise das reclamações apresentadas, será dada resposta às mesmas e publicada listagem final de projetos a submeter à votação.

Artigo 12º

Votação

1. A votação dos projetos decorre em período a definir anualmente pela Câmara Municipal, no portal do Município “Abrantes 360”, no separador do orçamento participativo.
2. Poderão ser disponibilizados postos para votação online, em locais a definir pelo Município, onde estarão colaboradores/as da autarquia devidamente credenciados/as para informar e ajudar na votação.
3. Poderá existir mais do que um projeto vencedor, sendo essa situação definida anualmente nas normas de participação, em função das prioridades de investimento e do orçamento que for afeto ao Orçamento Participativo.
4. Caso se verifique empate na votação, o critério de desempate será o da data/hora de entrada da proposta de origem do projeto.

Handwritten signature and date: 18.9/18



orçamento
participativo
abrantes

[Handwritten signature]
49
[Handwritten signature]

Artigo 13º

Projetos Vencedores

1. Os projetos vencedores serão incorporados no Orçamento do Município.
2. Os projetos vencedores são os que recolherem o maior número de votos, até perfazerem o montante máximo definido para a edição do OP em cada ano.
3. Caso um projeto integre a lista dos mais votados, mas o respetivo montante ultrapasse o valor máximo definido para a edição do OP daquele ano, o mesmo não será declarado vencedor dando lugar a projeto(s) subsequente(s), até que a verba se esgote.
4. Os projetos vencedores serão identificados com o logotipo do Orçamento Participativo.
5. Tratando-se da realização de obras/empreitadas, o local será identificado, durante a execução e depois de concluído, com sinalética que permita identificar que o projeto teve origem no orçamento participativo.

Artigo 14º

Acompanhamento e Avaliação

1. De acordo com o princípio da transparência, o Município de Abrantes, compromete-se a publicar no portal "Abrantes 360" e noutros meios de comunicação do Município, informação sobre as diversas fases do processo, bem como, sobre a evolução dos projetos, na fase de execução.
2. Anualmente, será elaborado um relatório de avaliação global e disponibilizado para consulta dos cidadãos e das cidadãs.
3. O processo do Orçamento Participativo será avaliado e revisto anualmente, na senda de um contínuo aperfeiçoamento.

Artigo 15º

Casos Omissos

As omissões ou dúvidas surgidas na interpretação das presentes normas serão resolvidas no âmbito da equipa do orçamento participativo, dando conhecimento das mesmas à Câmara Municipal ou por decisão da Câmara Municipal quando for o caso.

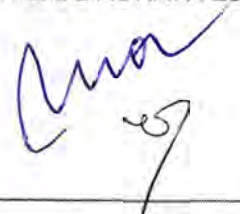


orçamento
participativo
abranteres

Artigo 16º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação em edital nos locais de estilo e na página eletrónica da Câmara Municipal.



Sessão ordinária – 23 de fevereiro de 2018

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. 22)



7 – Alteração do artigo 27º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Abrantes; (PG - 380076)

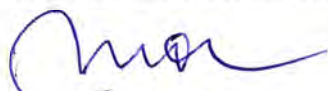
Deliberação: Considerando o disposto nas alíneas b) e g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta e fundamentos da Câmara Municipal, delibera **aprovar a Alteração do artigo 27º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Abrantes**, conforme documento anexo.

Votação: *Aprovado por unanimidade.*



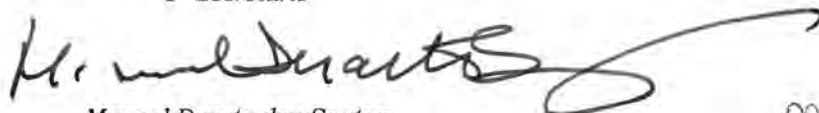
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

FD 1/2

Processo Nº 380076
Data de criação 2018-01-19

Título: Produção e comunicação de regulamentos e taxas municipais

Assunto: Alteração ao artigo 27º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município

Ação: Informado

No Regulamento e Tabela de Taxas do Município é previsto, no artigo 27º nº 1 do Regulamento, que, em caso de renovação das licenças anuais fora dos prazos estabelecidos, haverá lugar à cobrança de taxa adicional de 50% do montante inicial. Esta penalidade contraria o disposto no artigo 12º nº 1 da Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro. Prevalendo a referida Lei sobre o Regulamento e Tabela de Taxas do Município, não poderá aplicar-se ao pagamento das taxas fora dos prazos estabelecidos penalização diferente da definida no artigo 12º da mencionada Lei. Nestes termos, proponho que se proceda à alteração do artigo 27º nº 1 do Regulamento, de modo a que conste: Fora dos prazos estabelecidos no nº 6 do artigo anterior, a renovação solicitada pode ocorrer no mês seguinte, havendo lugar à cobrança dos juros de mora previstos no artigo 12º da Lei nº 53-E/2006 de 29 de dezembro.

Nome: Luis Miguel Ferreira Pires

Cargo: Coordenador

Data: 2018-01-19



fl. 2/2

Sessão ordinária – 23 de fevereiro de 2018

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. 23)

8 – Revisão do Mapa de Pessoal de 2018; (PG - 383506)

Deliberação: Considerando o disposto na alínea o) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar a Revisão do Mapa de pessoal de 2018**, conforme documento anexo.

Votação: Aprovado por unanimidade.


Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

20.11.18

Título: Planeamento de necessidades de recursos humanos

Assunto: Mapa de pessoal 2018 _atualização 2018

Ação: Informado

Sr. Vereador, na sequência da aprovação da alteração da estrutura orgânica, que resultou na mudança de 6 Divisões+2 Unidades de 3º grau, para 12 Divisões criado uma estrutura mais leve e ágil, torna-se necessário adequar o mapa de pessoal às necessidades. Importa destacar que aquando da aprovação do orçamento e mapa de pessoal para 2018, em Novembro 2017, não foram previstas grandes alterações, precisamente por haver a intenção de alterar a estrutura. Por forma a melhor entender que alterações são agora implementadas e que resultam nas necessidades constantes do anexo I do mapa, importa destacar 3 questões: 1- Após a publicação da Lei nº 112/2017, que possibilita a regularização dos vínculos precários, importa aproveitar esta oportunidade para consolidar a ligação contratual de postos de trabalho que na verdade constituem necessidades permanentes, evitando o recurso a prestações de serviços, estágios profissionais ou programas temporários do IEFP (CEI e CEI+). Temos então nesta situação 25 postos de trabalho, divididos em 10 assistentes operacionais, 13 técnicos superiores, 1 assistente técnico e 1 técnico de informática. 2- Temos atualmente 19 postos de trabalho com recrutamentos em curso, alguns dos quais transitam ainda do mapa de pessoal de 2016 e de 2017. 3- Serão propostos 13 novos postos de trabalho, divididos em 5 assistentes operacionais, 2 assistentes técnicos, 2 técnicos superiores, 2 fiscais e 2 especialistas de informática. Com as opções ora propostas conseguir-se-á reduzir o recurso a vínculos precários e reforçar as equipas, nomeadamente operacionais, que têm sido depauperadas com saídas por aposentação e mobilidade para outras Entidades.

Nome: Helder Francisco Fragoso Rodrigues

Cargo: Chefe Divisão Plan. Estrat. e Gest. Capital Humano


Data: 2018-02-07

Postos de Trabalho previstos e não ocupados

Cargo / Carreira / Categoria	Unidade Organica	Área	Atribuições/ Competências/ Actividades	nº de Lugares a ocupar
Técnico Superior	DDGPSI	Licenciatura em Segurança no Trabalho	Tarefas inerentes ao desempenho da função de técnico superior na área de saúde e segurança, nomeadamente o a coordenação de segurança em empreitadas das quais o Município é dono de obra, apoio às Juntas de Freguesia que não disponham deste tipo de apoio. No trabalho interno destaca-se a análise de riscos de postos de trabalho e de edifícios, a gestão dos equipamentos de proteção individual, extintores e ares condicionados, para além da articulação com o medico do trabalho e a formação a ministrar anualmente aos colaboradores.	1
	DCT	Licenciatura na área de História	Colaborar no estudo dos acervos Municipais, organizar e garantir a execução programática dos Museus. Planear a realização de exposições. Apoiar o desenvolvimento de programas/projetos educativos	1
		Licenciatura na área do Turismo	Colaborar no estudo dos acervos municipais; Colaborar na planificação e organização da execução programática do MDF - Museu Industrial de Tramagal; Colaborar na planificação das exposições nos núcleos museológicos do município; Apoiar o desenvolvimento de programas/projetos educativos; Apoiar na garantia devida da conservação do acervo. Colaborar e apoiar em todos os projetos desenvolvidos pelo serviço de cultura e património.	1
	DU	Licenciatura na área de Arquitetura	Licenciatura na área de arquitetura - Coordenação do Gabinete de Planeamento e Sistemas de Informação Geográfica.	1
	Damb	Licenciatura em medicina Veterinário	Emissão pareceres, inspeção e fiscalização das atividades relacionadas com saúde pública e sanidade veterinária; Colaboração com as autoridades de saúde pública na fiscalização e intervenção sanitária em espaços municipais; Promoção da captura, recolha e tratamento, durante a permanência no canil municipal, dos animais vadios ou errantes encontrados na via pública; Direção técnica do canil/gatil intermunicipal. Além destas, desenvolve ainda outras tarefas, enquanto autoridade veterinária, quanto a atribuições acometidas à DGAV - Direção Geral de Alimentação e Veterinária - como sejam, a vacinação antirrábica de canídeos, implementação do Plano Anual de Controle de Cantinas Escolares e do Plano Anual de Controle de Estabelecimentos onde se Comercializam Produtos de Origem Animal, entre outras atribuições.	1
	SC	Licenciatura ou Bacharelato pré-Bolonha na área de Comunicação social/jornalismo	Executar todas as tarefas inerentes à ligação entre o Município e a comunicação social; elaboração de textos e notas de redação sobre os eventos que o Município promove; Divulgação nas redes sociais, site e demais plataformas municipais relativamente a notícias e eventos de interesse municipal; Execução das demais tarefas definidas na estratégia municipal para a comunicação e divulgação.	2

PA.3/18

Técnico Superior	DC	Administração Pública	<p>Apoio nas funções de receber, atender e/ou encaminhar os/as munícipes que recorrem aos Serviços de Ação Social e Educação;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Receção de documentos confidenciais, elaboração dos dados estatísticos referentes aos atendimentos e de demais projetos dos serviços, bem como organização das candidaturas às bolsas de estudo do Rotary Club.; - Elaboração e monitorização da Rede de Transportes Escolares; - Apoio à realização ao funcionamento dos transportes no âmbito do Projeto da Saúde Oral; - Apoio à implementação da Plataforma de Gestão Escolar - Colaboração no desenvolvimento de atividades, iniciativas e eventos na área social, a realizar com outros serviços internos e entidades parceiras. 	1
		Lic. Serviço Social	<p>Apoio especializado na área de serviço social;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Colaboração na validação das situações de carência económica na comunidade e meio de residência e respetiva resposta aos/às munícipes em situação de carência económica e familiar; - Apoio técnico e colaboração na implementação de projetos em diversas áreas, nomeadamente na área social; - Colaboração no desenvolvimento de atividades, iniciativas e eventos na área social, a realizar com outros serviços internos e entidades parceiras 	1
		Serviço Social	<p>Apoio nas funções de receber, atender e/ou encaminhar os/as munícipes que recorrem à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco;</p> <ul style="list-style-type: none"> -Receção de documentos confidenciais, atendimento, análise de situações e articulação com os representantes da CPCJ na organização e gestão dos processos e comunicação oficial com as entidades competentes. - Apoio nas visitas domiciliárias. - Apoio especializado na área de serviço social; - Colaboração na validação das situações de carência económica na comunidade e meio de residência e respetiva resposta aos/às munícipes em situação de carência económica e familiar; - Apoio técnico e colaboração na implementação dos projetos: Banco Social, Banco do Voluntariado, Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, Colónias de Férias, Habitação Social ; - Colaboração no desenvolvimento de atividades, iniciativas e eventos na área social, a realizar com outros serviços internos e entidades parceiras. 	1
		Serviço Social	<p>Promoção da Cidadania e Igualdade,</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoio especializado na área de serviço social, com especial incidência nas tarefas inerentes à avaliação de situações de carência económica; - Colaboração na validação das situações de carência económica na comunidade e meio de residência e respetiva resposta aos/às munícipes em situação de carência económica e familiar; - Apoio técnico e colaboração na implementação dos projetos: Atendimento à Vítima, Banco de Tempo, Banco Social, Banco do Voluntariado, Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, Habitação Social e Projeto Bairro ConVida; - Colaboração no desenvolvimento de atividades, iniciativas e eventos na área social, a realizar com outros serviços internos e entidades parceiras. 	1
	DF	Lic Gestão Empresas	<p>Preparação do processo de transição POCAL para SNC-AP;</p> <p>Colaboração na elaboração da Prestação de Contas intercalar e anual;</p> <p>Colaboração na elaboração da Consolidação de Contas;</p> <p>Cálculo e apuramento de IVA;</p> <p>Registo e controlo da execução de cabimentos e compromissos.</p> <p>Preparação e elaboração dos documentos previsionais</p>	1



Técnico Superior	DF	Gestão	Tratamento contabilístico da faturação de terceiros; Colaboração no cumprimento do disposto na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA) e respetivo decreto regulamentar (Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho), nomeadamente, no que diz respeito aos prazos da faturação em receção e conferência; Acompanhamento da execução de contratos de aquisição de bens e serviços; Controlo da execução de cabimentos e compromissos.	1
	DDE	Licenciatura em Sociologia	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar a criação e implementação dos planos e projetos de índole regional e nacional; Manter, permanentemente atualizada e tratada, uma base de dados com informação estatística e disponibilizá-la aos restantes serviços e cidadãos. Manter atualizada a base de dados de empresários concelhios, bem como o carregamento desses dados na plataforma "SMIT - Atividades Económicas" e futuramente na plataforma "maisRUA" Responsável pelo sistema de controlo de visitantes do Welcome Center e do ParqueTejo e previsivelmente do Castelo, da Galeria e do MFD (montagem/alteração/controlo e automação do ficheiro) 	1
	DOP	Arquitetura	<p>Elaboração de projetos de arquitetura;</p> <p>Colaboração na revisão de peças escritas e ou desenhadas de procedimentos de formação de contratos de aquisição de serviços e de formação de contratos de empreitadas de obras públicas;</p> <p>Colaboração na elaboração de programas preliminares para integrar em procedimentos de formação de contratos de aquisição de serviços e de formação de contratos de empreitadas de obras públicas;</p> <p>Participação em reuniões de obra de empreitada;</p> <p>Participação em reuniões com entidades externas ao município no âmbito da elaboração de projetos de arquitetura e de procedimentos de formação de contratos de aquisição de serviços;</p> <p>Colaboração na elaboração de calendarizações referentes à entrega de fases de projeto no âmbito de procedimentos de formação de contratos de aquisição de serviços</p> <p>Acompanhamento de projetos de arquitetura no âmbito de procedimentos de formação de contratos de aquisição de serviços</p> <p>Atendimento de fornecedores de materiais</p> <p>Arquivo de documentação nos processos de procedimentos de aquisição de serviços e de formação de contratos de empreitada de obras públicas</p>	1
	DDJA	Licenciatura em Desporto	Garantir a continuidade dos projetos desenvolvidos no serviço de desporto, nomeadamente, "+ vida", Torneio Concelhio de Escolinhas em futebol, Torneio de Veteranos, INCUP e outros.	1
Assistente Técnico	DGPSI	12º ano	Apoio no serviço de informática, nas suas diversas componentes nomeadamente: HelpDesk; Modelação e manutenção de fluxos no iFlow (BPM); Apoio na instalação e configuração de sistemas e serviços aplicativos; Apoio na manutenção das Base de Dados (SQL); Software Tester; Apoio na gestão de plataformas web (Intranet, Issue Tracking and Project Management Tool)	1

85/28

Assistente Técnico	DA	12º ano	Atendimento presencial e telefónico de todos os assuntos relacionados com o Balcão Único de Atendimento; Emissão de documentos, licenças e de outros títulos; Atendimento (acesso mediado) dos processos submetidos no Balcão do Empreendedor; Organização, gestão de procedimentos e controlo de processos da responsabilidade exclusiva do serviço (identificados anualmente nas normas do serviço); Funções de tesouraria na componente de arrecadação de receita, incluindo a dos Serviços Municipalizados; Agendamento de reuniões com o Chefe da Divisão de Ordenamento de Gestão Urbanística.	2
	DCT	12º ano	Funções de atendimento e administrativas. Colaboração com as equipas envolvidas na área do património. Manutenção de espaços. Colaboração no planeamento e montagem de exposições Funções de atendimento e administrativas. Colaboração com as equipas envolvidas na área do património.	2
	DCT	12º ano	Executar funções de atendimento ao público (frente de sala) e a artistas; apoiar nas funções de suporte às áreas de direção de cena, de palco, de produção, apoio de som, vídeo, luz e audiovisual; colaborar no planeamento, execução e avaliação de eventos culturais, mormente no apoio às dinâmicas de programação do Cine-Teatro; colaborar em trabalhos de promoção, animação e extensão cultural; assegurar todas as ações necessárias ao bom funcionamento dos serviços que necessitem da sua colaboração; exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, despachos ou deliberações ou determinação superior.	1
Assistente Operacional	DCT	Assistente Operacional	colaboração nas tarefas e procedimentos relativos ao acolhimento e encaminhamento turístico; apoio logístico na organização e execução de atividades e eventos; levantamento, registo, tratamento e interpretação de dados estatísticos dos utentes do ParqueTejo; processamento de faturas; colaboração nas tarefas de controlo de stocks de materiais; colaboração nas visitas de verificação de funcionalidade de equipamentos; acompanhamento de trabalhos de manutenção e limpeza de infraestruturas e equipamentos.	1
	Damb	Auxiliar serviços gerais	Executar a partir de orientação e instruções da estrutura do serviço e no âmbito das atribuições e competências do mesmo, trabalhos de limpeza de edifícios, ruas, praças e demais equipamentos municipais. Recolha de canídeos e gatídeos, vivos e mortos, na via pública. Varredura mecânica de ruas, praças e avenidas.	3
		jardineiro	Executar, a partir de orientações e instruções da estrutura orgânica do serviço e no âmbito das atribuições e competências do mesmo, trabalhos de cultivo de plantas ornamentais, árvores e arbustos, sementeira de relvados e aplicação de tapetes de relva em parques ou jardins públicos. Realização de operações inerentes à criação, manutenção e conservação de espaços verdes municipais, tais como a preparação prévia do terreno, limpeza, rega, tutorarem, aplicação de produtos fitossanitários adequados, instalação e manutenção das redes de rega, podas, utilização e manutenção de equipamento mecânico e manual próprio da atividade. Realização de outras tarefas não especificadas, no âmbito das competências da respetiva categoria profissional.	2
	DDJA	Auxiliar serviços gerais	Abertura e fecho das instalações desportivas, limpeza, registo de utilizações e zelar pelas mesmas	1

Ph.6/18

[Handwritten signatures and initials]

Assistente Operacional	DC	Auxiliar Ação Educativa	Realizar funções de natureza executiva, enquadradas nas diretivas gerais definidas na legislação respetiva, nomeadamente o exercício de funções de apoio geral, desenvolvendo e incentivando o respeito e apreço pelo estabelecimento de educação ou de ensino e pelo trabalho que, em comum, nele deve ser efetuado. Executar tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos serviços escolares, em particular relacionados com o apoio em sala de aula e refeitórios, podendo comportar esforços físicos; Responsabilizar-se por equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo quando necessário, à manutenção dos mesmos. Executar tarefas da competência do município em matéria educativa indispensáveis ao funcionamento dos serviços, designadamente a ligação entre os diversos elementos que constituem a comunidade educativa (alunos/as, docentes, pessoal não docente, pais, mães e encarregados de educação); Providenciar a limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações, bem como do material e equipamento didático e informático necessário ao desenvolvimento do processo educativo; Cooperar na segurança e vigilância dos/as alunos/as, assegurando o encaminhamento de utilizadores da escola e controlando as entradas e saídas do recinto escolar; Apoiar nas atividades de crianças com necessidades educativas especiais. Participar com os docentes no acompanhamento das crianças com vista a assegurar um bom ambiente educativo; Cooperar nas atividades que visem a segurança de crianças na escola, no transporte escolar relacionado com atividades pedagógicas no exterior do estabelecimento; Exercer tarefas de apoio aos serviços de ação social escolar, quando necessário; Prestar apoio e assistência em situações de primeiros socorros e, em caso de necessidade, acompanhar a criança a unidades de prestação de cuidados de saúde; Estabelecer ligações telefónicas e prestar informações; Receber e transmitir mensagens; Efetuar, no interior e exterior, as tarefas indispensáveis ao funcionamento dos serviços escolares.	12
	DL	Canalizador	Destina-se a apoiar o serviço de reparação e manutenção de edifícios; Executa redes de água fria e quente e a montagem de equipamentos; Executa instalações de condução de águas pluviais e residuais; Colabora na instalação de redes de aquecimento central e na revisão e manutenção dos equipamentos; Repara e substitui equipamentos sanitários, torneiras e acessórios	1
		pedreiro	Analisar o plano de execução detalhado e recolher indicações dos técnicos responsáveis quanto às especificações técnicas da obra; Organizar o posto de trabalho e disponibilizar os materiais e as ferramentas necessárias às diferentes etapas do processo produtivo; Preparar a superfície a trabalhar em função das especificações técnicas pré-definidas; Indicar as argamassas a aplicar para o assentamento de pavimentos e de revestimentos, bem como betões para execução de elementos estruturais, em quantidade suficiente ao trabalho a executar; Executar alvenaria de pedra, tijolo ou blocos de cimento, pavimentos, muros e estruturas simples, com ou sem armadura, paredes interiores e exteriores, caixas de visita, caleiras, chaminés e outros elementos construtivos; Assentar manilhas e tubagem diversa, cantarias, elementos pré-fabricados em betão armado, tais como vigas, vigotas, pilares, rematando as juntas com argamassa adequada; Montar pavimentos aligeirados, constituídos por componentes pré-fabricados quer em betão armado quer cerâmicos; Executar encasques de enchimento para ligar elementos pré-fabricados; Rebocar paredes e tetos com argamassas, rematando engrads e arestas, bem como sancas em meia cana; Revestir telhados com telha cerâmica ou outros tipos de telha; Executar betonilhas de regularização e construir pavimentos térreos com massame; Instruir e supervisionar o trabalho dos colaboradores que lhe estejam afetos; Colaborar na execução de betonagens, verificando, nomeadamente, a correta implantação dos elementos estruturais; Controlar a qualidade do trabalho em função das especificações técnicas pré-definidas e utilizando para o efeito fios-de-prumo, níveis, réguas, esquadros e outros instrumentos.	2

20.2/18

[Handwritten signatures]

Assistente Operacional	DL	Condutor Máquinas	Conduz e manobra máquinas pesadas de movimentação de terras, executando trabalhos de movimentação, carregamento e remoção de terras em diversas obras, manobrando também sistemas hidráulicos ou mecânicos complementares das viaturas; Zela pela conservação e limpeza dos equipamentos; Verifica também diariamente os níveis de óleo e água e comunica as ocorrências anormais detetadas nestes; Pode conduzir outras viaturas ligeiras ou pesadas.	2
		Auxiliar serviços gerais	Destinam-se ao serviço de reparação e manutenção de edifícios e infraestruturas; Apoiam outros profissionais na área da construção civil; Efetuam cargas e descargas de viaturas e colaboram no transporte e entrega de mobiliário e outros equipamentos; Colaboram no trabalho de limpeza e manutenção da rede viária.	3
		Eletricista	Preparar e organizar o trabalho relativo à instalação e ou à manutenção de instalações elétricas de colunas montantes e de entradas, de iluminação e potência, de força motriz e de infraestruturas de telecomunicações em edifícios; Analisar a planta da obra, os manuais, os projetos, os esquemas e outras especificações técnicas, com o objetivo de identificar, nomeadamente, o tipo de instalação, de equipamento, materiais e outros dados relativos à instalação elétrica e ou à sua manutenção; Verificar e preparar os equipamentos, as ferramentas, os componentes e os materiais adequados à execução da instalação e ou da sua manutenção; Determinar a distribuição e o posicionamento dos circuitos e dos equipamentos elétricos a instalar; Executar instalações elétricas de colunas montantes e de entradas em edifícios, de iluminação e potência em edifícios e de força motriz, utilizando os procedimentos e os equipamentos adequados; Executar instalações de infraestruturas de telecomunicações em edifícios, designadamente, de sistemas de sinalização e de intercomunicação e de montagem de antenas TV e FM, utilizando os procedimentos e os equipamentos adequados; Efetuar os ensaios de funcionamento das redes elétricas e dos equipamentos, por referência a valores normalizados e a regras de segurança, a fim de detetar eventuais anomalias e garantir o seu correto funcionamento; Executar a manutenção preventiva e corretiva de circuitos e equipamentos de instalações elétricas e de infraestruturas de telecomunicações em edifícios; Verificar as condições de funcionamento dos circuitos e dos equipamentos e detetar eventuais anomalias, efetuando os ensaios e as medições adequadas; Reparar as anomalias detetadas nos circuitos e equipamentos, substituindo e ou reparando os equipamentos e materiais danificados; Efetuar orçamentos relativos à instalação elétrica e ou à sua manutenção, executando, nomeadamente, os cálculos de materiais, equipamentos, mão-de-obra e tempos de trabalho; Registrar informações de carácter técnico, relativas à sua atividade.	1
		calceteiro	Preparar e organizar o trabalho, de acordo com as especificações técnicas, com as características das tarefas a executar e tendo em conta as orientações recebidas e as medidas de higiene, saúde e segurança aplicáveis; Analisar os elementos de projeto, esboços e outras especificações técnicas, a fim de identificar medidas, materiais e outras indicações relativas ao trabalho a realizar; Efetuar medições em obra e elaborar esboços, desenhos e outras especificações técnicas; Selecionar os materiais, as ferramentas e os meios auxiliares necessários em função dos trabalhos a realizar; Assegurar a preparação do terreno, incluindo a verificação de cotas a respeitar e, se necessário, recorrendo a equipamentos ligeiros de compactação; Garantir a camada base para o assentamento da calçada; Efetuar a preparação e aplicação da pedra de calçada com as dimensões e restantes condições previstas; Proceder ao preenchimento de juntas, com material adequado, e à compactação; Zelar pelas boas condições de armazenamento dos materiais e organização do estaleiro de obra; Controlar a qualidade do trabalho em função das especificações técnicas pré-definidas e utilizando, para o efeito, níveis, réguas e outros equipamentos.	1
		Carpinteiro	Destina-se a apoiar o serviço de reparação e manutenção de edifícios. Colabora na execução de trabalhos em madeira através dos moldes que lhe são apresentados; Serra e topia as peças, desengrossando-as, lixa e cola material, ajustando as peças numa prensa; Assenta, monta e acaba os limpos nas obras, tais como portas, rodapés, janelas, caixilhos, escadas, divisórias em madeira, armações de telhados e lambris; Procede à transformação das peças, a partir de uma estrutura velha para uma nova, e repara-as.	1

8/2/8

Assistente Operacional	DL	Lavador/ Lubrificador	Procede à lubrificação dos pontos de máquinas ou equipamentos onde haja atrito, com vista à sua conservação e normal funcionamento; Procede à verificação dos níveis do óleo do motor, dos travões e da caixa de velocidades, vasos de expansão e de limpeza; mudanças de óleo do motor, da caixa de velocidades e dos travões; Lavagem e limpeza de viaturas e Maquinas.	1
Informática	DGPSI	Especialista de Informática	Administração de Sistemas - Manutenção e acompanhamento dos sistemas de informação autarquia, incluindo as componentes de gestão documental, administrativa, contabilística e financeira, assegurando a sua gestão e continuada adequação aos objetivos da autarquia. Para além destes, incluem-se ainda o desenho, desenvolvimento, definição de arquitetura, implementação e manutenção de redes informáticas e a virtualização. Implementação e monitorização dos modelos e sistemas de segurança que garantam a fiabilidade dos dados dos sistemas alojados no datacenter Municipal. Estudo e apresentação de propostas de melhoria do serviço, procurando de forma proactiva acompanhar as ultimas tendências do sector.	1
			Desenvolvimento aplicacional - Estudo e implementação de tecnologias que permitam concretizar as estratégias digitais da Autarquia. Desenvolvimento e programação de sistemas de gestão de negocio e/ou documentais que permitam melhorar as ações de planeamento, monitorização e avaliação sectorial, permitindo deste modo o desenvolvimento de toda a Autarquia. Concretizar a interligação dos sistemas internos com sistemas proprietários, de forma a que a informação seja centralizada, respeitando a arquitetura implementada no Município. Desenvolvimento e implementação de sistemas de Business Intelligence, que assegurem indicadores de avaliação em tempo real às diversas áreas da governação autárquica	1
		Técnico de Informática	Apoio aos utilizadores internos; Apoio às Escolas; Resolução de problemas técnicos com o hardware em uso no município; Ligação entre as empresas fornecedoras e os utilizadores no que respeita à boa utilização do software.	1

809/18



Fiscal Municipal	DU	Fiscal Municipal	<p>As constantes do Modelo de Estrutura Flexível dos Serviços Municipais atualmente em vigor (Despacho nº 12315/2014, DR 2ª Série, de 06.10.2014) ou do que vier a suceder-lhe; designadamente:</p> <p>a) Verificar o cumprimento das leis, posturas e regulamentos no âmbito das atribuições do município, dirigindo o trabalho de fiscalização, sem prejuízo das competências atribuídas a outros serviços neste domínio, bem como promover os procedimentos adequados em função das ocorrências verificadas;</p> <p>b) Recolher as informações necessárias à instrução de processos ou à satisfação de pedidos feitos aos serviços, quando devidamente autorizados;</p> <p>c) Proceder a notificações, intimações e citações pessoais ordenadas pela Câmara ou pelo seu presidente;</p> <p>d) Levantar participações por contraordenação, autos de notícia diversos, nomeadamente quando seja detetada qualquer atividade não licenciada;</p> <p>e) Velar pelo regular funcionamento dos mercados municipais, feiras e eventos similares;</p> <p>f) Estudar medidas de descongestionamento, alteração ou planificação dos espaços destinados aos mercados e feiras;</p> <p>g) Acompanhar ou executar as medidas de polícia e administrativas que superiormente lhe forem cometidas, nomeadamente mandados de embargo, reposições de situações anteriores, encerramentos, despejos sumários, demolições e processos de notificação;</p> <p>h) Afixar e distribuir avisos, editais e anúncios na área do proceder à análise e emitir informação sobre participações, reclamações e queixas de particulares, acompanhar o desenvolvimento do respetivo procedimento com vista à sua resolução e, por fim, encaminhar os processos em causa para cada serviço competente na matéria;</p> <p>i) Prestar informação aos serviços camarários sobre os assuntos que possam ser objeto de fiscalização e que se enquadrem nas atribuições do município e nas competências do Serviço de Fiscalização Municipal;</p> <p>j) Coordenar, em ligação com outras unidades orgânicas fiscalizadoras, a ação de fiscalização municipal, de forma a serem cumpridas as determinações legais nos vários setores que constituem uma completa gestão municipal;</p> <p>k) Colaborar com as demais autoridades administrativas e policiais na fiscalização e cumprimento das disposições legais relativas à ocupação do espaço público e ao uso não autorizado do solo e demais património público ou privado;</p> <p>l) Obter informações e elaborar relatórios que, na área da sua intervenção, tenham interesse para a Câmara e serviços municipais, mesmo que concessionados;</p> <p>m) Intervir em vistorias no âmbito das atribuições municipais, por determinação superior;</p> <p>n) Zelar pela conservação do património propriedade do município participando as anomalias encontradas, nomeadamente em edifícios e mobiliário urbano;</p> <p>o) Esclarecer e divulgar junto dos munícipes os regulamentos e normas definidas pela Câmara, exercendo, assim, uma ação preventiva e pedagógica.</p>	2
------------------	----	------------------	--	---

20.10/18

Dirigente		Chefes de Divisão	Os titulares de cargos de direção exercem, na sua unidade orgânica, as funções e competências, previstas na Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro e Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de abril com a redação dada pelas respectivas alterações. Para além disso devem igualmente: - Definir os objetivos de atuação da unidade orgânica que dirigem, tendo em conta os objetivos gerais estabelecidos; - Orientar, controlar e avaliar o desempenho e a eficiência dos serviços dependentes, com vista à execução dos planos de atividades e à prossecução dos resultados obtidos e a alcançar; - Garantir a coordenação das atividades e a qualidade técnica da prestação dos serviços na sua dependência; - Gerir com rigor e eficiência os recursos humanos patrimoniais e tecnológicos afetos à sua unidade orgânica, otimizando os meios e adotando medidas que permitam simplificar e acelerar procedimentos e promover a aproximação à sociedade e a outros serviços públicos; - Assegurar a qualidade técnica do trabalho produzido na sua unidade orgânica e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação dos serviços, tendo em conta a satisfação dos interessados destinatários; - Efetuar o acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e motivando os colaboradores e proporcionando-lhes os adequados conhecimentos e aptidões profissionais necessários ao exercício do respetivo posto de trabalho, bem como os procedimentos mais adequados ao incremento da qualidade do serviço a prestar; - Divulgar junto dos colaboradores os documentos internos e as normas de procedimento a adotar pelo serviço, bem como debater e esclarecer as ações a desenvolver para o cumprimento dos objetivos do serviço, de forma a garantir o empenho e a assunção de responsabilidades por parte dos funcionários; - Proceder de forma objetiva à avaliação de desempenho dos colaboradores, em função dos resultados individuais e de grupo e à forma como cada um se empenha na prossecução dos objetivos e no espírito de equipa; - Identificar as necessidades de formação específica dos colaboradores da sua unidade orgânica e propor a frequência das ações de formação consideradas adequadas ao suprimento das referidas necessidades, sem prejuízo do direito à autoformação; - Proceder ao controlo efetivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho por parte dos colaboradores da sua unidade orgânica; - Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados na respetiva unidade orgânica, exceto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados.	6
COM		COM	Ao comandante operacional de proteção civil compete exercer a atividade tendo em vista os objetivos fundamentais da proteção civil, a saber, prevenir os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofe, atenuar os riscos coletivos e limitar os seus efeitos, socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos em perigo proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público, apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe. Em especial compete-lhe exercer as funções previstas no artigo 14º da Lei 65/2007, de 12/11.	1

Total de postos de trabalho	65
-----------------------------	----

Mapa de Pessoal 2018_anexo I

20.11/18

Postos de Trabalho previstos e ocupados por mobilidade

Cargo / Carreira / Categoria	Unidade Organica	Área	Atribuições/ Competências/ Actividades	nº de Lugares a ocupar
Técnico Superior	DC	Ciências de Informação e Documentação	Tratamento Técnico Documental e coordenação das tarefas neste sector. Gestão dos depósitos do Serviço de Bibliotecas e Arquivos(circulação e conservação - apoio ao Arquivo Municipal Eduardo Campos). Gestão da catalogação no Setor de Fundo Local e Periódicos. Apoio no tratamento e preservação digital do Fundo Local. Apoio nas várias áreas de funcionamento da Biblioteca, nomeadamente exposições, jornadas, seminários e eventos. Apoio às bibliotecas escolares do concelho, nomeadamente ao nível da organização e renovação de fundos documentais.	1
	DPSI	Gestão Recursos Humanos Comport Organizacional	Tarefas de estudo e análise das temáticas de gestão do capital humano, nomeadamente no que respeita à gestão da assiduidade, suas implicações legais e o cruzamento dessa área com a o recrutamento e mobilidade interna.	1
	DCT	Estudos Artísticos	Organização e Gestão da Galeria Municipal de Arte, apoio às montagens de desmontagens de exposições, contribuir para a planificação anual de exposições, gestão da residência artística.	1
	SC	Educação Física	Coordenação do serviço de comunicação, articulação dos planos estrategicos municipais e coordenação da equipa para a gestão inteligente do território.	1
	DU	Urbanismo	Funções de urbanista nas diversas competências ligadas ao planeamento e aos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente tarefas relativas à elaboração, revisão, alteração ou suspensão dos planos municipais de ordenamento do território. Articulação com a Gestão Urbanística (prosecução dos IGT's ao nível da Urbanização e da Edificação) e com o Serviço de Sistemas de Informação Geográfica.	1
		Solicitadoria	Prosecução de tarefas de âmbito administrativo de índole mais complexa por acarretarem interlocução com entidades externas (Conservatórias, Notários, Repartições de Finanças, Empresas), no âmbito das tarefas subordinadas à Gestão Urbanística (Urbanização e Edificação) e ao Planeamento.	1
Assistente Técnico	DA	12º ano	Atendimento presencial e telefónico de todos os assuntos relacionados com o Balcão Único de Atendimento; Emissão de documentos, licenças e de outros títulos; Atendimento (acesso mediado) dos processos submetidos no Balcão do Empreendedor; Organização, gestão de procedimentos e controlo de processos da responsabilidade exclusiva do serviço (identificados anualmente nas normas do serviço); Funções de tesouraria na componente de arrecadação de receita, incluindo a dos Serviços Municipalizados; Agendamento de reuniões com o Chefe da Divisão de Ordenamento	1
	DCT	12º ano	Apoios às atividades culturais nas suas diversas fases, contactos com empresas e produtores; contactos com associações culturais; apoio na tramitação do expediente da Divisão; Assegurar as infraestruturas culturais.	1

PD. 12/18

Assistente Técnico	DDJA	12º ano	assegurar a receção e apoio administrativo do serviço de desporto	1
			assegurar a receção e apoio administrativo das Piscinas Municipais (Piscina Municipal de Tramagal).	1
	DCT	Técnico Profissional de Biblioteca e Documentação	Realização de tarefas associadas ao tratamento técnico documental, nomeadamente catalogação, indexação e classificação; coadjuvação ao SGI - Sistema de Gestão de Informação - módulos de circulação/ empréstimo, catalogação e estatística; apoio técnico ao SABE - Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares; colaboração na produção de instrumentos de DSI - Difusão Seletiva de Informação, nomeadamente boletins de monografia temática; apoio aos utilizadores na pesquisa de informação; apoio ao Serviço de Empréstimo Interbibliotecas; reposição e ordenação de fundos documentais; organização e manutenção dos depósitos de circulação e de conservação e participação nas	1

Total de postos de trabalho	11
-----------------------------	----

Mapa de pessoal 2018_Anexo II

28.13/28

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)												Trabalhadores ausentes por motivo de:		
			RJEPTI	RJEPTD				Comissão de serviço	CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR		
				Tempo total		Tempo parcial											
P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP						
Pessoal Dirigente																	
Os titulares de cargos de direção exercem, na sua unidade organica, as funções e competências, previstas na Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro e Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de abril com a redacção dada pelas respectivas alterações.	Dirigente	Dirigente Intermediário de 2º Grau - Chefe de Divisão							12 a)	6 *							
Ao comandante operacional de proteção civil compete exercer a atividade tendo em vista os objetivos fundamentais da proteção civil, a saber, prevenir os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofe, atenuar os riscos coletivos e limitar os seus efeitos, socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos em perigo proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público, apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe. Em especial compete-lhe exercer as funções previstas no artigo 14º da Lei 65/2007, de 12/11.	Comandante Operacional Municipal	Comandante Operacional Municipal								1 *							

20.14/18



Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)												Trabalhadores ausentes por motivo de:		
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR
					Tempo total		Tempo parcial										
			P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP			
Carreiras gerais - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas																	
Aos técnicos superiores, de acordo com a sua área de formação e as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projectos,com diversos graus de complexidade, e execução de outras actividadesde apoio geral ou especializado nas áreas de actuação comuns,instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado.Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade,tomando opções de índole técnica, enquadradas por directivas ou orientações superiores.	Tecnico Superior	Tecnico Superior	77	2 d) + 16 *	1								5 e) **	1 **	1	2	2
Aos coordenadores técnicos compete nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, exercer funções de chefia técnica e administrativa em uma subunidade orgânica ou equipa de suporte, por cujos resultados é responsável. Realização das actividades de programação e organização do trabalho pessoal que coordena, segundo orientações e directivas superiores. Execução de trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade. Funções exercidas com relativo grau de autonomia e responsabilidade.	Assistente Técnico	Coordenador Técnico	11														
Aos assistentes técnicos, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em directivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de actuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de actuação dos órgãos e serviços.		Assistente Técnico	94	2 f) + 4 *										2 g) + 3 h) **			2

28/05/98

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)												Trabalhadores ausentes por motivo de:		
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR
					Tempo total		Tempo parcial										
			P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP			
Aos encarregados operacionais, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções de coordenação dos assistentes operacionais afectos ao seu sector de actividade, por cujos resultados é responsável. Realização das tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação. Substituição do encarregado geral nas suas ausências e impedimentos.	Assistente Operacional	Encarregado Operacional	3														
Aos assistentes operacionais, de acordo com a sua área de especialidade e as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis; Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico; Responsabilidade pelos equipamentos sob a sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à sua manutenção e reparação dos mesmos.		Assistente Operacional	112	10 i) + 21 *											1	2	

20.11/18

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)												Trabalhadores ausentes por motivo de:		
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR
					Tempo total		Tempo parcial										
			P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP			
Carreiras subsistentes e carreiras não revistas																	
Aos especialistas de informática, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas no Dec-Lei nº 97/2001, de 26/03 e Portaria nº 358/2002, de 03/04, nomeadamente, funções de concepção e aplicação em qualquer das seguintes áreas: Gestão e arquitectura de sistemas de informação; Infraestruturas tecnológicas e engenharia de software, (ver especificações na referida Portaria). Incumbe ainda ao pessoal integrado nesta carreira as seguintes tarefas, nas respectivas áreas de especialidade: - colaborar na definição de políticas, no desenvolvimento dos sistemas e tecnologias de informação, na modelização de testes e na avaliação de protótipos e na realização de actividades de consultadoria e auditoria especializada; - estudar o impacte dos sistemas e das tecnologias de informação na organização do trabalho e no sistema organizacional, propondo medidas adequadas para a introdução de inovações na organização e funcionamento dos serviços e para a formação dos utilizadores de informática: - participar no planeamento e no controlo de projectos informáticos.			Especialista de informática	1													
			Especialista de informática, grau 2	2	2 *												
Aos técnicos de informática, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções as no Dec-Lei nº 97/2001, de 26/03 e Portaria nº 358/2002 de 03/04, nomeadamente, funções numa das seguintes áreas funcionais: infra-estruturas tecnológicas e engenharia de software, conforme especificações no n.º 3 da Portaria referida.			Técnico de informática	6	1 *												
Aos fiscais municipais, compete exercer as funções previstas no Despacho SEALOT nº 20/94, publicado no Diário da Republica nº 110, de 12 de Maio de 1994, nomeadamente, fiscalizar e fazer cumprir os regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais relativos a área de ocupação da via pública, publicidade, trânsito, obras particulares, abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais, preservação do ambiente natural, deposição, remoção, tranporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, públicos, domésticos e comerciais, preservação do património, segurança no trabalho e fiscalização preventiva do território; Presta informações sobre situações de facto com vista à instrução de			Fiscal Municipal Especialista	2													
			Fiscal Municipal 1ª classe	2													
			Fiscal Municipal 2ª classe	0	2 *												1

8/1/08

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)												Trabalhadores ausentes por motivo de:		
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR
					Tempo total		Tempo parcial										
			P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP			
Aos fiscais de obras, compete exercer as funções previstas no Despacho n.º 38/88, publicado na II série do DR de 26 de janeiro de 1989, nomeadamente fiscalizar os trabalhos realizados na via pública, por empresas concessionárias e outras, de acordo com o regulamento de obras na via pública, efectuando as medições necessárias; Informa os processos que lhe são distribuídos; Obtem todas as informações de interesse para os serviços onde está colocado, através de observação directa no local; Verifica e controla as autorizações e licenças para a execução dos trabalhos; Vistoria prédios, informando sobre o seu estado de conservação.	Fiscal de obras	Fiscal de Obras	1														
Ao bombeiro profissional, compete exercer as funções de socorro à população, nomeadamente as previstas no Dec-Lei nº 106/2002, de 13/04 e no Dec-Lei nº 241/2007, de 21/06, com as alterações que lhe foram introduzidas.	bombeiros	chefe	0												1		
		bombeiro de 1ª	0												1		
		bombeiro de 2ª	3												4	1	1
TOTAL			314	60	1	0	0	0	12	7	0	0	10	1	8	8	5

Legenda:

P: Posto de trabalho providos

AP: Postos de trabalho a prover

RJEPTI: Relação jurídica de emprego publico por tempo indeterminado

RJEPTD: Relação jurídica de emprego publico por tempo determinado ou determinável

CIP: Cedência de Interesse publico (entidades de origem ou de destino, consoante o fluxo, não abrangidas pelo âmbito de aplicação objectivo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)

M: Mobilidade (entidades empregadoras publicas de origem ou de destino, abrangidas pelo ambito de aplicação objetivo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)

LsR: Licença sem remuneração

Observações:

a) Sete técnicos superiores do mapa de pessoal do Município de Abrantes, encontram-se em comissão de serviço, como Chefes de Divisão

b) Um técnico superior do mapa de pessoal do Município de Abrantes, encontra-se em comissão de serviço, como dirigente intermédio de 3º Grau

c) Recrutamento a decorrer, que está ocupado em mobilidade, com formação superior na área de gestão turística e cultural

d) Recrutamento já a decorrer

e) Mobilidade, três postos de trabalho ocupados em mobilidade intercarreiras, por assistentes técnicos do mapa de pessoal desta Autarquia, com formação superior em gestão de recursos humanos e comportamento organizacional, solicitadoria e estudos artísticos, dois postos de trabalho em mobilidade na categoria, Técnico Superior do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Serpa, com formação superior em Urbanismo, outro Técnico Superior do Instituto da Segurança Social, com formação Superior em Educação Física.

f) Recrutamento já se encontra a decorrer

g) Mobilidade intercarreiras, ocupada por dois assistentes operacionais do mapa de pessoal desta Autarquia.

h) Mobilidade na carreira, um trabalhador do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Estremoz, outro da União de Freguesias de Abantes e Alferrarede, outro do Instituto Politécnico de Tomar

i) Recrutamento a decorrer para dez postos de trabalho, um para funções de electricista, dois para funções de pedreiro, dois para as funções de jardineiro, um para funções de Calceteiro, mais quatro para auxiliar de serviços gerais .

* Funções dos postos de trabalho a prover constantes no anexo I

** Funções dos postos de trabalho ocupados e a ocupar em mobilidade constantes no anexo II

21/8/18

(doc. 24)

Amor

49

[Signature]

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

**POR UMA FISCALIZAÇÃO EFICIENTE E EFICAZ DOS NÍVEIS DE
POLUIÇÃO NO RIO TEJO E DO FUNCIONAMENTO DAS ETAR NUMA
ABORDAGEM DE SMART CITY.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da
Mesa da Assembleia Municipal de
Abrantes:**

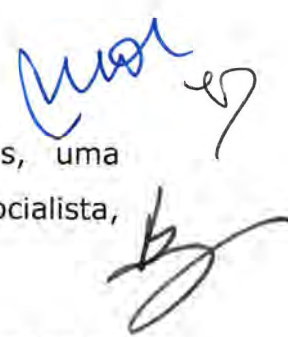
Nos termos dos legais e regimentais, sempre com o duto suprimimento de Vossa Excelência, o Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Abrantes vem requerer a introdução da seguinte proposta de recomendação na ordem de trabalhos da sessão deste órgão deliberativo agendada para o dia 23 de Fevereiro de 2018.

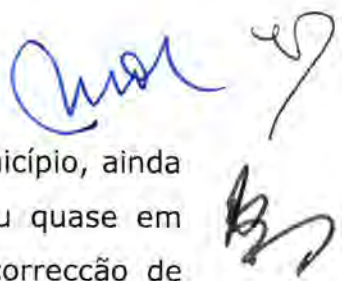
PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

**POR UMA FISCALIZAÇÃO EFICIENTE E EFICAZ DOS NÍVEIS DE
POLUIÇÃO NO RIO TEJO E DO FUNCIONAMENTO DAS ETAR NUMA
ABORDAGEM DE SMART CITY.**

Considerando que:

1. Como todos sabemos, o rio Tejo é um cordão civilizações de enorme relevância económica, social e cultural para o nosso Concelho, mas também para sub-região do Médio Tejo e para o Distrito de Santarém;
2. Cabe a todos nós contribuirmos para que ele não perca essa importância e continue a ser um elemento de união, um atractivo turístico e o ganha-pão de pescadores, entre outras actividades económicas;

- 
3. Recentemente, esta mesma casa aprovou duas moções, uma apresentada pelo Bloco de Esquerda e outra pelo Partido Socialista, tendo em vista a protecção do rio Tejo;
 4. No debate sobre as moções, conseguiu-se compreender que todas as forças aqui representadas consideram urgente salvar o rio Tejo;
 5. Esse mesmo propósito é acolhido pelo executivo camarário que, comprovando o aqui afirmado, entre outras, aprovou uma proposta do PSD para a realização de uma conferência que visa promover a protecção do Tejo;
 6. Infelizmente, como também é consabido, uma grande quantidade de espuma tóxica concentrou-se junto ao açude de Abrantes, o que motivou a sua remoção e a realização de análises às águas, não se olvidando o forte impacto mediático da catástrofe;
 7. As análises revelaram, segundo a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, números assustadoramente elevados de substâncias poluidoras, isto é, níveis de celulose 5000 vezes superiores ao normal;
 8. Desdítosamente, também viemos a saber que uma ETAR de Abrantes (ETAR da Fonte Quente), citando o Inspector-Geral do Ambiente, **“não se encontrava a cumprir os parâmetros a que estava obrigada.”**
 9. Não entramos em demagogias e em falsas acusações, sabemos que estas falhas na ETAR não são as causadoras das mastodônticas concentrações de poluição no rio Tejo;
 10. Sabemos, aliás, que o desvio aos parâmetros foi marginalíssimo; contudo, estando o curso flumíneo de água tão acossado, tão agredido, pelas fábricas de celulose que laboram junto ao rio, há que evitar, a todo o custo, contribuições adicionais para que não sejamos cúmplices neste seu funesto definhamento;

- 
11. E esta situação fez-nos compreender que, no nosso Município, ainda não conseguimos obter informação, em tempo real, ou quase em tempo real, dos níveis de poluição do rio Tejo e da correcção de funcionamento das nossas ETAR;
 12. Aliás, segundo se vem compreendendo, são raros – para não afirmar que não há em Portugal –, os locais em que essa informação é quase imediata, fazendo com que o momento exacto para analisar as águas se perca com o passar das horas;
 13. Ora, como diz o Professor Miguel de Castro Neto: “Não existem *smart cities*, existe, sim, *smart people*”; e nós temos de ser inteligentes na forma como abordamos este problema da poluição.
 14. A Câmara Municipal de Abrantes, por intermédio da sua Presidente, diz-nos que é importante apostar na inovação e na política de *smart cities*;
 15. Para tanto, a Presidência da Câmara Municipal de Abrantes lançou o seu projecto Abrantes, Cidade Inteligente, que evidencia, de entre vários, os seguintes objectivos: “(...) a adaptação da estrutura interna do Município apostando em ferramentas que apoiem o modelo de governança. A finalidade é a antecipação de problemas críticos, a monitorização dos equipamentos em tempo real e que a médio e a longo prazo se alcancem ganhos de eficiência e poupanças (...). E (...) Aproximar os cidadãos dos serviços através do reforço dos serviços online e na disponibilização de ferramentas que possibilitem ao cidadão participar activamente na tomada de decisões” (citando informação consignada no sítio online da CMA);
 16. Isto significa que a Câmara Municipal de Abrantes pretende modernizar o Município através de novas tecnologias, principalmente, aquelas associadas às *smart cities* e aproximar o cidadão dos processos de recolha de informação e decisão;

17. Assim sendo, em face de tudo o que aqui foi descrito, e porque não vai contra a política definida pelo órgão executivo do Município, cremos que este deve obter sistemas de monitorização eficientes e eficazes, e o mais possível em tempo real, da qualidade da água do rio Tejo e do funcionamento das suas ETAR;

18. Sistemas que permitam o acesso a essa informação pelo cidadão, também o mais possível em tempo real, mediante aplicações para *smartphones* ou recorrendo ao uso da internet, entre outras plataformas;

19. Não desconhecemos que, no que diz respeito em exclusivo às ETAR, estas são geridas pela Abrantáqua, Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, S.A., o que não impede a Câmara Municipal de actuar dentro das suas competências, preferindo-se que o faça em estrita colaboração com esta empresa;

20. E também cremos que um projecto destes deve incluir o tecido académico e o empresarial do Município, de modo a trazer valor acrescentado para a nossa Terra;

Destarte, o Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal de Abrantes, na sua reunião de 23 de Fevereiro de 2018, delibere:

- 1. Recomendar à Câmara Municipal de Abrantes que promova uma política de fiscalização mais eficiente e eficaz no que respeita, em geral, à qualidade da água do rio Tejo;**
- 2. Recomendar à Câmara Municipal de Abrantes que promova uma política de monitorização mais eficiente e eficaz no que respeita, em específico, ao funcionamento das ETAR localizadas no Município, de modo a garantir que cumprem sempre os parâmetros legais e regulamentares;**
- 3. Recomendar a aquisição ou criação de tecnologia, no âmbito das políticas de *smart cities*, que permita fazer uma**

monitorização, o mais próximo possível do em tempo real, dos níveis de poluição do rio Tejo e do cumprimento dos parâmetros legais das ETAR, disponibilizando essa informação aos cidadãos;


4. Recomendar que a obtenção dessa tecnologia, caso haja essa disponibilidade, seja feita em cooperação com o tecido empresarial abrantino e com o tecido académico, nomeadamente, a ESTA – Escola Superior de Tecnologia de Abrantes.

Abrantes, 15 de Fevereiro de 2018

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata

João Salvador Fernandes



 (doc 25)

Assembleia Municipal
23 de Fevereiro de 2018



PONTO 09 OT
PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO (PSD)

-Já existem entidades com competência para agir sobre os diversos conteúdos da proposta de recomendação, tais como o Ministério do Ambiente, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e a Inspeção-Geral da Agricultura, Mar, do Ambiente e Território, entre outras.

-Também existem as medidas do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo, da Estratégia Nacional de Educação Ambiental, do Relatório do Estado do Ambiente Portugal 2017; do Plano Nacional de Fiscalização e Inspeção Ambiental, entre muitos estudos, propostas e formas de cooperação, de onde se evidencia a preocupação de não sobrepor competências, nem desperdiçar recursos financeiros em tecnologia já existente.

-O site da A.P.A. já disponibiliza muita informação, tem uma elevada quantidade de dados que, esses sim, poderiam ser agregados no site da Câmara Municipal em área própria, para facilitar a consulta.

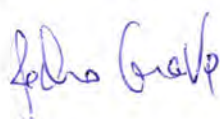
-Já em relação às ETARs, a Câmara Municipal tem essa atribuição de responsabilidade e a publicação regular e atempada de dados sobre o funcionamento das mesmas é fundamental para cada cidadão poder acompanhar o seu desempenho ambiental, entre outros.

NA ABUNDANCIA ACTUAL,

Face ao exposto vamos-nos abster.

Abrantes, 23 de Fevereiro de 2018
Bloco de Esquerda de Abrantes,

Pedro Grave



Joana Pascoal



[Handwritten signature]

(doc. 26.)

[Handwritten signature]

Sessão ordinária – 23 de fevereiro de 2018

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

9 - Proposta de Recomendação – “Por uma fiscalização eficiente e eficaz dos níveis de poluição no Rio Tejo e do funcionamento das ETAR numa abordagem de Smart City” – PSD;

Deliberação: Considerando o disposto na alínea j) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal delibera,

A Assembleia deliberou retirar por inexistência de

[Large handwritten flourish]

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

[Handwritten signature]

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

[Handwritten signature]

Manuel Duarte dos Santos



MOÇÃO

**PARA A CRIAÇÃO DE TRÊS COMISSÕES ESPECIALIZADAS
PERMANENTES RELATIVAS À PROTECÇÃO E PROMOÇÃO DO RIO
TEJO, AO ACOMPANHAMENTO DAS ACTIVIDADES DOS CTT NO
DESEMPENHO DO SERVIÇO PÚBLICO POSTAL E DE APOIO,
ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE IDEIAS,
ACTIVIDADES E POLÍTICAS PARA A PROMOÇÃO DAS FREGUESIAS
DO MUNICÍPIO**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da
Mesa da Assembleia Municipal de
Abrantes:**

Nos termos dos legais e regimentais, sempre com o douto suprimento de Vossa Excelência, o Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Abrantes vem requerer a introdução da seguinte moção na ordem de trabalhos da sessão deste órgão deliberativo agendada para o dia 23 de Fevereiro de 2018.

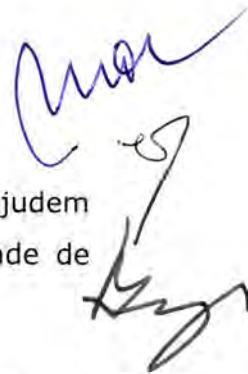
MOÇÃO

**PARA A CRIAÇÃO DE TRÊS COMISSÕES ESPECIALIZADAS
PERMANENTES RELATIVAS À PROTECÇÃO E PROMOÇÃO DO RIO
TEJO, AO ACOMPANHAMENTO DAS ACTIVIDADES DOS CTT NO
DESEMPENHO DO SERVIÇO PÚBLICO POSTAL E DE APOIO,
ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE IDEIAS E
ACTIVIDADES PARA PROMOVER AS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO**

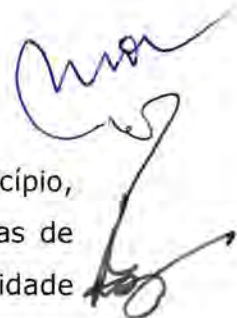


Considerando que:

1. De acordo com o artigo 26.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 75/2013, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para o estudo de matérias relacionadas com as atribuições do Município e sem prejudicar o funcionamento e a actividade normal da Câmara Municipal;
2. A mesma competência se extrai do artigo 11.º, n.º 1, alínea d), do seu Regimento;
3. É nosso entendimento que, sem prejudicar o funcionamento e a actividade normal da Câmara Municipal, o presente órgão deve adoptar uma postura pró-activa no acompanhamento da política local, de modo a não correr o risco de ser entendido como um mero carimbo institucional de chumbo ou recusa de propostas camarárias, potenciando a sua credibilidade aos olhos dos munícipes;
4. Para tanto, como acima referido, a Lei n.º 75/2013 e o Regimento dotam a Assembleia Municipal de instrumentos para esse efeito;
5. Consabidamente, o Município de Abrantes tem-se visto envolvido em dois problemas prementes que merecem um acompanhamento dedicado por parte deste órgão, ou seja, a poluição e redução de caudais do rio Tejo e o fecho de estações de correio, associado ao mau desempenho e incumprimento do contrato de concessão de serviço público postal pelos CTT;
6. A resolução destes problemas é essencial para a garantia da manutenção dos padrões mínimos de bem-estar no Município;



7. Sendo nevrálgico produzir conteúdos, ideias e sugestões que ajudem a encontrar soluções para estes obstáculos não só à qualidade de vida no Município, mas também ao seu desenvolvimento;
8. Tendo em conta a gravidade destas situações, cremos que as comissões devem ser permanentes, durando até ao fim do presente mandato;
9. Por outro lado, o Município de Abrantes confronta-se com uma realidade entristecedora e inquietante nas suas freguesias periféricas e rurais, quer em termos de perda população e de empresas e negócios, quer em relação à carência de investimento público e privado;
10. Uma situação que deve afligir todos os membros da Assembleia Municipal de Abrantes, até porque o órgão executivo do Município, pela voz da Senhora Presidente, já manifestou a sua preferência pelas políticas de cidades;
11. Ora, estas freguesias possuem vasta riqueza cultural, natural e patrimonial, bem como gentes dedicadas – pese embora desprotegidas –, entre outros recursos que podem contribuir para um enriquecimento generalizado do Município e para o seu desenvolvimento harmonioso;
12. Devemos procurar a especialização inteligente destas freguesias, tirando o melhor partido das suas gentes e recursos, colocando-as a cooperar mais intensamente umas com as outras;
13. Sem desmerecer o trabalho das Juntas e Assembleias de Freguesia, nem esquecendo a participação camarária que, mais uma vez, reputamos de insuficiente, sabemos que aquelas não fazem milagres e que toda a ajuda deve ser bem-vinda;



14. Em adição, não menosprezamos as freguesias urbanas do Município, que também precisam de auxílio, ideias, sugestões e propostas de medidas que permitam a concretização de políticas de proximidade eficientes e eficazes;
15. Por consequência, a Assembleia Municipal deve, outrossim, configurar-se como um esteio de apoio aos fregueses e às Juntas e Assembleias de Freguesia, analisando matérias, fiscalizando actividades, recebendo queixas e informações e produzindo ideias e sugestões de políticas, aproximando as pessoas das instituições;
16. Ademais, os Presidentes de Junta têm lugar neste areópago, logo, é do interesse destes que a actuação da Assembleia Municipal, relativamente às suas questões, não se cinja a algumas sessões ordinárias e extraordinárias por ano;
17. Pelo que esta comissão também deve ser permanente, conservando-se até ao fim do mandato, porque as necessidades das freguesias são perenes;
18. Ora, defendemos que as duas comissões sobre a protecção e promoção do rio Tejo e sobre o acompanhamento da actividade dos CTT deverão respeitar o princípio da proporcionalidade relativamente a todas as forças políticas com assento na Assembleia Municipal;
19. A terceira comissão, tangente às freguesias, deverá englobar representantes de todas as forças políticas, mas também todos os presidentes de junta, independentemente dos partidos e movimentos pelos quais se candidataram e foram eleitos;
20. O facto de algum grupo municipal não querer ou não poder indicar representantes, ainda que se deseje a tenacidade e esforço de todas as forças políticas, não deverá ser impeditivo do funcionamento das comissões;

21. Os demais pormenores concernentes à edificação das três comissões deverão ser abordados em conferência de representantes dos grupos municipais e trazidos a esta Assembleia Municipal para aprovação definitiva;

Destarte, o Grupo Municipal PPD/PSD Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal de Abrantes, na sua reunião de 23 de Fevereiro de 2018, delibere:

A constituição de 3 Comissões Permanentes, com as seguintes designações e matérias abrangidas:

1.ª Comissão Permanente de Protecção e Promoção do Rio Tejo, competindo-lhe o acompanhamento da actual situação do rio Tejo, analisando e fiscalizando actividades que lhe digam respeito, procurando desenvolver ideias, projectos e sugestões de políticas de protecção do rio Tejo, mas também que o promovam, entre outros, em termos sociais, culturais e económicos;

2.ª Comissão Permanente de Acompanhamento das Actividades dos CTT no Desempenho do Serviço Público Postal no Município de Abrantes, competindo-lhe o acompanhamento e fiscalização das actividades dos CTT no Município, no que diz respeito ao cumprimento do contrato de concessão de serviço público postal, procurando, igualmente, desenvolver ideias, projectos, recomendações e sugestões que possam melhorar a actuação dos CTT;

3.ª Comissão Permanente de Apoio, Acompanhamento e Desenvolvimento de Ideias, Actividades e Políticas para a Promoção das Freguesias do Município, competindo-lhe o acompanhamento e fiscalização das actividades das Freguesias do Município e dos seus órgãos representativos, procurando, igualmente, desenvolver

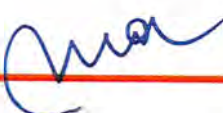
ideias, projectos e sugestões que possam contribuir para o seu desenvolvimento social, cultural e económico e para melhoria da qualidade de vida dos seus fregueses.

Abrantes, 15 de Fevereiro de 2018

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata

João Salvador Fernandes




(doc. 28)

Assembleia Municipal
23 de Fevereiro de 2018



**PONTO 10 OT
MOÇÃO (PSD)**

3 COMISSÕES DE ACOMPANHAMENTO (TEJO; CTT; FREGUESIAS)

-A bancada do PSD ao optar por apresentar as propostas de constituição das Comissões num documento único, torna-o confuso e de difícil análise. A opção correcta seria o debate e votação de cada comissão em pontos separados.

-Analisando o documento mais em detalhe, discordamos em absoluto de que:

- 1. As comissões da Assembleia Municipal devem ser proporcionais à representatividade. A proposta deveria ser um representante por cada força política com assento nesta Assembleia;**
- 2. -Qualquer comissão no âmbito da Assembleia Municipal possa ser constituída sem estarem representadas todas as forças políticas com assento nesta Assembleia;**
- 3. -Se proponha a criação de ^{COMISSÕES} uma Comissão Permanente quando da sua fundamentação e pertinência se extrai que incide, quase na totalidade, sobre matérias de opção político-partidária pelo que não nos revemos em algumas abordagens. Quanto a nós, caberá a cada força política desenvolver o seu trabalho nessas áreas e ser escrutinada por tal.**
- 4. -Se proponha a criação de uma Comissão para fiscalizar as juntas e assembleias de freguesia ignorando a separação de poderes. Essa é uma das competências da assembleia de freguesia;**



5. -Se proponha uma Comissão de acompanhamento do desempenho dos CTT, quando todos sabemos que foi esta Administração a preparar a privatização, consumada por PSD e CDS, que ainda ontem, quinta feira dia, 22, no Plenário da Assembleia da República, chumbaram e criticaram propostas da esquerda, que incidiam sobre a reversão desta instituição para a esfera pública, ignorando que está em marcha uma descapitalização da empresa, o encerramento de estações e o despedimento de mais de 800 trabalhadores que, hoje mesmo, por estas razões, estão em greve. O Governo tem na mão a opção da reversão para a esfera pública e é essa a posição defendida pelo Bloco de Esquerda. Não acreditamos que uma comissão local possa fazer algo neste sentido.

Perante o exposto votamos conta a criação das três comissões, *NA REDAÇÃO ACTUAL.*

Abrantes, 23 de Fevereiro de 2018
Bloco de Esquerda de Abrantes,

Pedro Grave

Joana Pascoal



Man
(doc 29)
[Signature]

DECLARAÇÃO DE VOTO

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Abrantes **Votam Contra** a Moção apresentada pelo Grupo Municipal PPD/PSD relativamente à Constituição de 3 Comissões Permanentes, apresentando a seguinte Declaração de Voto:

No que respeita à 1ª Comissão Permanente proposta para a “proteção e promoção do Rio Tejo” é nosso entendimento que o trabalho de fiscalização que é proposto não se enquadra nas competências deste órgão. Cabe sim, essa fiscalização, à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e à Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT). Esse trabalho de fiscalização tem vindo a ser realizado, com o acompanhamento da Câmara Municipal e da Comunidade Intermunicipal, esta última com assento na Comissão de Acompanhamento sobre a poluição no Rio Tejo, criada pelo Governo.

Relativamente à 2ª Comissão Permanente proposta para o “acompanhamento das atividades dos CTT no desempenho do serviço público postal no Município de Abrantes”, como é de conhecimento público a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Abrantes e Alferrarede acompanham diretamente este assunto tendo inclusivamente reunido com a administração dos CTT com o objetivo de encontrar as melhores soluções que garantam a manutenção deste serviço público que se quer de qualidade e em proximidade.

É também público que decorrem negociações com a administração dos CTT envolvendo privados. Aguardamos com expectativa um desfecho favorável para garantir a continuidade deste serviço essencial. Parece-nos que a criação de uma Comissão de Acompanhamento nesta fase do decorrer do processo pode colocar em causa as diligências e negociações em curso.

Relativamente à 3ª Comissão Permanente proposta de “apoio, acompanhamento e desenvolvimento de ideias, atividades e políticas para a promoção das Freguesias do



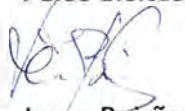
Município” entendemos que existem órgãos eleitos democraticamente competindo-lhes o acompanhamento e a promoção da atividade das Juntas de Freguesia. Importa também referir que na valorização do papel das Juntas de Freguesia a Câmara Municipal tem um Gabinete de Apoio específico, sendo este uma mais valia para o garante de uma articulação funcional e cooperante entre as instituições.

Concluindo:

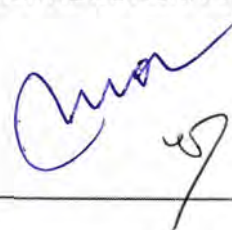
Com esta Moção entendemos que poderá existir uma desresponsabilização das instituições democraticamente eleitas duplicando-se esforços sem sentido e sem competências para o efeito.

Abrantes, 23 de fevereiro de 2018.

Pelos eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Abrantes



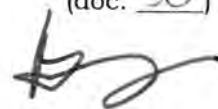
Jorge Beirão



Sessão ordinária – 23 de fevereiro de 2018

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. 30)



10 – Moção – “Para a criação de três comissões especializadas permanentes relativas à Proteção e Promoção do Rio Tejo, ao Acompanhamento das atividades dos CTT no desempenho do serviço público postal e de apoio, Acompanhamento e Desenvolvimento de ideias e atividades para promover as Freguesias do Município” – PSD;

Deliberação: Considerando o disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 25.º e na alínea c) do artigo 26.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal delibera,

A proposta foi rejeitada com:

- 5 votos a favor (4 PSD + 1 P.J. Aldeia Mato e Souto) e
os restantes votos contra, na bancada do PS, CDU,
BE e MIZRY.



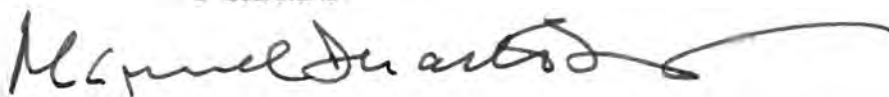
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

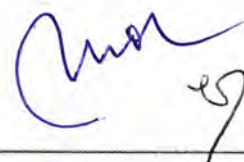


António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 23 de fevereiro de 2018

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

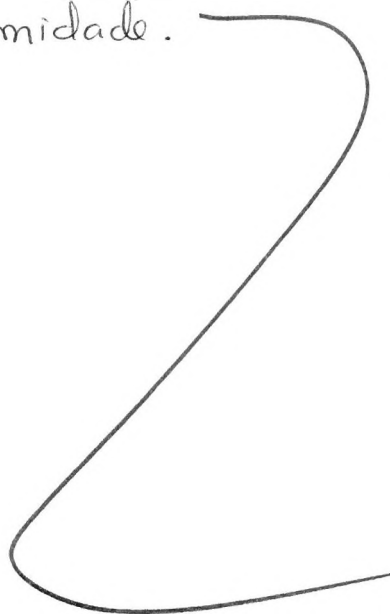
(doc. 31)



11 – Moção – “Em defesa dos serviços de cuidados primários em todo o Concelho de Abrantes” – BE.

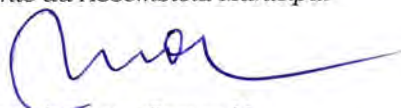
Deliberação: Considerando o disposto na alínea j) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal delibera,

Aprovada por unanimidade.



Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



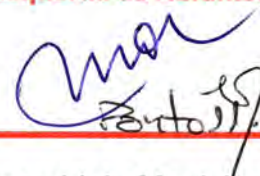
António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

20.1/3



Assembleia Municipal
23 de Fevereiro de 2018



Moção

Em defesa dos Cuidados de Saúde Primários do Concelho de Abrantes

O direito à saúde é um bem protegido constitucionalmente. Pese embora tenham sido colocados diversos médicos de família no Concelho de Abrantes, essa colocação não correspondeu a todas as necessidades.

Como exemplo, a União das Freguesias de S. Facundo e Vale das Mós tem cerca de 1500 habitantes e é composta por 5 aldeias. Não tem médico de família, há muitos anos, foi encerrado o posto de GNR e as escolas primárias.

Os dados actuais dão conta de que existem 5000 pessoas sem médico de família no concelho de Abrantes.

Acrescentamos que de acordo com o Despacho conjunto do Ministério das Finanças e da Saúde, datado de 21 de Fevereiro de 2018, foi determinada a contratação de 110 médicos de família, sendo que serão atribuídos à ARS Lisboa Vale do Tejo 43 vagas.

Atendendo a que, através do Despacho nº 7810/2017, datado de 5 de Setembro de 2017, o Centro de Saúde de Abrantes foi considerado um dos três Centros de Saúde do ACES Médio Tejo com maior carência de médicos de família, em que através deste despacho apenas seriam colocados 5 médicos de família, mas só foram colocados 4 no concelho de Abrantes.

Face ao exposto a Assembleia Municipal de Abrantes, reunida em sessão ordinária no dia 23 de Fevereiro de 2018, delibera recomendar às entidades competentes que movam todas as diligências para que os médicos de família voltem a prestar serviço em todas as freguesias do concelho de Abrantes.



Moção a enviar para:

Presidente da Republica;

Ministro da Saúde;

Grupos Parlamentares;

ARS Lisboa e Vale do Tejo;

ACES Médio Tejo;

Abrantes, 23 de Fevereiro de 2018

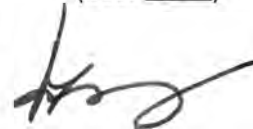
Pela Bancada do Bloco de Esquerda de Abrantes

Pedro Grave

Joana Pascoal



(doc. B2)



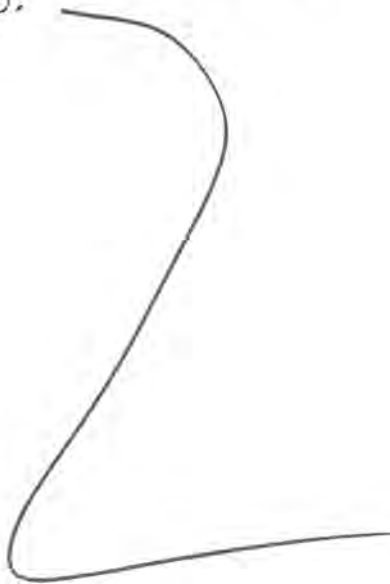
Sessão ordinária – 23 de fevereiro de 2018

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

12 – Voto de Pesar – Falecimento de Edmundo Pedro, um guerreiro da e pela Liberdade

Deliberação: Considerando o disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal delibera,

Aprovada a proposta por maioria com votos contra
na bancada da E.D.U.



Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Fl. 1/3


(doc.3)
**VOTO DE PESAR**

**Pelo falecimento de Edmundo Pedro,
um guerreiro da e pela Liberdade.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente
da Mesa da Assembleia Municipal de
Abrantes:**

Compreendendo que, nos termos legais e regimentais, o prazo normal para requerer a introdução de assuntos na ordem de trabalhos já foi ultrapassado, mas crendo que esta matéria merece ser votada na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Abrantes de 23 de Fevereiro de 2018, por motivos de oportunidade, de justiça e de reconhecimento pelo contributo de Edmundo Pedro para a nossa liberdade e para a implementação e consolidação do regime democrático em Portugal, o Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata vem requerer que Vossa Excelência submeta ao plenário a introdução nos trabalhos deste Voto de Pesar, de modo a ser votado.

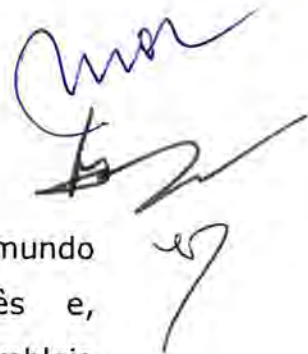
Requer-se, igualmente, que este tema seja apreciado e votado em momento anterior ao período antes da ordem do dia, de maneira a conferir maior solenidade ao acto e impedir que seja absorvido pelo impacto político dos restantes assuntos.

VOTO DE PESAR

**Pelo falecimento de Edmundo Pedro,
um guerreiro da e pela Liberdade.**

Edmundo Pedro faleceu no passado dia 27 de Janeiro de 2018, aos 99 anos.

Cidadão notável, conhecido pelo seu convicto percurso de luta antifacista, é, também, um dos pais da liberdade de que hoje gozamos; a liberdade que nos garante o direito de nos reunirmos em instituições democráticas, como a Assembleia Municipal de Abrantes, representativas da vontade do povo expressa em eleições.



Homem exemplar na sua devoção a causas nobres, Edmundo Pedro militou no PCP - Partido Comunista Português e, posteriormente, no PS - Partido Socialista, foi deputado à Assembleia da República, Presidente da RTP - Rádio Televisão Portuguesa e foi feito Grande-Oficial da Ordem da Liberdade e elevado a Grã-Cruz da mesma Ordem.

Durante o seu percurso de combate ao regime do Estado Novo, sofreu as consequências de pugnar contra uma ditadura, sendo encarcerado, sem julgamento e culpa formada, entre outras sevícias, na terrível prisão do Tarrafal por 10 anos; no entanto, o seu espírito de guerreiro da e pela liberdade nunca foi quebrado pela férrea mão opressora do fascismo.

Destarte, pelo seu exemplo de vida, o Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal de Abrantes delibere:

- 1. Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento de Edmundo Pedro, guardando um minuto de silêncio em sua memória;**
- 2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste Voto de Pesar.**

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata
João Francisco Salvador Fernandes

Sessão ordinária – 23 de fevereiro de 2018

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. 33)


13 – Moção – “Não encerramento da estação dos CTT em Alferrarede”

Deliberação: Considerando o disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal delibera,

A proposta foi aprovada com 6 votos a favor (2 BE + 2 CDU + 1 PSD + 1 PSJRN) e
as restantes abstenções (3 PSD e toda a bancada do D.S.)

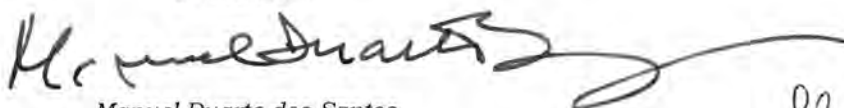
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Fl. 1/2

MOÇÃO

Estamos a assistir ao aprofundar do caminho desastroso aberto com a privatização dos CTT, com os grupos económicos que hoje controlam a empresa a descapitalizá-la, a alienar património, a degradar o serviço a níveis escandalosos.

Um caminho que já implicou:

- Um aumento de 47% na tarifa do correio normal desde a privatização;
- Que entre 2009 e 2016 tenham encerrado 564 estações e postos de correios;
- Que largas centenas de postos de trabalho tenham já sido destruídos;
- Que o correio demore hoje mais tempo a chegar ao destino do que demorava há trinta anos;
- Que património tenha sido vendido para suportar o pagamento de dividendos, como aconteceu com a venda do Palácio da Rua de São José, em Lisboa por 23 milhões de euros, permitindo pagar dividendos muito acima do resultado líquido da empresa.

Tais factos levaram o PCP a apresentar ontem, em plenário na Assembleia da República uma proposta que estabelecia o regime de recuperação do controlo público dos CTT, defendia que esta reversão compreendesse todas as áreas de atividade desenvolvida pela empresa e devia ser realizada de forma a assegurar a continuidade dos serviços prestados, a manutenção dos postos de trabalho e a aplicação a todos os trabalhadores da contratação coletiva vigente, até substituição por outra livremente negociada entre as partes.

Esta proposta foi rejeitada pela maioria parlamentar constituída para o efeito pelo PS, PSD e CDS.

Assim sendo, a Assembleia Municipal de Abrantes exige ao Executivo Camarário que tome todas as medidas necessárias junto do Governo para que este garanta o não encerramento da estação dos CTT em Alferrarede, bem como a reabertura de todos os



postos e estações encerradas por todo o Concelho, afirmando que este caminho só é possível por via da retoma do controle público dos CTT.

Abrantes, 23 de fevereiro de 2018

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Abrantes

Sessão ordinária – 23 de fevereiro de 2018

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO




(doc. 34)



14 – Moção de Saudação ao MURPI – O MURPI nasceu com os alvores de abril

Deliberação: Considerando o disposto na alínea j) do n° 2 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal delibera,

Aprovada por maioria com 4 abstenções do PSD.



Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

RR 1/2



MOÇÃO

MOÇÃO DE SAUDAÇÃO AO MURPI

O MURPI NASCEU COM OS ALVORES DE ABRIL

A Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos MURPI, força de Abril comemora em 27 de maio de 2018, o 40º aniversário da sua constituição, como primeira organização representativa dos reformados, pensionistas e idosos na defesa dos seus direitos. Ao longo dos 40 anos de existência promoveu e protagonizou milhares de lutas e iniciativas como 22 Piquenícões, Encontros de Coros, Congressos, Conferências, Seminário com a participação, adesão e apoio de muitos milhares de reformados e pensionistas e promove desde 1983 a publicação bimestral do Jornal do MURPI e a partir de 1991 “ A Voz dos Reformados” englobando presentemente 140 Associações de Reformados e mais de 70 mil associados em todo o País. As Associações de Reformados são organizações cívicas e políticas que desenvolvem ações de valorização cultural, de promoção do lazer e de proteção social dos reformados, pensionistas e idosos. Os deputados da Assembleia Municipal de Abrantes saúdam a Confederação MURPI pelo seu 40º aniversário, relevam a sua importância na defesa dos direitos dos reformados, solidarizam-se com as lutas desenvolvidas pelo MURPI e manifestam o seu apoio à justa reivindicação de representação do MURPI como membro permanente do Conselho Económico e Social.

Abrantes, 23 de fevereiro 2018

Os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Abrantes